

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TÂMARA CAMÕES ARAÚJO

**O MEDO SOCIAL COMO SINTOMA DA VIOLÊNCIA URBANA NOS PROCESSOS
DE INTERAÇÃO SOCIAL**

Maceió
2013

TÂMARA CAMÕES ARAÚJO

**O MEDO SOCIAL COMO SINTOMA DA VIOLÊNCIA URBANA NOS PROCESSOS
DE INTERAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof.º Drº Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira.

Maceió
2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

A663m Araújo, Tâmara Camões.

O medo social como sintoma da violência urbana nos processos de interação social / Tâmara Camões Araújo. – 2013.
155 f.

Orientadora: Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 139-143.

Apêndices: f. 144-155.

1. Sociabilidade. 2. Violência urbana. 3. Medo social. 4. Violência – Representações sociais. 5. Sociologia das emoções. I. Título.

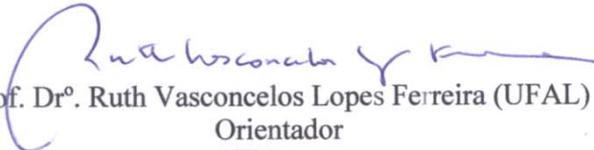
CDU: 316.47/.6

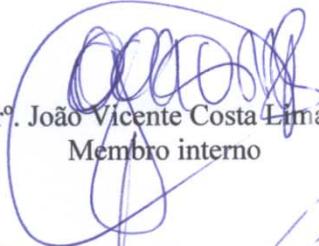
TÂMARA CAMÕES ARAÚJO

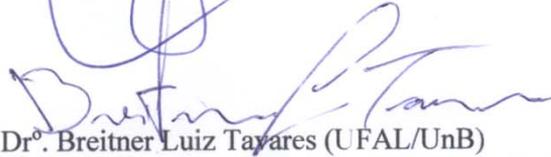
O Medo Social como Sintoma da Violência Urbana nos Processos de Interação Social

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr.º Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (UFAL)
Orientador


Prof.º Dr.º João Vicente Costa Lima (UFAL)
Membro interno


Prof.º Dr.º Breitner Luiz Taxares (UFAL/UnB)
Membro Externo

Dedico este trabalho:

Aos familiares que me apoiaram e me incentivaram a persistir, em especial a René, que com seu carinho e compreensão, tornou a tarefa menos árdua.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente:

A minha orientadora, Ruth Vasconcelos, pela dedicação, presteza e atenção dispensada na construção da dissertação;

Aos participantes da pesquisa, pela disponibilidade e por compartilhar experiências que trouxeram contribuição valiosa a este estudo;

Aos professores que conheci durante o curso por me receberem e por me guiarem em momentos de dificuldade;

Ao Gilnison, secretário da pós, pela gentileza e pelo esforço no sentido de facilitar a nossa passagem pela Academia;

A René Lessa, que me encoraja e me aplaude em todas as conquistas, motivando-me sempre a ir mais adiante;

Aos meus pais, Marta e Alberto, por serem referência de compromisso e responsabilidade com o conhecimento e com a vida, sendo fontes de inspiração em cada projeto que realizo;

Às irmãs amigas, Tássia e Tainã, que compartilharam comigo as angústias e ansiedades durante a construção da dissertação e com quem eu conto sempre;

Às amigas irmãs, que me acompanham em todas as fases importantes da minha vida, Cássia Félix, Cécile Zozzoli e Fernanda Rodrigues;

A Gárdia Rodrigues, pela amizade e apoio ao longo da jornada.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo apreender as representações sociais de violência urbana entre moradores de cinco bairros da cidade de Maceió, enfatizando os efeitos sofridos por moradores da área nobre da cidade, de um lado, e moradores de bairros periféricos, de outro. Diante das repercussões que o tema tem provocado na sociedade contemporânea, este trabalho provoca uma reflexão acerca dos efeitos produzidos por uma sociabilidade violenta nas interações sociais, que exigem a elaboração de novas formas de compartilhar o espaço urbano. A Sociologia das Emoções foi adotada na análise das expressões de insegurança e medo social, contextualizando a violência enquanto um fenômeno eminentemente social, ao tempo em que O Interacionismo Simbólico, a Etnometodologia e a Teoria das Representações Sociais deram suporte para a compreensão do senso comum enquanto conhecimento construído coletivamente. Durante a pesquisa, 10 entrevistas foram realizadas e 184 questionários foram aplicados nos cinco bairros eleitos para a investigação. Os resultados da pesquisa indicam que a sensação de insegurança e de medo tem provocado uma nova organização das vidas individuais e coletivas, transformando as relações e os valores societários dos maceioenses.

Palavras- chave: Sociabilidade; Violência Urbana; Medo Social.

ABSTRACT

This research aims at studying the social representations concerning urban violence among five different neighborhoods in Maceio, focusing on the effects felt on the one hand by the upper-class citizens and on the other hand by those who live in suburban areas. As we observe the impact of the topic in our contemporary society, it brings about a discussion above the outcomes of a violent sociability within social interactions, which have been demanding new ways of sharing the urban area. The “Emotions Sociology” has been adopted in order to analyze expressions of both social insecurity and fear, taking violence as an emergent social phenomena, as well as “Ethnomethodology”, and “The Theory of Social representations” which supports the common sense understanding as a part of group construction. During the research, 10 interviews took place and also 184 surveys have been applied in the up mentioned neighborhoods chosen in this investigation. The research results indicate that such sensations of fear and insecurity have led to a new way of organizing individual and group life, therefore, transforming society values.

Keywords: Sociability ; Urban Violence ; Social Fear.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01: Renda Familiar (Bairros Periféricos)	35
Gráfico 02: Renda Familiar (Condomínios Residenciais).....	35
Gráfico 03: Sente medo de ser vítima de violência na cidade de Maceió? (Bairros Periféricos)	74
Gráfico 04: Sente medo de ser vítima da violência em seu bairro? (Bairros Periféricos).....	75
Gráfico 05: Sente medo de ser vítima de violência na cidade de Maceió? (Condomínios Residenciais)	75
Gráfico 06: Sente medo de ser vítima da violência em seu bairro? (Condomínios Residenciais)	76
Gráfico 07: Em que horário sente mais medo de ser vítima de violência? (Bairros Periféricos)	77
Gráfico 08: Em que horário sente mais medo de ser vítima de violência? (Condomínios Residenciais).....	78
Gráfico 09: Em que situações sente mais medo de ser vítima de violência? (Bairros Periféricos)	81
Gráfico 10: Em que situações sente mais medo de ser vítima de violência? (Condomínios Residenciais).....	82
Gráfico 11: Sente medo que seus filhos sejam vítimas de violência? (Bairros Periféricos) ...	84
Gráfico 12: Sente medo que seus filhos sejam vítimas de violência? (Condomínios Residenciais).....	85
Gráfico 13: De que tipo de violência teme que seus filhos sejam vítimas? (Bairros Periféricos)	86
Gráfico 14: De que tipo de violência teme que seus filhos sejam vítimas? (Condomínios Residenciais).....	87
Gráfico 15: Qual tipo de violência ocorreu? (Bairros Periféricos).....	90
Gráfico 16: Qual tipo de violência ocorreu? (Condomínios Residenciais).....	90
Gráfico 17: Que tipos de estratégia você utiliza para se proteger da violência? (Bairros Periféricos)	92
Gráfico 18: Que tipos de estratégia você utiliza para se proteger da violência? (Condomínios Residenciais).....	93

Gráfico 19: Você acha a cidade de Maceió violenta? (Bairros Periféricos).....	109
Gráfico 20: Você acha a cidade de Maceió violenta? (Condomínios Residenciais).....	109
Gráfico 21: Como avalia a violência na cidade de Maceió nos últimos 10 anos? (Bairros Periféricos)	110
Gráfico 22: Como avalia a violência na cidade de Maceió nos últimos 10 anos? (Condomínios Residenciais).....	110
Gráfico 23: Já presenciou alguma cena de conflito ou violência no espaço de seu bairro? (Bairros Periféricos)	115
Gráfico 24: Conhece alguém que se envolveu em situações de violência? (Bairros Periféricos)	115
Gráfico 25: Já presenciou alguma cena de conflito ou violência no espaço de seu bairro? (Condomínios Residenciais).....	116
Gráfico 26: Conhece alguém que se envolveu em situações de violência? (Condomínios Residenciais)	116
Gráfico 27: Problema identificado no bairro. (Bairros Periféricos).....	117
Gráfico 28: Problema identificado no bairro. (Condomínios Residenciais)	118
Gráfico 29: As estratégias adotadas no combate à violência tem sido suficientes? (Bairros Periféricos)	120
Gráfico 30: As estratégias adotadas no combate à violência tem sido suficientes? (Condomínios Residenciais).....	120
Gráfico 31: Já procurou órgão de segurança pública para denunciar algum tipo de violência? (Bairros Periféricos)	121
Gráfico 32: Já procurou órgão de segurança pública para denunciar algum tipo de violência? (Condomínios Residenciais).....	122
Gráfico 33: Em caso negativo, por quê? (Bairros Periféricos).....	123
Gráfico 34: Em caso negativo, por quê? (Condomínios Residenciais)	123
Gráfico 35: Principal fator que contribui para o crescimento da violência. (Bairros Periféricos)	127
Gráfico 36: Principal fator que contribui para o crescimento da violência. (Condomínios Residenciais).....	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Pág. 10
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA: A VALORIZAÇÃO DO SUJEITO, DE SUAS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS	Pág. 19
1.1. O medo e a insegurança sob a perspectiva da Sociologia das Emoções	Pág. 26
1.2. As representações sociais (da violência) e procedimentos metodológicas para seu estudo..	Pág. 29
1.3. Perfil dos participantes da pesquisa de campo	Pág. 34
2 A VIOLÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA URBANA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL	Pág. 37
2.1. A cartografia das cidades e as expressões de violência no espaço urbano.....	Pág. 50
2.2. O Processo de Urbanização em Maceió	Pág. 55
3 O MEDO E A INSEGURANÇA COMO EFEITOS DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO	Pág. 61
4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA ENTRE OS MORADORES DE MACEIÓ	Pág. 101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Pág. 139
APÊNDICES	Pág. 144
Apêndice A – Roteiro de Entrevista	Pág. 145
Apêndice B – Dados dos Bairros Periféricos	Pág. 146
Apêndice C – Dados dos Condomínios Residenciais.....	Pág. 150
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	Pág. 154

INTRODUÇÃO

A violência tem se configurado como um dos maiores e mais graves problemas vivenciados pela sociedade contemporânea; a magnitude dessa problemática tem exigido não só do poder público, mas também da academia e da sociedade como um todo, reflexões que apontem caminhos que possam reverter essa realidade vivenciada por todos os cidadãos, independente de classe social, de convicção política, do credo religioso, da escolaridade, do gênero, da etnia ou do recorte geracional. Há um crescimento exponencial de episódios de violência em nível local, nacional e internacional, expresso das mais variadas formas e intensidades, com graves repercussões no tecido social. Evidentemente que os meios de comunicação, com tecnologia capaz de dar cobertura sobre fatos violentos que acontecem na vida social, em rede internacional e em tempo real, amplificam a sensação de que o mundo está mais violento e inseguro. Além da violência urbana, crescem os registros de diversas modalidades de violência e violação de direitos humanos, que geram um clima de insegurança e medo entre todos que vivem na sociedade contemporânea.

O Brasil, que há bem pouco tempo era um país com características eminentemente rurais, tem hoje o perfil de um país hegemonicamente urbano, e essa nova configuração trouxe repercussões importantes para a vida contemporânea, pois trata-se de uma urbanização que aconteceu, em grande parte, sem um planejamento prévio que pudesse oferecer as condições estruturais indispensáveis à coabitação de milhares de pessoas em espaços urbanos reduzidos. Vivemos os efeitos das intensas migrações, do crescimento populacional desordenado, bem como de uma estrutura estatal insuficiente para oferecer as condições estruturais e os equipamentos coletivos imprescindíveis para uma vida saudável nas cidades. A problemática da vida urbana torna-se ainda mais complexa num contexto em que a população vivencia o desemprego, a fome, a miséria, o analfabetismo, as doenças, enfim,

situações sociais que se revelam como sintomas da insuficiência de políticas públicas inclusivas e compensatórias que minimizem as condições de abandono e desamparo vivenciadas pela maioria da população que habita as cidades brasileiras.

Quando focalizamos a problemática da crise urbana e da violência no Estado de Alagoas, a conjuntura ganha complexidades ainda mais graves, pois temos os piores índices de desenvolvimento humano, além de liderarmos, há alguns anos, a pior taxa de homicídios por 100 mil habitantes do país. Essa realidade foi decisiva para Alagoas ter sido eleita pelo governo federal como *locus* para implementação de um plano nacional de combate a criminalidade, nomeado como “Brasil mais Seguro”, com uma articulação de quase todos os ministérios do governo federal com ações no campo do trabalho, da justiça, da educação e da saúde, com o objetivo de reverter essa grave realidade vivenciada pela sociedade alagoana.

Nesse sentido, ainda que não possamos afirmar que vivemos o tempo mais violento da história humana, certamente podemos afirmar que o tema da violência nunca foi tão discutido e propalado tanto no âmbito da sociedade, na esfera pública e privada, como na esfera do Estado.

Diante dessa realidade, propomos analisar os efeitos da violência na sociabilidade contemporânea, tomando como base a população que vive na cidade de Maceió, onde buscamos responder, numa perspectiva sociológica, a seguinte questão: de que forma a violência tem influenciado as relações sociais entre os sujeitos e qual a repercussão da violência na definição da maneira de estar no mundo hoje? É importante destacar que o nosso objeto de estudo não é a gênese da violência ou suas motivações¹, mas os efeitos que a mesma produz na sociabilidade maceioense.

¹ Ainda que seja de fundamental importância o desenvolvimento de trabalhos que identifiquem as motivações para a criminalidade como algo fundamental para intervenções qualificadas que possam reverter essa realidade.

O interesse pelo estudo do tema na cidade de Maceió surgiu com a notoriedade que a cidade ganhou nos meios de comunicação como a cidade mais violenta do país. A violência urbana em Maceió é apontada com frequência como um fenômeno relativamente novo, o que suscitou o interesse em investigar o modo como as pessoas lidam com essa “novidade” em seu cotidiano. Almeida (2012) relata a implantação de um sistema de monitoramento por câmeras na cidade de Maceió que devem ser instaladas nas áreas de maior incidência de violência e se refere a tal medida como um aparato importante em se tratando de um processo de investigação, embora tenham pouca relevância na prevenção da criminalidade.

Alguns estudos (Apprato, 1995; Vasconcelos, 2005) sobre a violência no Estado reconhecem que a violência é um fenômeno que acompanha toda a história política do Estado de Alagoas, destacando-se o caráter institucionalizado dessa violência (violência institucionalizada), que se caracteriza pelo fato de acontecer seja pela mediação do próprio Estado, seja pela omissão do mesmo. Há muitos registros de violências praticadas por políticos e policiais que só aconteceram porque os protagonistas contaram “com o apoio institucional do Estado” (Vasconcelos, 2005, p. 164). Na verdade, a história política de Alagoas está pontilhada de episódios que se caracterizam como crimes de mando e pistolagem, crimes de colarinho branco, além de crimes executados através da violência policial, da prática de políticos, de grupos de extermínio e “gangues fardadas”². Todas essas práticas de violência institucionalizada evidenciam a existência de uma “cultura de violência”, que conta, evidentemente, com a participação de setores da sociedade. O que queremos destacar é que até a década de 90, a população maceioense não se sentia vulnerável frente a esse tipo de violência institucionalizada porque se tratava de uma violência direcionada e

² Em 1997 foi descoberto um grupo que ficou conhecido como “gangue fardada” composta por delegados, políticos, juízes e policiais que utilizavam a estrutura oficial do Estado para cometer crimes de homicídios, assaltos a bancos, roubo de cargas, etc. (Ver Vasconcelos, 2005)

dirigida contra opositores políticos ou pessoas que guardavam alguma rixa pessoal. Muitos estudiosos (Vasconcelos 2005; Almeida 2012; Apprato, 1995) alegam que a população alagoana não vivenciava o medo de ser atingida por uma bala perdida, pois em Alagoas as “balas tinham um endereço certo”. As “pessoas de bem” não precisavam temer por sua vida, pois, o alvo das balas eram os rivais e desafetos dos políticos locais. Apesar de ser uma realidade extremamente violenta, o fato de não ser uma violência difusa no tecido social, mas protagonizada pelos políticos locais contra seus rivais políticos e econômicos³, dava uma certa sensação de segurança para o cidadão comum, que não se sentia ameaçado por esse tipo de violência. A violência política, por exemplo, ocorria numa esfera de disputa pelo poder e os seus alvos eram precisos. O inverso é percebido na violência urbana, delimitada no contexto das cidades contemporâneas, que coloca todos numa condição de vítima em potencial porque é uma violência que se apresenta de forma difusa no tecido social.

A referência que a população tinha da cidade de Maceió como uma cidade tranquila e pacata foi dando lugar a outra representação, na medida em que a violência urbana passou a compor o cenário da vida social dos maceioenses. Como demonstrativo dessa mudança de cenário, e de como a violência urbana era insignificante para os maceioenses, na década de 90, tomemos como referência a pesquisa realizada pela pesquisadora Ruth Vasconcelos que revela que a grande percentagem de manchetes de jornais⁴ locais abordavam o tema da violência política e policial, em detrimento do insignificante número de manchetes que tratavam do tema da violência urbana, no campo e contra a mulher. Confirmando essa

³ OS crimes eram para lavar a honra de famílias ou para eliminar opositores políticos ou pessoas que guardavam alguma rixa pessoal.

⁴ Em pesquisa realizada para efeito de sua Tese de Doutorado, Vasconcelos identificou os seguintes dados referentes aos temas que compunham as manchetes principais dos jornais locais: 1. Gazeta de Alagoas – Manchetes com temas referentes à violência política e autoridades (violência institucionalizada), no ano de 1998 – 89,68%; neste mesmo ano de 1998, manchetes com temática sobre violência urbana, no campo e contra a mulher – 10,42%. No veículo de comunicação O Jornal, 89,97% das manchetes principais abordou a temática da violência envolvendo políticos e autoridades (violência institucionalizada) enquanto que apenas 10,13% das manchetes versavam sobre a temática da violência urbana, no campo e contra as mulheres. (Ver Vasconcelos, 2005, p. 79).

ascendência dos crimes relacionados à violência urbana e ao homicídio, particularmente, em 09 de junho de 2011, Maceió foi apontada como a cidade mais violenta do país por uma revista inglesa⁵. Os dados do Mapa da Violência demonstram um aumento significativo do número de registros de homicídios no estado nesses últimos 10 anos, de 2000 a 2010, como pode ser visto no quadro abaixo.

Quadro 1 - NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM ALAGOAS E EM MACEIÓ AO LONGO DE 10 ANOS

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de homicídios em Alagoas	724	836	989	1.041	1.034	1.211	1.617	1.839	2.064	1.989	2.226
Nº de homicídios em Maceió	360	485	511	520	559	620	904	917	990	876	1.125

Fonte: DataSUS, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Mapa da Violência 2010.

Tomando como referência os dados de homicídios já é possível afirmar que houve um aumento da criminalidade no Estado de Alagoas e, particularmente, na cidade de Maceió. Ou seja, os dados relativos ao número de homicídios mostram que a realidade da capital alagoana sofreu grande transformação no que tange aos índices de violência. Nossa hipótese é que esse aumento da criminalidade e a mudança do padrão de violência existente na cidade produz repercussões e feitos subjetivos importantes entre os cidadãos que vivem na cidade de Maceió. Nessa perspectiva, buscamos com a nossa pesquisa apreender como a população tem

⁵ Fonte: <http://primeiraedicao.com.br/noticia/2011/06/10/status-de-lugar-mais-violento-do-brasil-colocou-tudo-isso-em-risco-diz-revista-inglesa> Acesso em 13 de setembro de 2011

vivenciado e convivido com a violência na contemporaneidade, violência essa que se apresenta de forma difusa e paradoxal⁶.

Os índices do DataSUS⁷ referentes ao número de óbitos por homicídio em Maceió desnudam a violência e revelam que algo de significativo ocorreu no cenário urbano, provocando uma mudança, ao menos em termos numéricos, no padrão de violência da cidade. A diferença dos dados, tomando como referência o intervalo de tempo entre os anos de 2000 e 2010, é muito significativa. Em 2000, foram registrados 45,1 homicídios a cada 100 mil habitantes, ao passo que em 2010, o número sobre para 109,9, ou seja, mais do que duplicou.

Vale ressaltar que esse panorama de crescimento da violência não é verificado em cidades como Aracaju e Recife, capitais nordestinas que, em virtude da proximidade geográfica e cultural, compartilham com a cidade de Maceió algumas características regionais o que poderia nos fazer pensar que estariam vivenciando o problema da violência com a mesma magnitude da cidade de Maceió. Os dados referentes ao Brasil, de maneira geral, também não indicam crescimento da violência; pois, com base nos dados relativos ao número de homicídios, os índices do país permanecem estáveis ao longo dessa década, com uma média de 26 homicídios a cada 100 mil habitantes, aproximadamente.

A despeito de sabermos que os homicídios revelam apenas uma face da violência urbana, resolvemos tomar como referência essa estatística, sem ignorar a complexidade do fenômeno; esta foi uma forma que encontramos para dar visibilidade à dimensão do problema

⁶ O termo violência paradoxal foi utilizado por Vasconcelos (2009) com o sentido dado por Maria de Lourdes Trassi a uma violência “em que não há uma finalidade explícita”.

⁷Fonte: SDS, DataSUS, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Mapa da violência 2010

numa escala longitudinal⁸, já que são escassos os dados disponíveis para notificarmos o número de ocorrências de práticas de violência ao longo da década estudada.

Os dados ilustrados constituem um indicativo de que houve uma mudança no padrão de violência na cidade de Maceió; passamos de uma realidade em que a violência política tinha uma evidência significativa na vida dos alagoanos, para uma violência urbana que está dirigida contra todos os seguimentos da sociedade maceioense. Assim, além da violência política, que permanece com a mesma força e vitalidade, acrescentamos no cenário social alagoano a violência urbana, que soma todas as práticas de violência que resultam em agressão, violências e violação de direitos humanos ocorridos no cotidiano dos sujeitos que partilham o mesmo espaço urbano. Trabalhamos também com a hipótese de que o principal efeito desse aumento da violência e criminalidade no espaço urbano foi o aprofundamento do sentimento de medo e insegurança entre os cidadãos maceioenses, fazendo com que os mesmos criem novas estratégias de vida e novas maneiras de ser no espaço urbano e nas suas relações interpessoais.

Além dos crimes contra o patrimônio, vemos crescer a cada dia os crimes contra a vida, o que demonstra que os conflitos vivenciados na cidade têm sido resolvidos através da violência, e esse fato amplia os sentimentos de medo e insegurança generalizados; sentimentos esses que contribuem para a fragilização dos laços sociais no espaço urbano de Maceió.

Nossa pesquisa buscou identificar em que medida os maceioenses percebem uma mudança de padrão de violência na cidade nos últimos 10 anos, e de que forma essa percepção provocou mudanças de comportamentos no espaço social. Nesse sentido, definimos que nosso principal objetivo consiste em apreender a representação social dos maceioenses

⁸ No capítulo 3, trazemos alguns dados estatísticos do Estado em relação às ocorrências policiais nos períodos entre 2003 e 2005 e entre 2008 e 2009

em relação às mudanças no padrão de violência vivenciadas na cidade, assim como buscamos identificar em que medida essas mudanças no padrão de violência produziram alterações em seu comportamento cotidiano, gerando assim uma nova configuração de sociabilidade marcada pelo medo, pela insegurança e desconfiança generalizada entre os sujeitos sociais.

Organizamos nossa dissertação a partir de quatro capítulos específicos a partir dos quais buscamos discutir as categorias teóricas que nos ajudaram a entender a problemática definida como questão de nossa dissertação, bem como os dados coletados em nossa pesquisa de campo realizada no período de janeiro a agosto de 2012.

No primeiro capítulo, apresentamos alguns pressupostos teóricos e metodológicos que orientaram a condução de nossa pesquisa, destacando as contribuições do interacionismo simbólico e da etnometodologia como instrumentos para pensarmos as práticas de violência na contemporaneidade. Em seguida, destacamos a discussão da Sociologia das Emoções quanto aos aspectos relacionados à subjetividade nas interações sociais, partindo da premissa de que as emoções são construções eminentemente sociais. Nesse primeiro capítulo também apresentamos os procedimentos para delimitação da amostragem da pesquisa bem como os instrumentos utilizados para coleta de dados.

No segundo capítulo discutimos o conceito de violência, de violência urbana e sociabilidade violenta que nos ajudaram a problematizar os efeitos da violência na dinâmica inscrita no cotidiano dos sujeitos sociais na cidade de Maceió.

No terceiro capítulo apresentamos os conceitos de medo e insegurança como categorias analíticas importantes para entendermos a fragilização dos laços sociais no contexto urbano na contemporaneidade. Nesse capítulo dialogamos com Zygmund Bauman, Norbert Elias e Fátima Baierl, que nos ajudaram a problematizar o processo de

distanciamento e esgarçamento dos laços sociais provocados pelo sentimento de medo, insegurança e desconfiança nas relações sociais impressas no cotidiano das cidades.

No quarto, e último capítulo, discutiremos as representações sociais dos maceioenses em relação a violência vivenciada em sua cidade, tomando como referência os dados coletados a partir da pesquisa de campo realizada através de questionários e entrevistas que realizamos com a população de Maceió residente em bairros populares e bairros nobres da cidade (como definiremos no capítulo primeiro), garantindo assim a representatividade social da amostragem de nossa investigação.

CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA UMA PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA: A VALORIZAÇÃO DO SUJEITO PARA COMPREENSÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS

Inscrevemos nossa pesquisa no campo dos estudos sociológicos que valoriza a dimensão do sujeito e de suas representações para compreensão da dinâmica social. A percepção da importância dos processos de interação social e a compreensão do mundo como uma construção social põem-nos em contato com alguns pressupostos defendidos pelo interacionismo simbólico e pela etnometodologia, ainda que não possamos afirmar que o nosso trabalho seja a expressão teórica e metodológica dessas perspectivas sociológicas. Assim, queremos realçar dessas perspectivas teóricas o pressuposto de que é possível “conhecer o mundo segundo o que os sujeitos que o constituem e que nele vivem, interpretando-o, atuando de acordo com o modo como o percebem, e, portanto, construindo e alterando este mundo através de suas infundáveis interpretações, ações, reinterpretações e novas ações” (Teixeira, 2000, p. 14).

O interacionismo simbólico é um movimento teórico que traz um olhar inédito ao campo da sociologia. Divergindo da tradição sociológica clássica e, principalmente, opondo-se ao estruturalismo, valoriza os sujeitos que atuam no mundo como atores, através de processos representacionais que são responsáveis pelas dinâmicas e processos que constituem a vida social. Os autores vinculados a essa proposição teórica, que são provenientes da chamada Escola de Chicago, introduziram no campo sociológico a perspectiva da experimentação como via de acesso prioritária para compreensão da dinâmica que constitui o mundo social. Assim, entendem que se é no processo de interação face a face que as ações sociais ganham sentido e significado no contexto social, a dimensão do cotidiano passa a ser fundamental para o estudo sociológico, reconhecendo que os processos sociais estão em permanente construção e/ou reconstrução na dinâmica social.

Interessa realçar a dimensão hermenêutica do interacionismo simbólico porque nosso estudo sobre o medo social em torno da violência nos exige considerar “a subjetividade dos indivíduos, de sua dimensão interior, suas intenções, motivações, projetos e concepções”, entendendo que essa é uma via de acesso imprescindível para captarmos a percepção que os sujeitos têm em torno da problemática em questão. Nessa perspectiva, queremos compreender “como os sujeitos atribuem sentido ao mundo que os cerca e às suas relações no dia a dia, produzindo representações acerca de si mesmos e dos outros sujeitos”, particularmente em relação à problemática da violência partilhada no cotidiano dos diferentes bairros da cidade de Maceió.

Abordaremos a problemática da violência urbana na cidade de Maceió considerando que a violência é uma construção social produzida a partir de processos interacionais que afetam absolutamente todos os sujeitos que compõe essa sociedade, tanto os que estão diretamente envolvidos na cena violenta, quanto àqueles que participam indiretamente do processo, assumindo, muitas vezes, a posição de expectadores dessa problemática no espaço social.

Outro aspecto relacionado à abordagem interacionista é a percepção de que a vida social acontece numa dinâmica semelhante à representação teatral, ou seja, a vida social tem uma forte dimensão dramaturgica. Nesse processo os sujeitos sociais precisam seguir regras de comportamento, assumir papéis sociais, atuar em ambientes demarcados, enfim, todos passam a ser vistos como atores sociais que estão representando um papel em um contexto social específico. Nessa perspectiva, o espaço social em que os atores estão representando seus papéis assume uma dimensão de maior importância, porque esse espaço é definidor da situação em que acontecem as interações, espaço onde são estabelecidas as condições para que determinada representação aconteça.

Essa definição de papéis sociais delimitados tem um significado importante para abordagem dos contextos de violência que trabalhamos em nossa dissertação. A violência faz parte de todas as sociedades e onde há interação social o conflito⁹ está presente. Porém, entendemos que a violência se manifesta de maneiras diversas em diferentes condições, o que justifica a investigação da temática entre dois grupos distintos, um grupo de moradores de bairros populares e um grupo de moradores de condomínios residenciais, explorando em cada um deles as peculiaridades inerentes ao seu contexto social, cultural e econômico.

Além disso, como assinalamos na introdução de nossa dissertação, a população maceioense tem vivenciado os impactos provenientes da mudança que aconteceu no padrão de violência vivenciada no estado que agora, além da violência política historicamente existente, tem se deparado com o aumento exponencial da violência urbana que se apresenta de forma difusa e ameaçadora contra todos os segmentos da população. Tal mudança gera novos padrões de comportamento, modificando a posição dos atores e redesenhando os papéis que desenvolvem na composição da vida social. Nossa pesquisa procurou abarcar essa nova realidade de violência a partir da escuta de representantes de classes sociais distintas, a partir dos quais tentamos identificar como as pessoas vivenciam o problema da violência em seu cotidiano e em suas relações interpessoais, procurando apreender os desdobramentos e os efeitos da violência na dinâmica da vida cotidiana dos maceioenses particularmente focalizando a questão do medo e da insegurança social.

Todas as sociedades precisam de parâmetros que regulem a conduta humana no espaço público e privado. Regras morais, valores éticos e códigos de conduta são instrumentos de orientação e controle social que têm a função precípua de estabelecer parâmetros de razoabilidade que viabilizem o convívio social civilizado. Evidente que os conflitos fazem parte dos processos de sociabilidade, independente da existência dessas

⁹ A despeito de considerarmos que nem todo conflito resulta em violência, entendemos que as possibilidades da utilização da violência como estratégia de resolução dos conflitos esta sempre presente na dinâmica social.

regras, valores e códigos de conduta. O que se torna problemático para a vida social são os conflitos explosivos que se expressam em forma de violência e que produzem sentimentos de medo e insegurança nos processos de interação social. Por isso, ao analisar o fenômeno da violência na sociedade maceioense, consideramos os sujeitos sociais envolvidos nesses processos, a forma como eles interagem e convivem socialmente com a violência urbana, considerando o contexto socioeconômico de cada grupo social investigado.

Quando assumimos que a representação da violência na cidade de Maceió é construída socialmente por todos os atores sociais em seu cotidiano, ressaltamos que o discurso do senso comum e a observação de práticas rotineiras da vida dos sujeitos da pesquisa são de fundamental importância para a apreensão do seu mundo social. Para Goffman, o mundo não é simplesmente um cenário, em que os fenômenos precisam ser isolados para produzir o conhecimento da realidade. Ao contrário, o conhecimento é produzido no cotidiano, nos processos de interação e relações sociais. A subjetividade e, mais especificamente, a interação humana aparece em sua análise como determinantes da ação social. O autor se distancia da fenomenologia, na medida em que prioriza a percepção das circunstâncias em que as relações ocorrem, em lugar da observação do fenômeno, da experiência pura.

Goffman se propõe a entender de que forma a realidade se coloca, partindo de uma perspectiva situacional, ou seja, ele pesquisa situações específicas, o ambiente em que ocorrem e a que regras estão submetidas. Ele escolhe elementos aparentemente banais, como jogos e brincadeiras, para nos fazer pensar o mundo social, em detrimento do foco em estruturas e sistemas. O interacionismo simbólico rompe com a dicotomia indivíduo/sociedade, individual/coletivo e considera a conduta humana como resultado de processos de interação social. Partindo dessa ótica, propomos analisar a violência não apenas como um fenômeno dado, mas como um processo de construção social em que fatores

estruturais e subjetivos se articulam, em contextos sociais específicos, gerando situações explosivas de violência que atingem todos os segmentos que compõe a sociedade, independente de classe social.

Para esta corrente teórica, o conhecimento sociológico só pode ser percebido pelo pesquisador a partir da observação direta e imediata das interações entre os atores sociais, das ações práticas desses atores e identificando o sentido que eles atribuem aos objetos, às situações, aos símbolos que os cercam, pois são nesses pormenores que os atores constroem seu mundo social (GUESSER, 2003, pág. 154)

O pensamento de Goffman nos dá suporte na compreensão dos elementos norteadores da percepção dos atores sociais, sejam eles protagonistas ou espectadores de um dado evento social, e orientam nosso olhar enquanto pesquisadores. Nesse recorte, propomos aos nossos entrevistados a reflexão sobre o que tem acontecido nos cenários urbanos, ou seja, interessa-nos compreender como cada sujeito social é afetado subjetivamente pela sociabilidade violenta. No entanto, em nossa pesquisa optamos por não realizar a observação participante, método proposto por Erving Goffman, que requer o acompanhamento dos atores em suas interações sociais, e partimos da análise das representações sociais da violência, captadas através de entrevistas e questionários.

A escolha do foco nas representações sociais para o estudo na violência nasceu da compreensão de que elas, por um lado, expressam a relação entre o sujeito e o mundo que o cerca e, por outro, afetam esta relação. Essa via de mão dupla nem sempre é percebida com clareza, com a noção de que a realidade é construída nas relações entre sujeitos históricos e sociais.

Adotar o interacionismo simbólico como referencial teórico-metodológico dessa pesquisa revela a preocupação em valorizar o sentido que os agentes sociais atribuem à

problemática da violência, apreendendo como lidam em seu cotidiano com as práticas de violência e os efeitos por ela produzidos.

Também adotamos alguns pressupostos da etnometodologia¹⁰, corrente sucessora do interacionismo simbólico, particularmente na sua valorização quanto à importância de compreendermos a situação prática onde os sujeitos desenvolvem seu raciocínio sociológico prático para realizarem suas ações na rotina e no cotidiano de suas vidas práticas. Assim como o interacionismo simbólico, a etnometodologia considera que a realidade social é construída na interação das subjetividades (GUESSER, 2003, pág. 158)

A inovação proposta pela etnometodologia é a valorização da análise do senso comum. Guesser (2003, p. 158) ressalta a ruptura que essa nova proposta impõe em relação à tradição sociológica de desconsiderar o senso comum. Enquanto para Durkheim esta categoria deveria ser excluída de qualquer tipo de investigação sociológica, a etnometodologia a recupera como forma de abordar o comportamento social. O senso comum revela, nessa abordagem, os sentidos atribuídos pelos atores sociais ao fenômeno estudado.

A linguagem constitui elemento fundamental da etnometodologia, que a considera como um constructo social flexível e mutável. A comunicação entre os atores ocorre através da linguagem, portanto, para compreender a interação entre eles e, desta forma, a realidade social, faz-se necessária a compreensão da linguagem utilizada pelos atores sociais em seus processos de interação social. Ao valorizar o conhecimento produzido no âmbito do senso comum, a etnometodologia aponta seu interesse em acessar a linguagem veiculada no cotidiano das relações, ao invés do discurso culto e estruturado produzido pelos sujeitos sociais. A fala do senso comum, as práticas cotidianas dos atores sociais para expressar o mundo social em que vivem, é que serve de alicerce para a interpretação e o conhecimento da dinâmica social.

¹⁰ Queremos prevenir aos leitores que não estamos fazendo um estudo etnometodológico, mas, adotamos alguns pressupostos desenvolvidos por essa perspectiva teórica.

Apoiada nesses pressupostos da etnometodologia, esta pesquisa tem o intuito de apreender a realidade social de um espaço específico no que se refere ao tema da violência. Pretendemos dar voz aos atores sociais, aos agentes que vivenciam essa problemática no cotidiano e nas interações intersubjetivas, para entendermos de que forma a violência se coloca como realidade social e em que medida os seus efeitos são expressos em sentimentos e comportamentos na sociabilidade contemporânea. O medo e a insegurança enquanto categorias de análise representam, em maior ou menor grau, o rompimento das interações sociais convencionais e impõem um novo ordenamento social, ajustando comportamentos individuais e coletivos, derivado das experiências e expectativas em torno da violência.

1.1.O medo e a insegurança sob a perspectiva da Sociologia das Emoções

A compreensão das categorias medo e insegurança, que escolhemos como objeto de investigação da pesquisa, demanda um conhecimento relativo a tais sentimentos que fazem parte da vida social e permeiam as ações dos atores. Nesse sentido, encontramos na Sociologia das Emoções, campo disciplinar recente das ciências sociais, significativa contribuição na abordagem do nosso objeto.

Mauro Guilherme Koury (2004) coloca em evidência a Sociologia das Emoções, enquanto suporte teórico para analisar aspectos relacionados à intersubjetividade. A emoção é tomada por ele como objeto de investigação, entretanto, não em seu aspecto estritamente singular, referente ao ator social, mas numa perspectiva de construção social, em que o contexto cultural e as interações sociais produzem experiências emocionais no sujeito. Interessa problematizar o modo como fatores sociais, culturais e psicológicos produzem emoções individualmente e, a partir das interações, repercutem na sociabilidade. Segundo Koury, as emoções são particulares, porém, produzem repertórios constitutivos distintos em

diferentes sociedades. Nesse sentido, Koury afirma que *as emoções são afirmadas como processos eminentemente sociais, não cabendo sequer a questão teórica de que as emoções não sejam socialmente construídas.* (Koury, 2004 pág. 10)

Koury (2004) argumenta que os projetos, interesses ou valores subjetivos vão sendo projetados no campo social e compartilhados pelas partes na interação como um jogo interacional, codificando as emoções aceitas, social e culturalmente, de forma satisfatória.

Rezende (2010) ressalta que os afetos sempre foram observados pelas ciências sociais, muito embora, geralmente, figurassem como pano de fundo das investigações. Segundo Rezende (2010), Durkheim e Simmel trouxeram contribuições marcantes na reflexão dos sentimentos como resultado das interações sociais, apesar de tratarem-nos como estados subjetivos. Ainda que de forma incipiente, eles notam que há sentimentos que são produzidos nas relações sociais e que produzem efeitos na coletividade. Em virtude da ambivalência e da tendência teórica de considerar as emoções em seu aspecto psicológico, esse terreno foi tratado de forma secundária pela sociologia por várias décadas (Rezende, 2010, pág.13). Assim, como Koury (2004), Rezende (2010) aponta como novidade a apropriação das emoções enquanto elementos eminentemente sociais.

Entre os debates recentes relativos ao papel das emoções na configuração social, destacamos os estudos de Koury (2004) relativos ao medo como suporte para a análise dessa categoria em nossa pesquisa. De acordo com seu ponto de vista, o medo é *uma das principais forças organizadoras do social* (Koury, 2004, pág. 86), por isso é uma importante categoria de análise nos estudos que se propõem a pensar sobre os processos de sociabilidade.

Percebemos a influência das obras de Norbert Elias na elaboração teórica de Koury no campo da sociologia das emoções. Segundo Rezende (2010), Elias interpreta o medo como fator importante no controle social, funcionando como um canal de transmissão das estruturas sociais (valores, normas e regras de comportamento) aos indivíduos, de geração

a geração. O sentimento de medo faz parte da natureza humana e é expresso individualmente, mas, em cada grupo social ele apresenta uma configuração distinta, relacionada ao contexto histórico e cultural. (Rezende, 2010)

Koury (2012) assinala que a experiência societária na contemporaneidade é permeada pela tensão entre medo e coragem, em que o risco está sempre presente como possibilidade, o que coloca a necessidade de segurança como balizadora das ações dos atores. Domesticar o medo passa a ser fundamental para a existência da vida social; vivemos em busca de segurança, mas a própria vida é um risco iminente, e há circunstâncias de risco inevitáveis, como as catástrofes naturais, por exemplo; por isso, estabelecemos quais riscos são desnecessários, na tentativa de assumirmos o domínio diante do sentimento de medo. (Koury, 2012)

A discussão sobre o medo em nossa dissertação atravessa a ideia da configuração do risco, relacionado atualmente às práticas violentas e que diz respeito à sensação de ameaça e de medo constantes na contemporaneidade, dissonante à ideia adotada por Beck em sua definição de sociedade de risco¹¹. A Sociologia das Emoções entende que a sensação de ameaça impõe códigos sociais distintos em cada cultura, que moldam as ações individuais e coletivas. Nesse sentido, propomos uma reflexão sobre o modo como esses códigos tem sido construídos socialmente e como os atores e as interações sociais tem sido afetadas pelas expressões de violência na sociabilidade contemporânea.

¹¹ O conceito de risco ao qual nos referimos diverge da definição proposta por Beck, que atribui a existência de uma sociedade de risco ao desenvolvimento científico ilimitado. De acordo com Alexandre (2000), segundo Beck, a produção do risco se configura em âmbito internacional nas formas mais variadas: riscos alimentares, riscos de contaminação radioativa, riscos de poluição, risco de contrair doenças, riscos de catástrofes, entre outros. Beck considera que as inovações modernas elaboradas com a função de controlar os riscos acabam por produzir uma ausência de controle sobre a responsabilidade científica, instalando a cultura do medo, na qual tenta-se fixar níveis aceitáveis a partir dos quais todos possam basear suas vidas. Nesse sentido, o progresso traz consigo a dificuldade de controlar decisões que afetam a todos, ou seja, suas consequências não estarão restritas a um espaço ou a uma nação, mas se constituem um risco global. (ALEXANDRE, 2000)

1.2. As representações sociais (da violência) e os procedimentos metodológicos para seu estudo

Ainda seguindo as proposições da sociologia que valoriza os processos interacionistas e as interpretações hermenêuticas, dialogamos com a teoria das representações sociais entendendo que esta é uma via de acesso importante para a compreensão do contexto de violência que se constitui numa realidade construída socialmente. A violência pode ser entendida sob várias perspectivas. Por ser um fenômeno multifacetado assume o lugar de objeto das representações sociais exatamente por despertar vários olhares, não apenas dos diversos saberes da ciência, mas, sobretudo dos sujeitos e da coletividade que vivenciam o fenômeno e lhe atribuem significados.

A violência urbana como objeto de representações sociais apresenta a característica polimórfica, tendo em vista que revela diferentes concepções para grupos sociais distintos. Como exemplo pode-se imaginar as prováveis distinções entre as concepções de violência urbana para moradores da zona rural e para os da zona urbana; para os jovens que atualmente fazem parte da faixa etária que engloba o maior número de vítimas da violência no Brasil e a população de idosos; para os policiais e para os infratores. Cada um desses grupos constrói suas representações sociais tendo como referência os elementos sociais presentes no contexto que vivencia. (Almeida, 2011, pág.25)

É nessa perspectiva que analisamos a fala dos entrevistados e utilizamos os dados obtidos através dos questionários para investigar a representação social da violência na cidade de Maceió, examinando as representações sociais apresentadas pelos moradores da cidade, levando em conta que as mesmas são construídas no tecido social.

Maria Stela Grossi Porto (2006) insere a subjetividade na discussão sociológica sobre a violência, compreendendo que ela é construída num contexto sócio-histórico objetivamente dado, e admite ser impossível compreendê-la sem interrogar os sentidos, os

valores e as crenças que norteiam a conduta humana e a dinâmica social. Nesse raciocínio, Porto (2006) assinala que subjetividade e objetividade são elementos que interatuam na constituição da violência e que podem ser apreendidos através do enfoque das Representações Sociais.

Considerando os fenômenos da violência, a perspectiva analítica centrada nas Representações Sociais permite captar os sentidos que os atores (protagonistas ou vítimas da violência) atribuem às suas representações e às suas práticas, sem secundarizar o sistema (ambiente, contexto, situações, estruturas) no qual esses atores agem e onde ações violentas são praticadas. Privilegia a subjetividade das representações sabendo, no entanto, que elas só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente objetivamente dado. Ou seja, subjetividade e objetividade são assumidas, tanto uma quanto a outra como componentes fundamentais desta forma de relação social. (Porto, 2006, pág. 264)

Porto (2006) afirma ainda que mesmo a definição de violência está intimamente ligada ao contexto e aos valores societários predominantes em determinada cultura, ou seja, não há um conceito teórico único de violência que possa ser empregado em qualquer sociedade. Ela aponta então, como saída para as armadilhas que o relativismo impõe à construção analítica, a adoção de preceitos como integridade física e moral do indivíduo enquanto parâmetros para distinguir quais atos são violentos. Porém, essas categorias, integridade física e moral, também pressupõe valores vinculados a um contexto específico.

Aqui se situa, talvez, um dos elementos mais complexos da questão da definição da violência: não há uma definição em abstrato que se “aplique” a qualquer sociedade. Por outro lado, o relativismo não leva a lugar nenhum. Uma forma possível de se buscar sair do impasse seria considerar que o limite para o relativismo seria a integridade, física e moral da pessoa. Desta forma, toda vez que tal integridade fosse atingida, poder-se-ia assumir que se está em presença de um ato violento. É claro que aí também não se está, de todo, isento de ambigüidades, pois cabem interpretações sobre o que seja, por exemplo, integridade moral e sobre os critérios para tal classificação. (Porto, 2006, pág. 266, grifo do autor)

Nessa perspectiva de análise, importa-nos absorver os sentidos e significados que os moradores da cidade de Maceió atribuem à violência e aos elementos de medo e insegurança social, ambos imbricados à experiência social da violência.

Nesse trabalho propomos analisar as representações sociais que a população tem construído em torno da violência na cidade de Maceió. Nosso objetivo é investigar em que medida a população percebe uma mudança de padrão e na dinâmica da violência na cidade e que tipo de estratégias sociais e individuais tem utilizado para lidar com a violência no cotidiano. Para tanto, foram elaborados dois instrumentos de coleta de dados em nossa pesquisa: um questionário para colher dados quantitativos e uma entrevista semi-estruturada para colher dados qualitativos.

Para realizar a pesquisa, os questionários e as entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas com moradores das seguintes localidades: Tabuleiro dos Martins, Benedito Bentes e Jacintinho, bairros populares da cidade; Gruta de Lourdes e Ponta Verde, bairros considerados de classe média, onde existem condomínios fechados, horizontais e verticais, respectivamente. Foram escolhidos 3 bairros populares, apontados pelos relatórios da Secretaria de Defesa Social do Estado (SEDS) de 2009¹² com os maiores índices de homicídios, e 3 condomínios residenciais de classe média da cidade de Maceió. A escolha de 3 bairros e 3 condomínios representando grupos distintos se deve à necessidade de estabelecermos pontos de comparação entre as representações da violência, bem como dos sentimentos de medo e insegurança vivenciados como seus efeitos dessa violência, entre diferentes segmentos da sociedade.

¹² Fonte: <http://www.defesasocial.al.gov.br/dados-estatisticos>. Acesso em: 15/08/2011

Concordamos com Espinheira (2008) quando afirma que existem distinções entre bairros populares e bairros nobres com a sentença “dois pesos e duas medidas”. (2008, pág.15). O autor destaca a funcionalidade da infra-estrutura, a presença de serviços de limpeza e os ambientes esteticamente planejados dos bairros nobres, em contraste com o abandono a que são submetidos os bairros populares.

Dois pesos e duas medidas do Estado e da sociedade de classes, na mistificação de “bairros populares” e “bairros nobres”, em centro e periferia como conceitos sociológicos de distanciamentos sociais das relações pessoais/institucionais, interpessoais e institucionais/individuais, em que os benefícios públicos estão descompensados em sua distribuição territorial e dos grupos sociais que se localizam nesses subespaços. (ESPINHEIRA, 2008, pág. 15)

A análise de Caldeira (2000) sobre como o crime e o medo da violência transformaram a cidade de São Paulo exprime a influência de tais questões na discriminação de segmentos sociais e na segregação de grupos em espaços sociais distintos, que, por sua vez, promovem alterações no espaço urbano. Muros altos, sistemas de segurança, cerca elétrica, enfim, tudo o que impuser distanciamento entre os grupos sociais são utilizados como estratégias de proteção contra a violência urbana e transformam o cenário das cidades modernas.

Assumindo a concepção de distanciamento das interações sociais, propomos analisar a temática a partir dos dois espaços, condomínios residenciais de luxo e bairros populares, com o propósito de apreender a realidade de universos distintos ao lidar com um fenômeno inerente a ambos. A violência afeta o cotidiano de todos os grupos sociais, porém, o medo provocado por ela e a forma de lidar com ele se expressa de formas diferentes.

Baierl (2004, pág.23) defende que moradores de áreas violentas são afetados pela violência na vida cotidiana real, enquanto moradores de outros territórios lidam com a violência reproduzida pela mídia e, portanto, imaginária. O estudo em espaços sociais distintos nos permite captar se há ou não diferenças nessa percepção dos moradores da cidade de Maceió.

Os moradores dos bairros participantes da pesquisa não foram escolhidos aleatoriamente. Embora a intenção inicial fosse a de obter um número equivalente de questionários nas regiões escolhidas, o acesso aos moradores de condomínios fechados foi bastante difícil. Foram realizados vários contatos com síndicos de prédios da orla do bairro da Ponta Verde que, num primeiro momento, demonstraram interesse em colaborar com a pesquisa, mas que, posteriormente, não retornaram contato. Nos condomínios horizontais, deparamo-nos com a mesma dificuldade. Pessoas agendavam e depois desmarcavam o encontro, síndicos concordaram em abrir um espaço na reunião de condomínio para divulgação da pesquisa e adiaram sucessivamente essa participação. Encontramos obstáculos nos condomínios que impuseram limites ao nosso estudo nesse espaço.

Já nos bairros populares, os próprios moradores se aproximavam e, muitas vezes, solicitavam a participação na pesquisa. Poucas pessoas se negaram a participar da pesquisa e, nesses casos, percebemos que a recusa devia-se, principalmente, ao medo de sofrer algum tipo de prejuízo ao fornecer as informações que poderíamos pedir.

Outra dificuldade que podemos apontar foi a nossa inserção nos bairros de periferia. Os próprios moradores nos alertavam quanto às áreas de risco, indicando locais apropriados para a nossa investigação. Por vezes, ouvimos relatos de crimes ocorridos no bairro momentos antes da nossa chegada para aplicação dos questionários. Para preservar a nossa segurança, a exploração desses espaços foi restrita às áreas consideradas de baixo risco.

No total, aplicamos 184 questionários e realizamos 10 entrevistas, sendo que 40 questionários foram aplicados no bairro do Jacintinho, 40 no bairro do Tabuleiro, 40 no bairro do Benedito Bentes, 21 em condomínios verticais no bairro de Ponta Verde e 43 num condomínio fechado horizontal na Gruta de Lourdes.

1.3. Perfil dos participantes da pesquisa de campo

As entrevistas foram realizadas com dois moradores de cada bairro, sendo eles: uma aposentada de 57 anos e uma desempregada de 65 anos, moradoras do Jacintinho; uma psicóloga de 30 anos e um empresário de 37 anos, moradores da Ponta Verde; uma empregada doméstica de 42 anos e uma dona de casa de 46, moradoras do Tabuleiro dos Martins; um policial militar de 40 anos e uma professora de 40 anos, moradores do Benedito Bentes; um administrador de 34 anos e uma funcionária pública de 31, ambos moradores de um condomínio fechado do bairro Gruta de Lourdes.

No bairro do Jacintinho, responderam ao questionário 21 homens e 19 mulheres. Dessas pessoas, 17 afirmaram ser católicas, 19 evangélicas e um ateu. As profissões exercidas por elas são de frentista, cobrador (a) de ônibus, caixa de supermercado, segurança, porteiro, vendedor, manobrista, comerciante, motorista e empregado (a) doméstico (a). Quanto ao nível de instrução, 12 pessoas têm nível fundamental incompleto, 10 têm nível fundamental, 12 têm ensino médio e uma tem curso superior.

No Bairro do Benedito Bentes, 25 homens e 15 mulheres responderam ao questionário dos quais, 13 pessoas afirmaram ser católicas, 14 evangélicas, 1 espírita, 1 mórmon e uma pessoa afirmou não ter religião. Suas profissões são: porteiro, técnico (a) de enfermagem, técnico(a) de refrigeração, professor, pedreiro, motorista, operador de caixa, taxista, segurança, servente de pedreiro, empregado(a) doméstico(a) e feirante. Quanto ao

nível de instrução, 13 pessoas têm nível fundamental incompleto, 06 têm nível fundamental, 13 têm ensino médio e 07 têm curso superior.

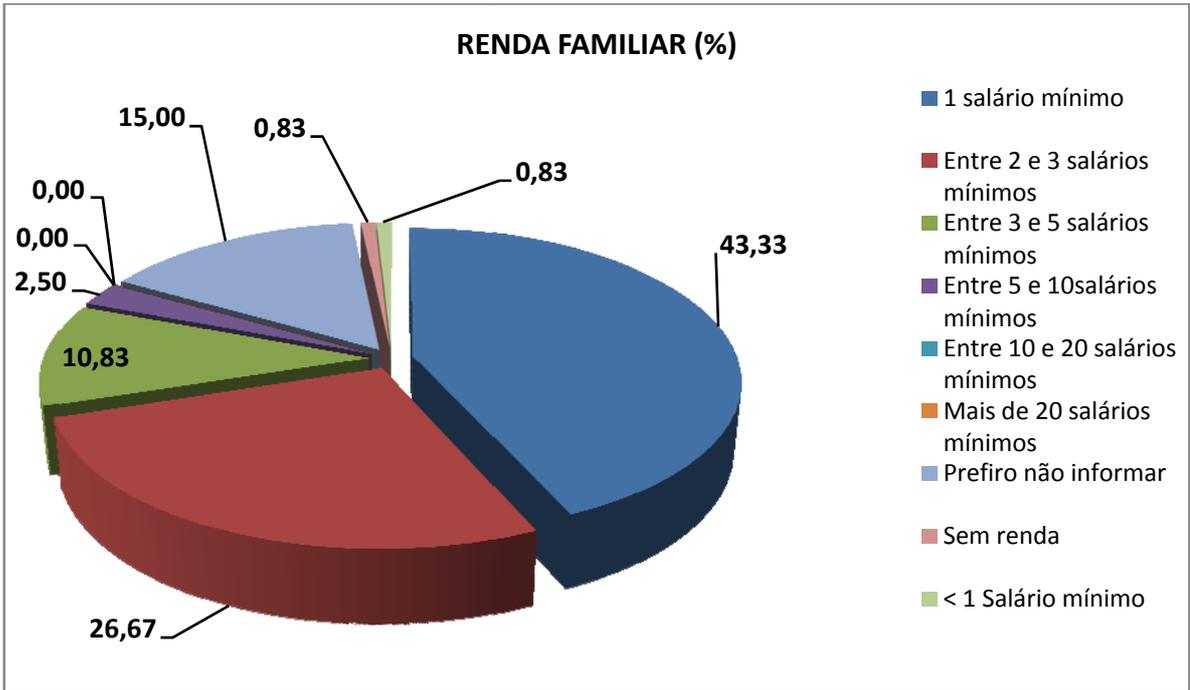
No Tabuleiro dos Martins, os questionários foram aplicados com 11 homens e 29 mulheres. 13 são católicos, 17 evangélicos e 3 afirmaram não ter religião. Trabalham como confeitoiro, vendedor(a), educador(a) físico, artífice, frentista, eletricitista, policial, técnico(a) de enfermagem, manicure, comerciante, empregado(a) doméstico(a), caixa de supermercado, cobrador(a) de ônibus e cabeleireiro(a). Dessas pessoas, 5 têm nível fundamental incompleto, 5 têm nível fundamental, 24 têm nível médio e 6 têm nível superior.

No bairro da Ponta Verde, 12 homens e 9 mulheres responderam ao questionário. São 12 católicos, 5 evangélicos e 1 espírita. Essas pessoas exercem as profissões de advogado(a), empresário(a), odontólogo(a), professor(a), enfermeiro(a), psicólogo(a), médico(a) e vendedor(a). Dessas pessoas, 18 têm curso superior e 2 ensino médio.

Na Gruta de Lourdes, 26 participantes da pesquisa são homens e 17 são mulheres. Dessas pessoas, 30 seguem a religião católica, 05 são espíritas, 02 são evangélicas, 01 é agnóstica, 01 é protestante e 01 pessoa afirmou não ter religião. Os participantes têm profissão de médico(a), comerciante, psicólogo(a), advogado(a), bancário(a), assistente social, engenheiro(a), funcionário(a) público(a), estudante e aposentado. Dessas pessoas, 41 têm curso superior e 2 têm ensino médio.

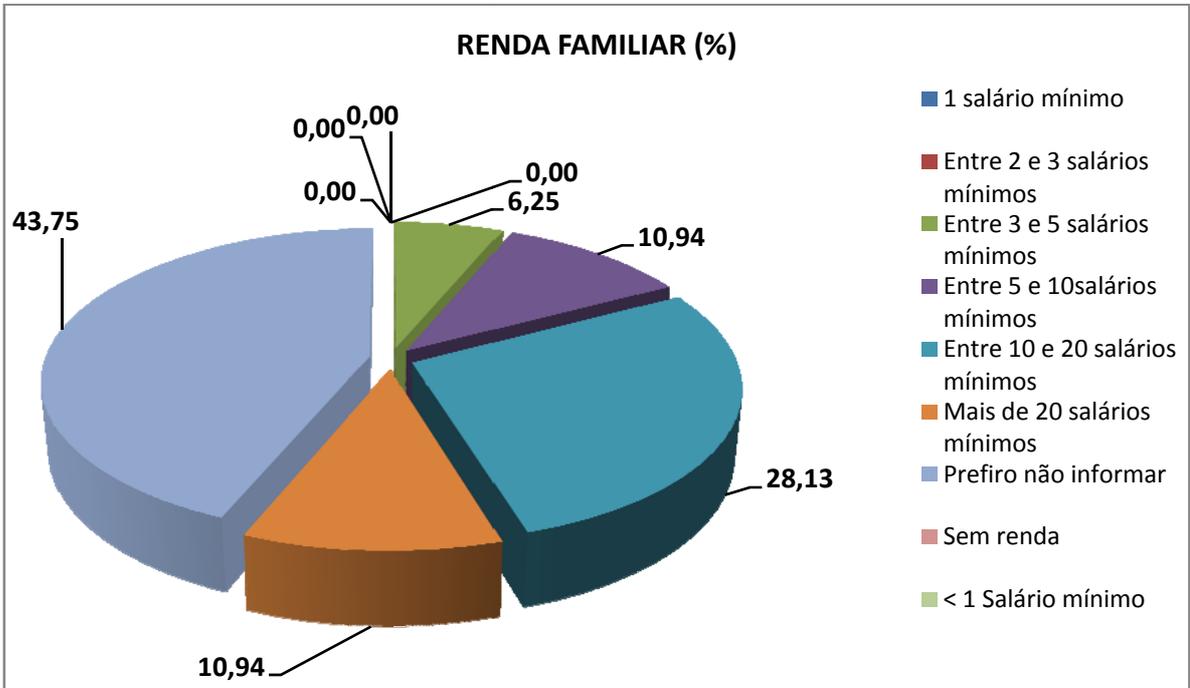
Em relação à renda familiar, a maioria dos moradores dos bairros de periferia (43,33%) tem renda de até um salário mínimo. Entre os moradores de condomínios residenciais, a maioria das pessoas, quase 44% dos participantes, não quiseram informar a renda na pesquisa e 28,13% tem renda entre 10 e 20 salários mínimos. Ilustramos os dados relativos à renda familiar nos gráficos que seguem:

Gráfico 01



Amostragem dos Bairros Periféricos

Gráfico 02



Amostragem dos Condomínios residenciais

Essas informações sobre o perfil dos nossos entrevistados, destacando nível de escolaridade, profissão, renda e adesão a alguma religião são importantes para demonstrar, dentre outras coisas, o quanto a nossa pesquisa conseguiu abarcar, em termos de representatividade, diferentes segmentos sociais que ocupam lugares diferentes na geografia da cidade. As diferenças que demarcam os sujeitos participantes do estudo revelam-se em termos de acesso a bens e serviços, ao consumo, à educação, à saúde, em função da renda, do lugar que habita, da escolaridade e das diferenças inscritas em sua condição de classe.

CAPÍTULO 2 - A VIOLÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA URBANA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

A violência tem sido foco de debate no meio acadêmico brasileiro e diversas pesquisas, sob diferentes perspectivas, tanto teóricas quanto metodológicas, apontam novos rumos na abordagem da violência. Apesar desse interesse crescente pela temática, a violência na cidade de Maceió carece de estudos no que tange à configuração urbana da cidade. Neste capítulo, trazemos conceitos importantes envolvidos na problemática, como o conceito de violência, a definição de sociabilidade violenta e a sua configuração no espaço urbano, salientando o processo de urbanização de Maceió e, mais especificamente, destacando as particularidades dos bairros em que a pesquisa foi realizada.

Em virtude da complexidade inerente à temática, diversos conceitos propostos se apresentam de modo complementar, no sentido de nos propiciar uma compreensão abrangente do problema, a partir de modelos plurais de análise.

Jurandir Freire Costa (2003), psicanalista e estudioso reconhecido na temática, entende a violência, essencialmente, como o uso da força por parte do mais poderoso contra o mais fraco, de forma gratuita e arbitrária, podendo ser desferida de forma consciente ou inconsciente, porém, sempre movido pelo desejo. Para o autor, a violência é um instrumento da cultura utilizado numa negociação para solucionar conflitos que não são resolvidos através do diálogo. (Costa, 2003).

Violência é o emprego *desejado* da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. A existência desses predicados não altera a qualidade especificamente humana da violência, pois o animal não deseja, o animal necessita. E é porque o animal não deseja que seu objeto é fixo, biologicamente predeterminado, assim como o é a presa para a fera.

Nada disso ocorre na violência do homem. O objeto de sua agressividade não só é arbitrário como pode ser deslocado. Este

pressuposto é indissociável da noção de irracionalidade que acabamos de mencionar e corrobora a presença do desejo em qualquer atividade humana, inclusive na violência. É porque o *sujeito violentado* (ou o observador externo à situação) percebe no *sujeito violentador* o desejo de destruição (desejo de morte, desejo de fazer sofrer) que a *ação agressiva ganha o significado de ação violenta*. (Costa, 2003, pág. 39. **“grifo do autor”**)

Minayo (1998) ressalta a complexidade da violência e a define enquanto um processo, através do qual as ações de pessoas ou grupos se voltam para o aniquilamento do outro, causando-lhes danos físicos, mentais ou morais.

Qualquer reflexão teórica metodológica sobre a violência pressupõe o reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia do objeto. Por isso mesmo, gera muitas teorias, todas parciais. Neste artigo, levando em conta o que acontece na prática, dizemos que a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas. (Minayo, 1998, pág.514)

Na mesma perspectiva de Jurandir Freire Costa, o conceito de violência utilizado pela Organização Mundial de Saúde se refere ao uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra outra pessoa, um grupo ou comunidade, que pode causar morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002)

Podemos, ainda, citar Gilberto Velho entre os sociólogos de destaque nos debates sobre violência, segundo o qual a vida social é constituída em um processo heterogêneo e permeada por diferenças que podem gerar conflitos. A tensão está sempre presente nas interações sociais, colocando como necessidade a negociação.

Violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Vê-se que, de início, associa-se a uma ideia de poder, quando se enfatiza a

possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre outro. (Velho, 2000, pág.11)

A violência, de acordo com as definições mencionadas, é um fenômeno caracterizado pela ameaça de uso ou pelo uso da força física, que produz efeitos na dinâmica de uma sociedade. Mesmo quando ocorre no espaço privado, a violência não diz respeito apenas aos indivíduos envolvidos. A sua repercussão provoca marcas que extrapolam os limites da individualidade, expande-se ao espaço público e produz efeitos na sociabilidade, na forma como as pessoas se relacionam.

Fagundes (2004) define violência como o emprego desejado, conscientemente ou inconscientemente, da agressividade com fins destrutivos. Ele assinala que o agente da prática violenta emite sinais que alertam o outro (o seu alvo) em relação ao seu ataque, possibilitando-lhe desenvolver atitudes defensivas em resposta à agressividade (Fagundes, 2004). Partindo desse pensamento, defendendo que a violência ocorre nas interações sociais e considerando a dimensão que os atos violentos têm assumido na sociedade, podemos supor que os “sinais” abordados por Fagundes (2004) têm sido emitidos e percebidos coletivamente, produzindo novas formas de interação social e caracterizando, conseqüentemente, o que Silva (2004) e Misse (1999) denominaram de sociabilidade violenta.

O termo “sociabilidade violenta” é utilizado por Luiz Antônio Machado da Silva (2004) em referência a uma sociabilidade que sofre interferências em seu ritmo, em sua forma e em sua organização pelas práticas cotidianas de crimes violentos nas cidades. As ocorrências de práticas violentas influenciam o modo como as pessoas vivem e transformam a qualidade das relações. Percepções sobre o tempo e o espaço são modificadas e a vida passa a ser pautada pelas expressões de violência. Passa a existir, por exemplo, construções simbólicas do comportamento adequado, ou seja, assume-se um modelo de conduta

fundamentado nas situações vivenciadas e em suas representações. O autor analisa a violência urbana enquanto representação e afirma que:

o conteúdo da expressão ‘violência urbana’ refere-se, primeiro, à constatação da existência maciça de saques à propriedade privada (assaltos, roubo) e ameaças à integridade física, em situações relacionadas à vida cotidiana; e ao mesmo tempo, segundo, a modelos de conduta subjetivamente justificados, no âmbito dessas situações. (Silva, 1993)

[...] uma vez constituída como representação, a violência urbana é um “mapa” que apresenta aos atores um complexo de relações de fato e cursos de ação obrigatórios – expressão simbólica de uma ordem social, para todos os efeitos práticos. Mais explicitamente: a representação da violência urbana constrói um componente de obrigação normativa subjetivamente aceita que, em certas situações e sob determinadas condições, substitui cursos de ação relativos a outras referências sem, entretanto, cancelá-las. (Silva, 2004, pág. 58, “**grifo do autor**”)

Essa é, em síntese, a novidade da representação violência urbana. Ela reconhece a existência de uma forma de vida consolidada como uma ordem social. Não se trata apenas de uma referência ao crime comum violento, em relação ao qual a força é tão-somente um meio de obtenção de interesses e, nesse sentido, sempre pode ser substituída por alternativas. Tampouco se trata de uma simples interpretação de desvios de conduta da parte dos criminosos. Violência urbana é a categoria de senso comum coletivamente construída para dar conta do fato de que faz parte da vida cotidiana um complexo de práticas do qual a força é o elemento aglutinador, responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo. (Silva, 2000, pág. 35)

Silva (2000) define a sociabilidade violenta como uma nova ordem dentro do sistema vigente em que a violência age como um princípio ordenador da sociedade, que organiza o ambiente coletivo e as relações sociais. Constantemente, há uma tensão entre essa nova ordem (micro) e a ordem social estabelecida (macro). As duas dimensões coexistem no mesmo espaço e, de acordo com a necessidade, uma dimensão normativa se sobrepõe à outra, e a coletividade vai moldando seu comportamento ora seguindo padrões normativos institucionais (Estado), ora seguindo padrões normativos do espaço violento. Quanto à

distribuição territorial da coexistência entre a ordem estatal e a violência urbana, Silva (2000) ressalta que as favelas apresentam aspectos favoráveis à instalação da violência.

Embora a violência urbana seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras que abrange, portanto, todo o seu território, é mais ou menos consensual que ela afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas, especialmente as favelas, provavelmente devido à forma urbana típica desses locais, em geral muito densos e com traçado viário precário, dificultando o acesso de quem não está familiarizado com eles e, portanto, favorecendo o controle pelos agentes que lograrem estabelecer-se neles. (Silva, 2004, págs 77 e 78)

Misse (1999) trabalha o conceito de sociabilidade violenta proposto por Silva (1993) e argumenta que a violência urbana é uma representação distinta de outros tipos de representação da violência. O autor concorda com Silva no que diz respeito à convivência de duas ordens normativas no campo social e assinala que, embora a nova ordem (micro) não seja institucional/legal, ela não é percebida como ilegítima. Ao contrário, a coexistência das duas ordens constitui o ordenamento legítimo das cidades brasileiras. O novo padrão de organização social não substitui o antigo, mas produz novas regras de convivência e de comportamento, aprofundando os conflitos entre sociedade e Estado, na medida em que torna visível a ineficiência do Estado enquanto referência normativa. Misse (1999) exemplifica a coexistência de duas ordens distintas no Rio de Janeiro com as atividades de jogo do bicho, prostituição, contrabando e o mercado de drogas ilícitas.

A violência urbana impõe à população novas formas de relações que são pautadas, simultaneamente, pelas normas institucionais e pelas leis do crime. Frequentemente a mídia divulga notícias das relações estabelecidas em regiões dominadas pelo tráfico de drogas, em que o traficante se torna uma referência, garantindo serviços básicos para a população local, como distribuição de gás, alimentação, entre outros.

A compreensão de que uma sociabilidade marcada pela violência impõe um novo ordenamento social, em que se estabelecem novos padrões de comportamento e relações, interferindo, direta ou indiretamente na dinâmica social, permeia a nossa pesquisa, através da qual, apreendemos a percepção da população maceioense acerca das representações sociais da violência e em como elas se articulam no cotidiano de espaços sociais distintos. Uma das entrevistadas, moradora de um bairro de periferia, evidencia um padrão de interação social em que uma nova ordem, notadamente estabelecida em paralelo ao poder estatal, regula as relações no campo social quando se refere ao cotidiano em seu bairro:

O segredo de você morar aqui é quando o bandido chegar na sua porta você dar um prato de comida, o que tiver em casa. Eu sei quem é todos os bandidos daqui e eles vão na minha casa, pegam comida e vão embora... mas, eu sei que bandido também é gente... porque tem gente que acha que bandido não é gente, mas é. E quando ele conhece você ninguém faz nada com você e nem ele vai querer fazer mal. (Aposentada, 57 anos, moradora do Jacintinho)

Pode-se perceber que na dinâmica interacional que acontece no bairro, a moradora aposentada tem o conhecimento prático de que o “bandido” precisa ser reconhecido (em seu poder e em sua humanidade – “ele é gente”) pela população para que a mesma receba sua proteção, mesmo que seja no registro da ilegalidade. A percepção de que “quando ele conhece você ninguém faz nada com você e nem ele vai fazer mal” revela uma representação da violência própria a um universo social específico, deixando subliminarmente a ideia de que o “bandido” não tem essa mesma postura com todos os cidadãos que vivem ou transitam no bairro. Talvez a subserviência ao “bandido” seja a condição para obtenção de proteção naquele espaço social.

Para essa moradora aposentada, o “criminoso” não assume a postura de provedor no sentido de garantir bens aos moradores do bairro, mas atua como agente protetor, que

garante a segurança do local. A fala da entrevistada mostra a sua relação com os “bandidos” da região como uma estratégia de proteção em relação à violência. A percepção de que “o bandido também é gente” e que se você o acolher ele não vai querer lhe fazer mal faz com que essa proximidade ocupe um lugar em que o Estado está ausente. O afeto tem, então, uma função fundamental nesse processo de socialização. Os moradores reconhecem seus vizinhos e conhecidos como praticantes dos atos violentos que ali ocorrem, mas não se sentem ameaçados, sobretudo, devido ao vínculo afetivo que há entre eles.

A problemática da violência provoca questionamentos que produzem desdobramentos na dinâmica de uma sociedade, seja em termos éticos, culturais ou políticos, sendo os últimos peculiares em virtude da função que a política exerce numa coletividade. Alguns teóricos tratam a temática sob a perspectiva da necessidade de um controle social, em favor de uma ordem social, que possibilitaria uma convivência harmoniosa entre os seres humanos.

De acordo com o pensamento liberal, o Estado funda a sociedade organizada como mecanismo externo de regulação das relações sociais para tornar possível uma convivência social pacífica e harmoniosa. A política surge, então, antes da divisão da sociedade em classes, a partir da necessidade da coletividade de regular as relações sociais. É sempre voltada para toda a sociedade, com a finalidade de colocar a coletividade acima das individualidades. Através da ética, das normas e dos padrões sociais, a política determina os limites do coletivo nas relações sociais e cobra daqueles que infringem esses limites, através de sanções.

(...) Somente a vontade geral tem possibilidade de dirigir as forças do Estado, segundo o fim de sua instituição, o bem comum. (...) Se não houvesse algum ponto em torno do qual todos os interesses se harmonizam, sociedade nenhuma poderia

existir. É unicamente à base desse interesse comum que a sociedade deve ser governada. (ROUSSEAU, pág. 36)

Rousseau, exímio representante do pensamento liberal, coloca o Estado como um ser coletivo e soberano, que favorece a todos com o pacto social. Este pacto é definido pelo autor como um tratado social em que os indivíduos abrem mão da sua independência, do poder de causar dano aos outros e da força em troca de liberdade, de segurança e do direito.

A premissa de pacto social presume que todos estariam dispostos a selar um acordo em nome do bem coletivo, de forma que a maldade humana deixaria de ser uma ameaça. Entretanto, a violência sempre esteve presente, em todas as formas de sociedade. Essa assertiva não faz o conceito de pacto social perder sua força para explicar a possibilidade de uma sociedade harmoniosa, mas aponta a fragilidade do trato diante das exigências impostas pela convivência em grupo.

A discussão sobre a violência coloca em xeque as instituições políticas, ao tempo em que questiona a eficácia do sistema no controle da criminalidade, que, em última instância, significa a eficácia na manutenção do pacto social. Nesse plano, o sentimento de desamparo provocado pela violência produz a descrença da população no poder público e no sistema social vigente.

Para a psicanálise, a vida em sociedade pressupõe o estabelecimento de um pacto social que representará a renúncia à satisfação imediata das pulsões individuais em favor da organização coletiva. O limite ao desejo humano seria então, o principal requisito para a vida em sociedade. Segundo Souza (2005), o direito exerce uma função fundamental no que concerne ao pacto social, no momento em que estabelece as obrigações individuais e coletivas. Como foi dito, a vida em sociedade exige renúncia. Para termos garantida a nossa segurança, precisamos reconhecer a necessidade de estabelecermos mecanismos de controle

onde possamos interditar ou estabelecer limites às pulsões agressivas inerentes a todo ser humano. Souza aponta o limite à agressividade como o “primeiro sacrifício, e talvez o mais duro, que a sociedade pede ao indivíduo” (Souza, 2005, pág. 89) para que este possa partilhar a vida no contexto social.

Por se tratar de conduta humana, ao abordar a temática da violência, não podemos perder de vista a dimensão subjetiva. Sabemos que a violência se manifesta de diversas formas e traz implicações subjetivas tanto a quem sofre algum tipo de violência, quanto a quem a pratica algum tipo de violência.

A violência compõe uma problemática complexa, carregada de significados, por isso ratificamos a importância de ampliar a discussão na tentativa de compreendermos o fenômeno em suas várias facetas. Embora a teoria psicanalítica careça de reflexões críticas sobre a violência (COSTA, 2003, pág. 12), a tese freudiana sobre a constituição do psiquismo lança luz sobre fragmentos fundamentais para pensarmos questões relacionadas ao comportamento humano e suas implicações na dinâmica social contemporânea.

Entendemos que a violência é um aspecto próprio da condição humana. Vasconcelos (2009) destaca a agressividade como aspecto inerente ao psiquismo, que, segundo a psicanálise, é constituído por polaridades. Entretanto, como assinala Costa (2003, pág. 18), assumir esse caráter humano do termo pode resultar em sua banalização, ou seja, considerar a naturalidade da violência pode representar um risco a qualquer possibilidade de reflexão sobre o tema. Nesse sentido, Vasconcelos aponta como caminho necessário a reflexão sobre “*os destinos*”, ou seja, sobre a direção dessa agressividade “*natural*” e suas expressões para que os atos violentos não sejam banalizados ou justificados pela existência de uma dimensão agressiva própria do sujeito. (Vasconcelos, 2009, pág.171).

Ao analisar as consequências da modernidade, Giddens (1991) traz uma concepção de modernidade enquanto um momento histórico e traz contribuições teóricas para a compreensão de conteúdos e significados imbricados no processo de transformação social. Analisar a violência na *pós-modernidade* nos faz pensar questões levantadas pelo autor, como a globalização, que não devem ser descartadas e, ao contrário, merecem destaque para uma reflexão refinada acerca do tema tratado.

Espaço e tempo são dimensões fundamentais quando tratamos de uma análise sociológica. A perspectiva de um tempo marcado pela revolução tecnológica e por transformações profundas no modo de vida e nos laços sociais trouxe a crença de que a segurança estaria garantida numa sociedade mais evoluída, ou mais civilizada. A era da pós-modernidade, como define Giddens (1991) frustrou o pensamento moderno quanto ao futuro de *uma ordem social mais feliz e mais segura*. Giddens aponta o rompimento entre espaço e tempo como um aspecto importante nesse contexto, que altera o dinamismo da sociedade.

Atualmente, as relações entre espaço e tempo têm uma conotação específica. O sistema de informação trouxe novas possibilidades e modificou relações de consumo, de trabalho, e por que não dizer, de afeto.

Ao assumirem novos formatos, as práticas de consumo conquistaram novas dimensões. A mídia propaga a ideia de que seremos mais felizes quando consumirmos mais. Associada a essa ideia, divulga a imagem de pessoas bem sucedidas como modelos de comportamento a serem seguidos por todos. O mais interessante, e o mais preocupante também, é que isso não ocorre num contexto específico. A globalização traz esse aspecto numa escala mundial, que impõe padrões de consumo, de beleza e de felicidade que devem ser desejados por todos. O valor humano passa a ser equacionado a partir do acesso a produtos e serviços, aparência física, reconhecimento social e quantidade de prazer usufruído.

Espinheira (2008) problematiza a frustração experimentada pelos jovens que não conseguem se inserir nesse universo de consumo e os destinos dos sentimentos desses jovens que vivem nas periferias quando não dispõem de recursos internos para lidar com a falta de liberdade diante dos atrativos do mercado de consumo.

O ponto crucial é a capacidade aquisitiva, sem a qual todo o indivíduo é destituído de possibilidades de realização de projetos que emergem em sua subjetividade a partir de sua própria experiência de vida social. Nenhum de nós é uma *tabula rasa*, mas inscrições que o processo social faz construindo a nossa subjetividade e nos projetando para certos projetos que acreditamos serem as realizações de nossos objetivos de vida. Na procura de realização desses projetos as ações são selecionadas dentre as possibilidades de ação de cada indivíduo, em uma sociedade em que a ênfase maior é dada à iniciativa pessoal e de êxito, independente das condições coletivas, vigorando a máxima a sabedoria popular: *em casa de farinha pouca, meu pirão primeiro*. (Espinheira, 2008)

Essa faceta da globalização pode trazer conseqüências graves à subjetividade. As exigências sociais por um padrão de vida de “capa de revista” esbarram numa realidade em que apenas uma minoria tem acesso aos bens de consumo desejados. Fagundes (2004) cita o relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), que apresenta os seguintes fatores de risco de violência: pobreza, desigualdades sociais, desemprego, iniquidades, normas que apoiam a violência, disponibilidade de armas de fogo, debilidade policial e de justiça e violência nos meios de comunicação.

Embora a frustração seja importante na constituição do sujeito, a privação de condições mínimas de sobrevivência, como alimentação, moradia, educação e saúde pode expor o indivíduo a situações de vulnerabilidade e risco social, além de expor a situações potenciais de conflito que podem ser resolvidos de forma violenta. Enfatizamos que não há relação direta entre pobreza e violência, mas a desigualdade social pode se tornar um fator de risco. Nessa perspectiva, o estudo de Briceño-Leon sobre a violência na Venezuela, (2009)

traça um panorama que aponta uma especificidade na realidade vivenciada na América, ao afirmar que

Los factores que se considera que originan la violència se relacionan com las condiciones de desigualdade social que existen em América Latina y que son superiores a las del resto del mundo. No es la pobreza, sino la desigualdade social, lo que genera más violència. (pág. 24)

Keil (2005) faz uma reflexão sobre a relação entre desigualdade social, política e violência urbana. Mostra que a sociedade do consumo produz e reforça a violência, que é concreta, mas que gera, por sua vez, uma exacerbação do medo dessa violência. Ela se refere aos números de mortos na cidade do Rio de Janeiro, em comparação com os dados de países que estão vivenciando uma guerra civil, tais como: Uganda, entre 1994 e 1998, 3 mil adolescentes mortos; no Afeganistão, entre 1991 e 1999, 12 mil; no Rio de Janeiro, entre 1991 e 1999, foram registradas 23.480 mortes de adolescentes.

A autora assegura que a desigualdade social afeta os índices de violência e defende a ideia de que a escolarização e o trabalho já não se constituem como meios de ascensão social. Associada a essa ideia, a nova ordem impõe a participação no consumo como meio de conquistar a cidadania e qualidade de vida. A tensão gerada por essa lógica de socialização reflete na produção da subjetividade e fragiliza as instâncias de referências normativas, afastando os jovens dos espaços políticos e contribuindo para o aumento nos índices de violência. O desemprego e a falta de oportunidades dificultam a integração social dos jovens, e a violência, muitas vezes, se apresenta como um meio de acesso a bens de consumo, a status e ao reconhecimento social. (Ver Keil, 2005)

Reconhecemos a fragilidade do modelo explicativo que propaga a violência como resultado direto dos aspectos estruturais da sociedade, tendo como enfoque as condições sócio-econômicas. Desse ponto de vista, todos os males sociais são derivados dos conflitos de

classe gerados pelo sistema capitalista de produção. Não é essa a ideia que defendemos, pois percebemos a violência como um fenômeno multifacetado, ao qual não podemos atribuir uma causa única. Todavia, concordamos que os contextos social, econômico e cultural, interferem no modo como somos afetados pela sociabilidade violenta, bem como no modo como reagimos frente a essa realidade que demanda novos dispositivos de interação social.

No contexto de violência, testemunhamos a falta de intimidade entre as pessoas e os problemas que as afetam, direta ou indiretamente. É como se os problemas sociais não fossem também problemas das pessoas que compõem a sociedade. A mídia ocupa um lugar importante nesse cenário. De tanto que os meios de comunicação se expandiram, o acesso a qualquer tipo de informação, de qualquer lugar e a qualquer tempo torna notícias sobre violência comuns e rotineiras. A banalização das práticas de violência reduz a indignação das pessoas, que acabam por naturalizar uma realidade cruel. Por outro lado, a imprensa reforça a sensação de insegurança da população e alimenta o pânico instalado, sem oferecer possibilidade de participação política e aprofundamento da convivência democrática.

Vasconcelos (2009) analisa os efeitos que a violência e a intolerância expostas na mídia provocam no tecido social. Considerando o potencial de interferência dos meios de comunicação, em especial a televisão, na produção da vida social, problematiza o papel da mídia na produção e reprodução da violência e da intolerância no cotidiano da sociedade moderna. Vasconcelos entende que a veiculação exagerada da violência, expressa *num certo "urbanismo selvagem"*, colabora para a construção de um *"imaginário do medo"*, provocando o esgarçamento dos laços sociais. (Vasconcelos, 2009, pág. 84, grifo do autor)

Ao estudar programas alagoanos, Plantão de Polícia e Fique Alerta, exibidos pela TV Bandeirantes e pela TV Pajuçara, respectivamente, Vasconcelos (2009) identifica o sensacionalismo que permeia o discurso jornalístico, que utiliza o cenário social de violência

apenas com o intuito de *mostrar o fato pelo fato*, (Vasconcelos, 2009, pág. 90) através de reportagens isentas de uma fração mínima de reflexão dos fatos enquanto construções sociais que podem ser transformadas. São reportagens que expõem o drama de vidas marcadas pela violência, seja na esfera pública ou na esfera privada, e atribuem à violência representações impregnadas de julgamentos valorativos que, por sua vez, são marcados pela intolerância e pela inobservância dos direitos dos atores sociais envolvidos nas cenas transmitidas pelos programas. Essa postura revela a falta de compromisso ético do jornalismo, apontada por Bucci (2004, apud Vasconcelos, 2009, pág. 95), quanto à sua função social e pública no que diz respeito à informação, à formação e à educação dos telespectadores.

As mudanças que surgiram com a sociedade pós-moderna proporcionaram avanços significativos no campo da ciência que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e para a compreensão do mundo em que vivemos. No entanto, apesar de todas as mudanças trazidas pela pós-modernidade, nenhuma mudança foi capaz de garantir uma convivência social pacífica, em que a violência estivesse ausente ou ao menos controlada.

Como já foi dito, a violência fez parte de todas as sociedades, da mais primitiva à mais civilizada. Porém, o que chama atenção na violência que presenciamos atualmente é o caráter gratuito que ela assume. Não raro temos notícias de crimes cruéis por motivos banais. Contrariando as previsões de que os índices de violência seriam inversamente proporcionais ao avanço civilizacional, a constatação de que práticas de crueldade acontecem diariamente nos fazem refletir sobre os rumos dessa sociedade pós-moderna, em que a insegurança e o medo vão sendo naturalizados, como algo inerente ao convívio social.

2.1. A cartografia das cidades e as expressões de violência no espaço urbano

A discussão sobre a violência no espaço urbano implica pensarmos as transformações vivenciadas no espaço das cidades. A socióloga Vera da Silva Telles (2006)

abre um debate que coloca a cidade como questão central e assinala que a dinâmica societária vem sendo redefinida a partir dos desafios impostos pelas realidades urbanas.

De acordo com Telles (2006), a modernização econômica fragmenta o espaço urbano em “ilhas de dinamismo” e “regiões excluídas” (Telles, 2006, pág. 45). Ela afirma que essa fragmentação amplifica a crise social para além dos aspectos financeiros, traduzidos em desigualdade de renda, e redefine a cartografia da pobreza urbana. As mudanças do mundo moderno desestabilizam antigos parâmetros e exigem novos padrões de análise, na tentativa de compreender a complexidade da realidade urbana e suas transformações. Nesse sentido, Telles (2006) afirma que

“O fato é que, se a tragédia social está estampada em nossas ruas e registrada nos inúmeros indicadores sociais hoje disponíveis, entender os processos está longe de ser tarefa simples. Se é evidente o aprofundamento de desigualdades e distâncias sociais, também é verdade que os modelos polares de análise pautados pela noção de dualização social não dão conta das novas realidades, se é que não produzem uma imagem desfocada do mundo social” (Telles, 2006, pág. 50 e 51)

Santos (2008) analisa a urbanização brasileira enquanto processo vinculado a questões econômicas, sociais e territoriais. O autor compreende a urbanização como um processo complexo que envolve aspectos como a distribuição das pessoas no território, a sobrevivência dos brasileiros nas cidades, a distribuição de renda, as condições de moradia e a distinção entre centro e periferia.

O início desse processo no Brasil, segundo Santos (2008), ocorre com o crescimento populacional e o desenvolvimento do espaço urbano. As pessoas começaram a buscar nas cidades melhoria das condições de vida e oportunidades de trabalho que o campo não oferecia. A industrialização contribuiu para a evolução deste quadro, facilitando a metropolização. Com a necessidade dos trabalhadores estarem próximos ao local de trabalho,

os locais em que se instalavam empresas, indústrias e fábricas passaram a ser ocupados por um grande número de pessoas.

Esse crescimento de forma descontínua e não planejada fez da cidade um espaço que coloca em risco a qualidade de vida de seus habitantes. A segregação e a desigualdade social, a pobreza extrema, a carência de infra-estrutura, a falta de emprego e acesso a serviços básicos de saúde, transporte e educação se tornaram problemas constantes nas grandes cidades; e, segundo Santos (2008), o crescimento urbano significa também o crescimento desses problemas.

Santos (2008) destaca que as cidades se desenvolvem de maneiras distintas e que, quanto maior a divisão do trabalho, maiores as diferenças entre as cidades. E dentro das próprias cidades, há distinção na organização do espaço. A concentração de renda e a desigualdade social dividem os espaços ocupados por grupos distintos. Os bairros expressam essa segregação entre a elite, a classe média e a população de baixa renda, demarcando o espaço urbano de acordo com os serviços oferecidos em cada localidade.

Com a expansão do capitalismo, Santos (2008) afirma que

o território brasileiro se encontra, hoje, grosseiramente repartido em dois grandes subtipos, que agora vamos denominar de espaços agrícolas e espaços urbanos. Utilizando com um novo sentido, a expressão região, diremos que o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas. Simplesmente, não mais se trataria de “regiões rurais” e de “cidades”. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. (Santos, 2008, pág. 73)

As regiões metropolitanas representam o limite superior para delimitação das regiões urbanas, enquanto o limite inferior proposto pelo autor é de 200 mil habitantes (Santos, 2008, pág. 75).

Importante destacar a peculiaridade do espaço em que esta pesquisa foi realizada. O estado de Alagoas é marcado historicamente por relações conflituosas, em que a violência, por vezes, é o recurso acionado para solucionar conflitos. O coronelismo é ainda uma realidade próxima e imprimiu modelos de comportamento e de relações na sociedade alagoana, tais como o machismo, o mandonismo e os crimes de honra.

Em Maceió, cidade em que a pesquisa foi realizada, pode-se perceber claramente a herança cultural do coronelismo na atuação de políticos e pessoas que ocupam cargos de poder na administração pública. A impunidade, os crimes de colarinho branco, os crimes de mando, entre outros, têm um significado no campo social e produz efeitos na vida das pessoas. Por outro lado, a violência urbana se apresenta de forma distinta da violência política, e é apontada como um fenômeno recente na cidade de Maceió, mas que tem tomado proporções desastrosas, causando efeitos devastadores na vida das pessoas que aqui residem. A descrença nas instituições públicas, a crise de valores éticos e morais, a fragilidade nas relações sociais e a instauração de um clima de pânico social, caracterizado por sentimentos de medo e insegurança generalizada são alguns dos efeitos produzidos por uma sociabilidade violenta (discutiremos esses aspectos com os dados coletados em nossa pesquisa de campo).

Ainda que suas observações mencionem a realidade europeia, entendemos que as reflexões de Pedrazzini (2006) contribuem para pensarmos processos semelhantes na urbanização vivenciada na realidade maceioense. De acordo com Pedrazzini, os bairros mais pobres das cidades são os mais expostos aos efeitos negativos da globalização. Segundo o autor,

Existe uma violência da globalização que não é unicamente econômica ou simbólica (Baudrillard, 2002; Kurnitzky, org, 2002), mas está intrinsecamente ligada às sociedades urbanas, marcando os territórios e as práticas que ali se desenvolvem (Shiva, 2001). Ela transforma-se rapidamente em violência da urbanização, dando origem aos processos atuais de segregação e de fragmentação

espaciais, fenômenos observados na Europa do pós-guerra, a partir do urbanismo de massa e dos grandes conjuntos habitacionais (Debord, 1967; Lefebvre, 1974). (PEDRAZZINI, 2006, p. 93)

Pedrazzini (2006) observa que a globalização determina os valores e as práticas urbanas e denomina de “urbanismo do medo” (2006, p.113) o fenômeno que resulta da globalização das formas espaciais de segurança. Para o autor, a estratificação social desempenha uma função importante no mercado da segurança. O setor privado se beneficia com a venda de armas e de sistemas de segurança. Se não houvesse insegurança, não haveria interesse em consumir proteção. A luta contra a insegurança se reverte em consumo, por isso o território não deve ser totalmente pacificado. Só que esse consumo é voltado para a segurança de uma parcela da população, ao passo que representa uma ameaça aos demais. Enquanto os ricos têm acesso à moradia em território seguro e estratégias de segurança, os pobres moram em regiões desprotegidas e inseguras. A cidade se torna um espaço fragmentado, em que pobreza e riqueza atuam aprofundando os conflitos e acentuando a insegurança. Nessa perspectiva, o autor observa que

O surgimento de um urbanismo de segurança não traz melhorias para a segurança da cidade ou da região em questão, mas apenas instaura uma dualidade nas práticas de segurança como resposta à dualidade do medo e da violência dos ricos e dos pobres, que se escrutam, se imitam ou se opõem de cada lado da cortina de ferro econômica. (Pedrazzini, 2006, pág. 123)

Ao observar os bairros escolhidos para a realização da pesquisa, constatamos duas realidades opostas. Enquanto os bairros populares do Jacintinho, Benedito Bentes e Tabuleiro dos Martins apresentam problemas de infra-estrutura como saneamento básico, abastecimento de água e pavimentação, os prédios da orla da cidade ostentam luxo não apenas em seu espaço interno, mas também em calçadas de cerâmica ou pedras de granito, revelando a nobreza de quem lá habita. Os condomínios fechados horizontais não fogem a esse padrão e contam com

uma estrutura física que possibilita aos condôminos a realização de várias atividades no próprio local de moradia como, por exemplo, atividades de lazer, ginástica e práticas religiosas. Dessa forma, os moradores podem exercer suas atividades diárias sem enfrentar o mundo violento que há fora dos muros e fortalezas que protegem seus condomínios. O perigo está “lá fora”, portanto são criados acessos a padarias, academias e outros serviços de modo seguro.

2.2. O Processo de Urbanização em Maceió

A cidade de Maceió possui uma área de, aproximadamente, 500.000 km² e concentra uma população de mais de 900 mil habitantes, que representa quase 30% da população do estado. Segundo os dados do IBGE, das 3.120.494 pessoas que moram em Alagoas, cerca de 73% vivem em área urbana e, das que moram em Maceió, 99,93% residem em área urbana (IBGE, 2011).

Ainda de acordo com os dados do IBGE, no período entre 1960 e 2010, houve um crescimento de 81,7% da população urbana que reside na cidade de Maceió. Silva alerta que esse ritmo de crescimento urbano não ocorreu acompanhado de mudanças na infra-estrutura da cidade que comportasse tamanho contingente populacional (Silva, 2011, p. 33).

Segundo Silva (2011), as mudanças que ocorreram em 1960 nas leis trabalhistas do país contribuíram para que grande parte da população rural migrasse para a capital do estado em busca de melhoria de vida e novas oportunidades. Essa parcela da população encontrou como alternativa de moradia a ocupação das áreas periféricas da cidade, compostas por grotas e encostas. Ainda hoje, essas áreas são habitadas pela população excluída socialmente e muitas vezes são consideradas impróprias para moradia. São locais de difícil acesso, com condição sanitária precária e infra-estrutura deficitária.

A partir da década de 70, enquanto a população de baixo poder aquisitivo ia se estabelecendo nas regiões de Bebedouro e Jacintinho, a faixa litorânea da cidade começava a receber atenção e investimentos para a valorização da área que ganharia privilégios. Investimentos na infra-estrutura local e na construção civil favoreceram a ocupação definitiva da orla dos bairros da Ponta Verde, Pajuçara e Jatiúca pelas famílias de classes sociais média e alta, sendo beneficiados pelo processo de urbanização jamais desenvolvido na periferia da cidade (Silva, 2011, p. 35).

A ocupação desordenada nas áreas periféricas da cidade favoreceu a expansão do espaço urbano de Maceió. Silva (2011) aponta a década de 80 como o período das construções dos conjuntos habitacionais nos bairros de Benedito Bentes e Tabuleiro dos Martins para abrigar as famílias de baixa renda sem moradia. Nessa época, o bairro de Benedito Bentes recebeu cerca de 50 mil novos habitantes.

De acordo com os dados da Prefeitura Municipal de Maceió de 2009, as classes que têm maior rendimento, de 7 a 10 salários mínimos mensais, residem nos bairros de Jatiúca, Ponta Verde, Pajuçara, Gruta de Lourdes, Jardim Petrópolis e Santa Amélia. Nos três primeiros, há a predominância de condomínios verticais, enquanto nos demais, encontramos diversos condomínios fechados horizontais.

Em 10 de Dezembro de 1999, foi publicada no Diário Oficial do Município a lei 4.687/98, que dispõe sobre o perímetro urbano da cidade e estabelece a divisão do município em oito regiões administrativas¹³, que agrupam os 50 bairros da cidade de Maceió, definidos pela lei 4.952. A descrição dos bairros escolhidos para a realização da pesquisa é importante

¹³ Fonte: <http://www.geocities.ws/planejamentourbanoeregional1/index1.htm> Último Acesso em: 05/08/2012.

Garça Torta			
Riacho Doce			
Pescaria			
Ipioca			
<i>RA-05</i>	<i>RA-06</i>	<i>RA-07</i>	
Jacintinho	Bened. Bentes	Stº. Dumont	
Feitosa	Antares	Clima Bom	
Barro Duro		Cid. Universitária	
Serraria		Santa Lúcia	
São Jorge		Tabuleiro	

Os bairros estudados nesta pesquisa fazem parte da 1ª Região Administrativa, da 3ª Região Administrativa, da 5ª Região Administrativa, da 6ª Região Administrativa e da 7ª Região Administrativa.

O bairro de Ponta Verde está localizado na 1ª Região Administrativa e corresponde a um dos bairros mais badalados da cidade por concentrar um número significativo de bares e restaurantes. Além de atrair turistas, concentra grande parcela da população rica da cidade. Apresenta boa infra-estrutura, além de ser o bairro onde está localizada grande parte da rede hoteleira da cidade. Por toda a orla, os condomínios de luxo chamam atenção; neles, residem os nossos entrevistados.

Os registros da Secretaria Municipal de Coordenação das Regiões Administrativas (SEMCRA) indicam que, na Ponta Verde, há 14 Clínicas Médicas particulares, dois Supermercados, 01 Escola Estadual de Educação Especial e 50 Escolas Particulares/Creches. De acordo com os dados do IBGE, censo 2000, o bairro tem aproximadamente 1,300 km² de extensão e população de 16.361 habitantes.

O bairro Gruta de Lourdes corresponde à 3ª Região Administrativa, com área de 3.199 km² e população de 13.687 habitantes. Segundo a SEMCRA, o bairro conta com dois supermercados e nove escolas particulares. Não encontramos registros de unidades de saúde

públicas ou praças. Há uma área de favela na região, a encosta com o bairro do Ouro Preto. No entanto, a população pesquisada neste bairro reside em condomínio fechado, que tem segurança privada e ampla estrutura, com praças, quadras de esporte, padaria e igreja.

O bairro do Jacintinho faz parte da 5ª Região Administrativa, com área de 3.672 km² de extensão e população de 77.849 habitantes. Nessa área, concentra-se um grande comércio formal e informal. De acordo com os dados da SEMCRA, no Jacintinho há 04 Supermercados, 03 Centros Comunitários, 03 Delegacias de Polícia, 05 Conjuntos Residenciais, 28 Vilas/Grotas/Favelas, 04 Unidades de Saúde, 09 Associações Comunitárias, 08 Escolas Municipais, 04 Escolas Estaduais e 33 Instituições de Ensino particulares. Os moradores desta região convivem com a falta de infra-estrutura, particularmente nos locais de favela e de grotas, principalmente em função das dificuldades de acesso a determinados locais.

O bairro de Benedito Bentes faz parte da 6ª Região Administrativa e teve origem como um conjunto habitacional afastado do centro. Segundo o censo demográfico do IBGE (2010), o bairro tem população de 68.084 habitantes. É um dos maiores bairros do município em extensão, com área de 24.624 km². Pesquisa do SEMCRA afirma que o bairro apresenta urbanização parcial em algumas áreas. Os Conjuntos Benedito Bentes I e Benedito Bentes II contam com sistema de saneamento básico, mas as áreas de grotas não possuem saneamento e têm serviços de abastecimento de água e de iluminação pública bastante precários. Além disso, a coleta de lixo nas grotas são insuficientes para atender à demanda da população local.

As diversas grotas no bairro de Benedito Bentes e o crescimento desordenado de conjuntos populares favorecem, segundo a SEMCRA, a fixação da população vulnerável. Os moradores do bairro contam com 19 Associações Comunitárias, 08 Escolas Estaduais, 02 Escolas Municipais, 38 Escolas Particulares, 01 Creche Municipal, 01 Creche particular, 14 Unidades Religiosas, 01 Delegacia e 01 Batalhão da Polícia Militar.

O Tabuleiro dos Martins faz parte da 7ª Região Administrativa e tem área de 8,5 km² de extensão. Tem uma população de 55.818 habitantes, segundo o censo de 2002 do IBGE, que, segundo a SEMCRA, ocupa o segundo lugar em exclusão social em Maceió. Cerca de 60% dos moradores do bairro estão desempregados. No bairro, há 13 áreas de vila/favela, 13 Escolas Estaduais, 16 Municipais, 93 Escolas Particulares e 01 Universidade Federal. Há também, 10 Unidades de Saúde, 41 Unidades Religiosas, 03 Distritos Policiais, 03 Institutos Penais, 01 Centro de Reabilitação de Menores, 01 Centro Psiquiátrico, 06 Associações Comunitárias e 06 praças.

CAPÍTULO 3 – O MEDO E A INSEGURANÇA COMO EFEITOS DA VIOLENCIA NO ESPAÇO URBANO

Propomos discutir nesse capítulo os efeitos da violência no espaço social, destacando, particularmente, os sentimentos de medo e insegurança que afligem os diversos atores e segmentos sociais que vivem na cidade de Maceió. A violência, por si mesma, é um fenômeno objetivo; podemos quantificá-la estatisticamente identificando o número de agressões, o tipo de violações, a frequência das ocorrências, o número de vítimas, entre outros. Os dados sobre a violência em Alagoas, expostos através da Resenha Estatística¹⁴ do Estado, apresentam-nos o panorama geral dos tipos e do número de ocorrências registradas nos períodos entre 2003 e 2005; e entre 2008 e 2009, como podemos verificar na tabela que segue:

TIPOS DE OCORRÊNCIAS	2003	2004	2005	2008	2009
Homicídio doloso	1.024	1.039	1.081	2.070	1.998
Lesões corporais (todos os tipos)	1.894	3.084	4.018	3.65	5.928
Atentado violento ao pudor	50	63	100	78	107
Estupro	110	106	113	83	261
Tentativa de homicídio	315	311	369	478	633
Extorsão mediante sequestro	26	13	10	15	13
Roubo (todas as formas)	2.471	5.091	7.260	9.466	14.213
Furto (todas as formas)	8.435	11.082	12.709	12.000	10.460
Delitos de trânsito	501	223	392	167	354
Delitos envolvendo drogas	213	122	311	482	648
Ameaça	-	-	-	3.564	5.089
Porte ilegal de arma	-	-	-	507	804
Atos Infracionais (Criança e Adolescente)	-	-	-	299	554
Estelionato	-	-	-	1.122	1.623
Outros	-	-	-	53	103
Total	15.039	21.134	26.363	34.041	42.788

¹⁴ Resenha Estatística do Estado de Alagoas – Ano 2010, n 13. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2011.

A partir desses dados, observamos que houve um aumento no número de registros de quase todos os tipos de ocorrência. Apenas em dois tipos ocorreu redução, quais sejam, os delitos de trânsito e extorsão mediante seqüestro. Alguns registros, como porte ilegal de armas, ameaça, estelionato e atos infracionais, de menores de idade só aparecem de forma significativa a partir de 2008, e todos eles apresentaram aumento até o ano seguinte. O índice de roubo cresceu assustadoramente, saltando de 2.471 ocorrências em 2003 para mais de 14.000 em 2009, o que nos dá margem para pensarmos sobre os efeitos dessa mudança na dinâmica social de quem partilha essa realidade. Os crimes de lesão corporal, estupro, tentativa de homicídio e delitos envolvendo droga também tiveram aumento significativo entre 2003 e 2009. Num período de seis anos, os dados referentes aos índices de ocorrências de práticas violentas tornam visível a mudança no padrão de violência numa população, mudança que, por sua vez, produz efeitos na vida dos sujeitos que convivem no mesmo espaço social. Um dado que chama atenção é o aumento significativo de ocorrências policiais, podendo ser um aspecto que concorre com a ideia de que os moradores vivem num contexto de sociabilidade violenta. Em 2003, foram registradas 15.039 ocorrências, enquanto em 2009 foram registradas 42.788 ocorrências policiais.

Os efeitos subjetivos que a violência produz no campo dos afetos e dos sentimentos é o que nos interessa discutir através dos dados coletados em nossa pesquisa de campo. Nosso foco de análise não é a violência em si, mas os efeitos que esta provoca nos processos, relações e interações sociais, interferindo no modo como as pessoas se comportam no dia a dia e no ritmo que imprime em suas vidas no cotidiano, em função das ocorrências de violência em seu entorno social.

Através de seus processos civilizacionais as sociedades criam estratégias no sentido de moldar o comportamento humano, visando inibir as possíveis manifestações das pulsões agressivas que resultam em comportamentos violentos na sociabilidade moderna. Em

O Processo Civilizador, Norberto Elias descreve a transformação da sociedade ocidental a partir do processo civilizatório baseado no controle e defende que tal processo regula os impulsos humanos e impõe o controle da violência física. A pressão do condicionamento permite a expressão da agressividade apenas de forma indireta e sofisticada, portanto, socialmente aceita. Não obstante, este controle dá lugar a outros tipos de violência, mais sutis, porém, não menos perversos. (ELIAS, 1994)

Ao considerar a proposição de Elias de um processo civilizacional contínuo, poderíamos entender que a sociedade contemporânea estaria livre de manifestações primitivas de violência. Se o mundo está cada vez mais civilizado, poderíamos supor que o medo e a insegurança não seriam problemas da sociedade civilizada. Nesse sentido, há autores que defendem que a violência resulta de um processo civilizatório mal sucedido.

No entanto, Michaud (1989) afirma que o sentimento de insegurança não está ligado ao nível de civilização de uma sociedade, mas à sua necessidade de segurança. Segundo o autor, o sentimento de medo não é proporcional aos dados de criminalidade. Ao contrário, ele afirma que há uma “segurança invasora”, à qual nos acostumamos, e que nos leva a solicitar um aparato cada vez mais eficiente para a nossa proteção. Os recursos tecnológicos possibilitam a criação de “armaduras sociais” contra a violência, porém, tantos artefatos acabam por produzir um pânico social frente à possibilidade, mesmo que remota, de uma situação de violência.

Nessa direção, Bauman (2009) diz que as sociedades atuais são as mais seguras que já existiram e trata a insegurança moderna como um “efeito colateral” da convicção de que é possível alcançarmos a segurança completa. Embora as evidências mostrem que o espaço social hoje é mais seguro, o mundo volta suas atenções constantemente para medidas protetivas e estratégias que promovam a sensação de segurança. No momento em que surge

uma falha nesse empreendimento, essa falha vem acompanhada por desconfiança, sentimentos de medo e insegurança generalizados. Numa sociedade competitiva, o individualismo isola as pessoas do convívio social porque o outro pode representar uma ameaça. Esse cenário dissolve a solidariedade que, em outros tempos, administrava o medo.

Ao analisar a condição humana, Elias (1985) reflete sobre o perigo que os homens representam uns para os outros. Além disso, o autor ressalta o desamparo humano diante de uma ameaça ou da utilização da força física por outro e afirma que, comparados aos riscos impostos pelos próprios homens em sua convivência, os perigos dos fenômenos naturais, mesmo que imprevisíveis, tornam-se insignificantes.

Ainda de acordo com Elias (1985), a subjetividade, especialmente as representações do medo e do desejo, marca as relações humanas e a vida em sociedade, imprimindo um significado emocional a todas as experiências vivenciadas pelo sujeito. Numa sociedade em que as relações são permeadas pela sensação de insegurança e medo, sentimentos provocados por uma violência difusa, o comportamento dos indivíduos revela-se claramente afetado pela dinâmica da realidade social em que está inserido. Assim, a violência urbana pode ter como consequência a mudança forçada de hábitos que oferecem riscos ao indivíduo ou até a exclusão social, por exemplo.

Podemos perceber essa mudança de hábitos e comportamentos na seguinte fala de um dos nossos entrevistados:

Eu deixei mais de sair e também falo com meu filho pra ele não sair à noite. A gente tranca a casa todinha... também não converso com estranho na rua, nem no ônibus... isso eu aprendi em São Paulo... muita coisa da vida eu aprendi em São Paulo porque lá as pessoas sabem viver, não de forma adequada porque adequado era não ter isso, mas as pessoas lá sabem se proteger.

É como eu disse, em São Paulo eu aprendi muita coisa porque lá as pessoas já são acostumadas a se proteger. Eu não falo com ninguém na rua, mesmo quando é uma colega que eu encontro eu não fico

falando da minha vida porque pode ter alguém observando, eu não falo de onde eu moro, nem meu telefone... só converso se a pessoa for na minha casa, na rua eu não converso com ninguém. E tem aqueles que fingem lhe conhecer, você até pensa que é conhecido e quando vê é um bandido querendo lhe roubar... por isso que eu não falo com ninguém. Eu também não ando muito com amizade porque quando a gente tem amizade o problema do outro vira seu problema também. Minha vida é só em casa com a minha família. (Desempregada, 65 anos, moradora do Jacintinho)

O discurso da nossa entrevistada dá visibilidade ao que Pedrazzini (2006) denomina de violência da globalização, um tipo de violência ligado às sociedades urbanas contemporâneas, que determina os novos valores e práticas adotados pelos atores sociais. O aprendizado a que se refere a entrevistada, adquirido no período em que ela viveu na cidade de São Paulo, maior metrópole do país, sobre como circular num espaço com forte presença da violência, demonstra os efeitos que essa configuração social moderna produz no cotidiano. O isolamento, a desconfiança e a sensação de risco iminente comprometem as relações sociais e a qualidade de vida das pessoas no espaço urbano.

A estratégia adotada pela entrevistada, de não falar com estranhos, não expor dados de sua vida às pessoas e não ampliar suas relações para além do seu universo familiar certamente foi construída a partir do conhecimento prático de situações em que alguém, conhecido ou desconhecido, foi vítima de uma violência em função da ampliação de seus contatos pessoais nos processos de interação social. O sentimento de desconfiança produz atitudes que revelam indisposição e resistência em relação ao outro, criando obstáculos para o estabelecimento de vínculos e laços sociais. No caso da entrevistada, o sentimento de desconfiança e insegurança deixa transparecer sua compreensão de que o mal está espalhado no tecido social, e, nesse sentido, qualquer pessoa pode se transformar em vítima de sujeitos criminosos que estão dispostos a produzir o mal a todo momento e em qualquer lugar. Assim, entende que a melhor maneira de se prevenir e garantir a sua proteção é estabelecendo um

distanciamento em relação a essas pessoas, isolando-se e limitando suas relações ao seu universo familiar.

Numa sociabilidade em que se instala o clima de pânico entre os sujeitos, todas as circunstâncias são vivenciadas como situações de risco. A partir de experiências individuais e das representações que se tem dessa violência urbana difusa, o outro passa a ser o maior risco que alguém pode enfrentar. E a partir dessa personificação da violência, os atos, relações, comportamentos e desejos do sujeito vão se configurando na tentativa de minimizar tais riscos. Como consequência, o isolamento, a exclusão social, os comportamentos agressivos ou de evitação, a obsessão por mecanismos de proteção contra a violência se tornam cada vez mais comuns em nossa sociedade, na busca pela sensação de menor vulnerabilidade quanto possível. (Bauman, 2009)

Luiza Fátima Baierl, em seu estudo sobre medo social, traz esse aspecto do medo como efeito da violência em nossa sociedade:

A violência, na forma como vem se constituindo na realidade, faz emergir o medo, que leva as pessoas a paralisarem e alterarem suas relações e sua forma de ser no espaço em que vivem, em seus contextos individuais. O outro, o estranho potencialmente ou não, de acordo com as circunstâncias, é objeto de medo e provoca no sujeito reações de paralisação, de entrega ou de agressão. Isso vai depender, contudo, do conjunto das normas e regras tecidas nesses contextos e dos códigos aprendidos e internalizados pelas pessoas. (Baierl, 2004, pág. 40)

Baierl descreve o medo como uma emoção singular, que está vinculada à história de vida de cada um, e, portanto, as reações provocadas por ele são diferentes e dependem das experiências individuais e da circunstância em que ele é desencadeado. Entretanto, Baierl faz referência a um conceito de medo proposto por Delumeau que tem origem no *singular coletivo* (Baierl, 2004, pág. 48), ao qual ela se refere como medo social.

A esse medo, que tem sua gênese nesse singular coletivo, trataremos como medo social. O medo social é um medo construído socialmente, com o fim último de submeter pessoas e coletividades inteiras a interesses próprios e de grupos, e tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade. Medo produzido e construído em determinados contextos sociais e individuais, por determinados grupos ou pessoas, com vistas a atingir determinados objetivos de subjugar, dominar e controlar o outro, e grupos, através da intimidação e coerção. Esse medo leva determinadas coletividades, territorializadas em determinados espaços, a temer tal ameaça advinda desses grupos. (Baierl, 2004, pág. 48)

Assinalamos que o controle dos grupos citados por Bierl (2004) são tratados aqui no contexto micro. Os princípios de justiça e ética do grupo criminoso não se impõe sobre toda a sociedade, mas a uma parcela da coletividade, ao contrário do sentimento de medo, que provoca mudanças em grande fração do tecido social.

Baierl (2004) assinala que os sentimentos de medo, insegurança e impotência vão dando contorno a *um novo tipo de cidadão, ou melhor, um subcidadão* (2004, pág. 65). Os direitos individuais e coletivos se tornam obscuros numa cultura permeada pela insegurança generalizada, onde o que vale é a luta pela sobrevivência. O sentimento de impotência diante da ineficiência do Estado na garantia dos direitos fundamentais mina qualquer tentativa de reação popular e permite apenas que sejam criadas estratégias individuais para preservar a integridade física, moral e psicológica.

Sob essa ótica, Baierl (2004) propõe que a ética é construída sócio-historicamente, assumindo valores diferentes em condições de sociabilidade diversas. À medida que as instituições públicas de justiça e segurança se fragilizam, os poderes paralelos ganham força para legitimar suas ações, baseadas em seus próprios princípios de ética e justiça. A justiça passa a ser arbitrada de acordo com interesses privados que se sobrepõem aos interesses coletivos e públicos, com a utilização do medo e da ameaça como instrumentos de

constrangimento e coerção. Nesse clima de insegurança generalizada, em que prevalece a lei do mais forte, o medo social se instala e provoca atitudes defensivas, de fuga ou de paralisia, que muitas vezes fazem as pessoas se isolarem ou abandonarem hábitos antigos. (Baierl, 2004)

Briceño-León (2009) descreve como perdemos nossos hábitos cotidianos por medo da ameaça da violência:

Las conductas de inhibición son una respuesta de evitación de las personas cuando se ven atemorizadas ante una situación que consideran amenazante a su espacio vital, sea ésta real o imaginaria. Este comportamiento social de inhibición ocasiona problemas de interacción social, dado que se despliegan esfuerzos por recuperar la seguridad o la tranquilidad y mantener así la continuidad de la vida cotidiana, aunque ello se haga al preciso de reducir o perder espacios o renunciar al interés de aspectos fundamentales de la vida. Es así que dejamos de interactuar con los vecinos, de encontrarnos en lugares comunes, de visitar cualquier lugar fuera de casa, de interesarnos por aspectos de características lúdicas: cine, teatro, parques, exposiciones, espetáculos, por temor a ser víctimas de algún delito que atente contra la integridad física, la vida o los bienes materiales que poseemos. (pág. 140)

Nosso objetivo é identificar como as pessoas de Maceió estão lidando com os altos índices de violência registrados e publicados em estatísticas oficiais do Estado, e em que medida, efetivamente, estão produzindo mudanças em seus comportamentos cotidianos em função do medo e da insegurança gerados por essa realidade.

Outro aspecto que também tangencia a temática do medo na contemporaneidade diz respeito à capacidade humana de autodestruição e os riscos que corremos em função do desenvolvimento tecnológico. Bauman destaca que “*a humanidade tem agora todas as armas necessárias para cometer o suicídio coletivo, seja por vontade própria ou falha – para aniquilar a si mesma, levando o resto do planeta à perdição*”. (2008, pág. 96). A iminência de uma catástrofe, segundo o autor, é decorrente do empenho dos homens de tornar o planeta

mais agradável à vida humana. Empenho realizado por parcelas da população, vale ressaltar, que, na busca por conforto e privilégios, acabaram por acentuar a desigualdade social.

Bauman se refere à “*lógica da vida moderna*” (2008, pág. 100) e afirma que os nossos esforços estão voltados para a tentativa de atenuar os danos causados pela ação humana na busca pelo progresso. Só que as crises se tornam, a cada dia, menos administráveis, o que faz o autor supor a iminência de uma tarefa “irremediavelmente inadministrável” (2008, pág. 101). É diante desse desconhecido, sobre o qual não temos controle e que se coloca como possibilidade a qualquer momento, que surge o medo. “*Medo é outro nome que damos à nossa indefensabilidade*” (BAUMAN, 2008, pág. 125)

Muito interessante a abordagem feita por Vera Malaguti Batista sobre o medo como estratégia de controle social. Em sua pesquisa, realizada no Rio de Janeiro, a autora trabalha com a premissa de que a difusão do medo serve à hegemonia conservadora como “mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social” (2003, pág 23). A cultura do medo vira terreno fértil para a implementação de políticas discriminatórias e de intolerância. Além disso, a criminalização da pobreza e as políticas punitivas são postas como necessárias para resolver a questão da violência urbana.

Batista fala em “fabricação do medo” (2003) e afirma que o medo social interessa à classe política para desviar a atenção de suas reais causas, que são “difusas e globalizadas” (Batista, 2003, pág. 98). Ela defende a ideia de que fabricar o medo e concentrá-lo numa parcela da população se torna uma estratégia viável diante de um problema inadministrável, já que os projetos políticos visam remediar apenas os sinais visíveis de uma sociedade caótica. Assim, a transformação de um medo generalizado em um medo direcionado a uma parcela da população, a parcela excluída da população, torna a vida cotidiana uma experiência de risco,

em que as preocupações se concentram nas discussões sobre medo, diferenças e leis. (Batista, 2003)

Interessante observar que, ao ser questionada sobre o local que se sente mais segura, uma das entrevistadas apontou a orla marítima, espaço distante, ou do lado oposto ao seu local de moradia:

Eu ainda digo ali na orla, naquela parte da Pajuçara. Acho que é pela socialização das pessoas. As autoridades dão prioridade a dar segurança nos bairros em que as pessoas tem padrão de vida melhor. Por ali tem muito policiamento, a gente se sente seguro... é por causa dos turistas, que ali fica cheio. Nenhum bairro mais distante tem aquela quantidade de policiamento. (Dona de Casa, 46 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

A percepção de que os bairros habitados pela população de renda elevada recebem mais atenção do poder público expõe a sensação que muitos sentem de pertencer a uma classe socialmente marginalizada. Ao estudar a cidade de Salvador através das lentes dos jovens, Tania Cordeiro e Andrija Almeida observaram que o discurso dos jovens a respeito do bairro em que moram é baseado numa estrutura de inúmeras faltas. *“É como se estes espaços fossem, em primeiro plano, o que eles não têm”*. (Espinheira, 2008, pág. 128)

Através das entrevistas que realizamos, percebemos que a sensação de insegurança e medo está presente na população alagoana, independente da classe social a que pertence. O medo generalizado reflete exatamente essa sensação de que a violência está difusa no tecido social; isso faz com que sejam múltiplos os espaços em que nossos entrevistados sentem-se inseguros:

Em todos, mas principalmente no ônibus. Ônibus hoje é o pior lugar de violência. (Desempregada, 65 anos, moradora do Jacintinho)

Em todos os lugares. Hoje não tem mais lugar que é perigoso e lugar que não é. É tudo perigoso. (Aposentada, 57 anos, moradora do Jacintinho)

Eu tenho trauma de ir a banco, fico morrendo de medo de ir em banco, penso em ser seguida... quando é valor alto, tenho que ir pagar uma conta de valor alto, fico olhando desconfiada, com medo depois de sair... (Psicóloga, 30 anos, moradora da Ponta Verde)

Olhe... infelizmente no meu trabalho. (Empresário, 37 anos, morador da Ponta Verde)

Eu não saio mais. Até um tempo desse eu ainda ia pra Igreja, mas hoje nem isso. (Empregada Doméstica, moradora do Tabuleiro dos Martins)

Fiquei com medo de viajar. (Dona de Casa, 46 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

Só fico mais preocupado quando é pra ir em banco... eu fico com medo. (Policial Militar, 40 anos, morador do Benedito Bentes)

Quando é pra ir à noite, ou quando tenho que ir de ônibus, às vezes eu deixo de ir. (Professora, 40 anos, moradora do Benedito Bentes)

Ainda que possamos perceber que há diferenças na intensidade do medo entre os entrevistados, alguns afirmando que sentem medo em todos os lugares, outros apenas quando vão sacar dinheiro no banco, por exemplo, podemos dizer que o medo está presente na vida de todos os entrevistados. Além disso, os depoimentos deixam transparecer a ideia de que a sensação de medo está presente mesmo em situações e lugares que fazem parte da vida cotidiana de qualquer sujeito, como no ônibus, na Igreja, no local de trabalho e no banco. Enfim, as pessoas sentem medo ao desenvolver atividades banais do dia a dia, revelando que a sensação de risco e insegurança já compõe o universo subjetivo de nossos entrevistados.

O medo gerado em função da ideia de que todos correm risco de vida, porque os criminosos estão em todo lugar, podendo surpreender a qualquer momento, confirma a proposição de Baierl (2004) no que concerne ao comportamento humano frente à sensação de

insegurança: “*O medo mobiliza os seres para ficarem em estado de alerta*” (Baierl, 2004, pág.38). O estado de alerta corresponde a uma reação do organismo diante da sensação de que podemos ser surpreendidos pela violência a qualquer hora e lugar, como afirma um dos entrevistados na seguinte fala:

antes eu ia pra todo lugar, sozinha, não tinha essa preocupação... hoje se eu precisar pegar um ônibus, ou ir num banco eu já fico com medo porque a gente sabe que a violência acontece todo dia, o tempo todo. (Professora, 40 anos, moradora do Benedito Bentes)

Nossa pesquisa evidenciou que o medo da violência atinge indistintamente homens e mulheres, e, mesmo os profissionais que trabalham em órgãos de segurança admitem sentir medo diante da violência urbana:

Como eu trabalho com segurança, eu posso dizer que hoje Maceió tá bem mais violenta, acontece muito mais crime. Até a gente mesmo fica com medo de trabalhar porque não sabe o que vai encontrar, nem se volta pra casa. (...) Antes eu não tinha medo, ia atrás de bandido, agora eu sei que também posso ser vítima. A gente não é super homem. (Policia! Militar, 40 anos, morador do Benedito Bentes)

O medo que as pessoas demonstraram sentir no encaminhamento de suas vidas, no dia a dia, resulta de experiências vivenciadas por pessoas da família ou conhecidos, ou mesmo pelo acesso a notícias de episódios de violência através da mídia. Assim, as experiências vivenciadas pelo sujeito, situações em que foram vítimas, direta ou indiretamente, de um ato violento são decisivas para reforçar a sensação de insegurança e medo nas pessoas. Vários entrevistados citam fatos violentos dos quais foram vítimas, revelando que essas experiências intensificam a sensação de ameaça permanente, além do sentimento de medo provocado pelo desamparo em que vivem.

o meu filho foi assaltado várias vezes (...)Teve outra coisa também que eu ia esquecer, foi estupro. Minha sobrinha que morava com a gente foi *estrapada*. (Desempregada, 65 anos, moradora do Jacintinho)

Já fui roubada na porta do trabalho meio dia, meu pai já foi baleado, minha irmã já foi assaltada, meu marido já foi assaltado com uma arma aqui na Ponta Verde... (Psicóloga, 30 anos, moradora da Ponta Verde)

Já fui assaltado três vezes. (Empresário, 37 anos, morador da Ponta Verde)

Eu vivo isso no meu dia-a-dia, mas comigo mesmo já aconteceu também, eu sendo a vítima. Eu fui assaltado no banco e não tive tempo de reagir. Hoje eu dou graças a Deus de não ter reagido porque eu acho que é por isso que eu sobrevivi. (Policial Militar, 40 anos, morador do Benedito Bentes)

Já, várias vezes, já fui assaltada, meus filhos já foram assaltados. Minha filha já foi assaltada duas vezes na porta de casa. Numa das vezes era meio dia e ela ligou pra dizer que tava chegando da escola, aí eu vi que tava demorando muito e fui olhar o portão. Quando cheguei, ela tava desmaiada na porta de casa. (Professora, 40 anos, moradora do Benedito Bentes)

Situações de estupro, assaltos, homicídios, fazem parte do universo da maioria dos nossos entrevistados. Alguns deles, que foram vítimas de violência, referem-se aos efeitos psicológicos da violência que sofreram:

Eu não tenho mais paz, só vivo doente de artrite, de crise de depressão... (Aposentada, 57 anos, moradora do Jacintinho)

Eu fui muito pra psicólogo porque eu adoeci dos nervos. (Desempregada, 65 anos, moradora do Jacintinho)

(...) por causa da depressão que foi muito forte. Não dá vontade de fazer nada, nem tenho prazer em nada, mas não foi por medo não... agora claro que fica aquela coisa porque na hora eu podia ter feito alguma coisa e não fiz... eu podia ter atirado nele, eu tive a oportunidade. Aí sempre fica aquela interrogação, e vem a chacota dos companheiros... pra gente que é homem não é fácil, né? (policial Militar, 40 anos, morador do Benedito Bentes)

O policial afirma que faz acompanhamento psiquiátrico desde o ocorrido. Embora afirme que sobreviveu por não ter reagido, a representação do homem, nordestino e agente de segurança pública deixam a *interrogação* à qual se refere o entrevistado. De acordo com Souza (2005), vários autores entendem masculinidade no conceito plural e mutável, referente a uma configuração social particular. Contudo, embora o modelo machista conviva com outros modelos, Souza (2005) entende que o modelo de masculinidade predominante em nossa sociedade está relacionado à virilidade, à agressividade e ao poder. O fato de não ter reagido, apesar de significar a sua sobrevivência, fere a representação de masculinidade do entrevistado, afetando sua saúde psicológica.

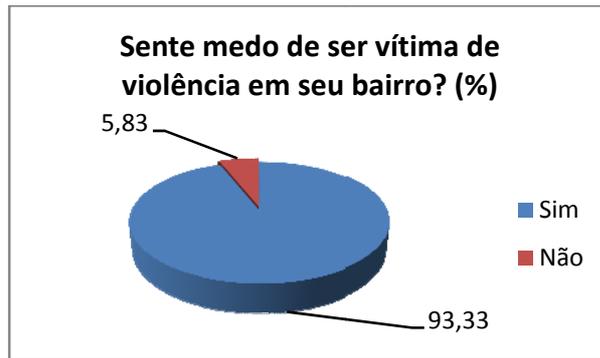
Nos questionários aplicados nos bairros do Jacintinho, Tabuleiro dos Martins e Benedito Bentes, 95% das pessoas afirmam sentir medo de sofrerem algum tipo de violência na cidade de Maceió e 93,33% afirmam sentir medo de serem vítimas da violência em seu próprio bairro (Ver Gráficos 03 e 04):

Gráfico 03



Amostragem dos Bairros Periféricos

Gráfico 04



Amostragem dos Bairros Periféricos

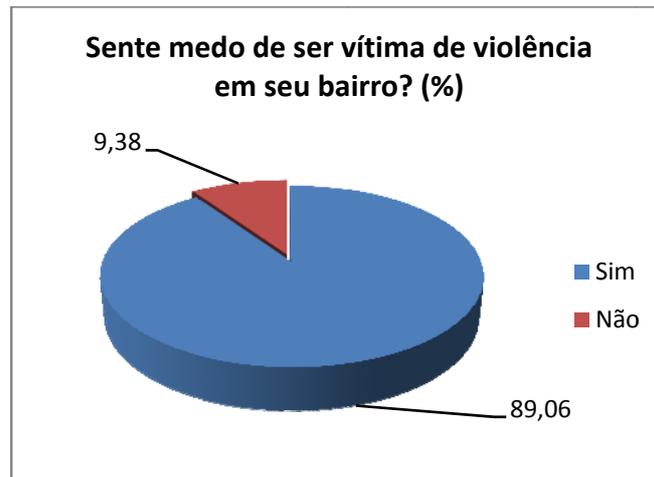
Nos bairros nobres da pesquisa, cerca de 94% afirmam sentir medo de serem vítimas de violência na cidade, enquanto 89,06% sentem medo de serem vítimas da violência no bairro em que moram. Os dados estão representados nos gráficos 05 e 06:

Gráfico 05



Amostragem dos Condomínios Residenciais

Gráfico 06



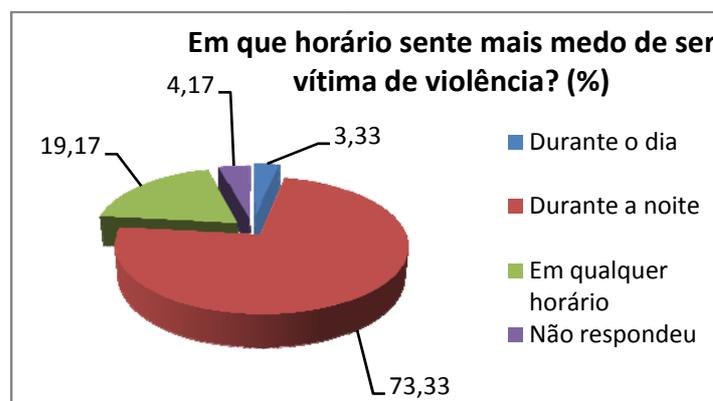
Amostragem dos Condomínios Residenciais

Esses dados são reveladores do sentimento de medo presente na vida da maioria dos entrevistados, quando expressam que nem mesmo no próprio ambiente de moradia sentem-se seguros e protegidos. Essa realidade nos remete ao conceito de “*medo social*” proposto por Baiertl (2004, pág. 48), quando afirma que o medo social tem origem num contexto social específico, está intimamente relacionado com as experiências individuais e sociais e se manifesta de forma diferente nos diversos segmentos sociais. No entanto, Baiertl (2004) chama atenção para a realidade da violência urbana no cenário atual e afirma que a naturalização e a banalização da violência alimentam a cultura do medo, promovendo transformações significativas na convivência coletiva. Assinala ainda, que o reforço ao sentimento de insegurança provoca a ampliação da sensação de vulnerabilidade, favorecendo um ciclo de reprodução do medo social. Caldeira (2000) enriquece essa discussão e demonstra o lugar que o sujeito social ocupa nessa cadeia de relações, partindo do fato notório de que as pessoas recorrem, para o enfrentamento da violência, a recursos particulares, transferindo para a esfera do privado a responsabilidade do Estado de criar mecanismos eficientes para preservar a segurança pública.

Morar em condomínio fechado aparece em nossa pesquisa como uma importante estratégia de enfrentamento da violência. Além dos moradores dos condomínios residenciais escolhidos para a realização do nosso estudo, encontramos nos bairros de periferia moradores que decidiram recorrer a alternativas semelhantes, na forma que sua condição permitisse. Em várias localidades visitadas, percebemos que algumas ruas foram fechadas por moradores, com a instalação de portões que restringem o livre acesso das pessoas a essa rua, com o objetivo de ampliar as possibilidades de segurança em seus locais de moradia. Entretanto, mesmo com a presença dessas estratégias de segurança, observamos que não há diferença significativa entre a representação social sobre a questão da violência e do medo, entre os moradores da periferia e os que residem em condomínios fechados. Como demonstramos anteriormente, o medo da violência está presente, com altíssimo percentual, tanto entre os entrevistados que residem na periferia como nos que residem em condomínios fechados.

Em relação ao horário em que sentem mais medo, na periferia 73,33% dos participantes da pesquisa afirmam sentir mais medo durante à noite e 19,17% disseram sentir medo a qualquer hora do dia (Ver Gráfico 07).

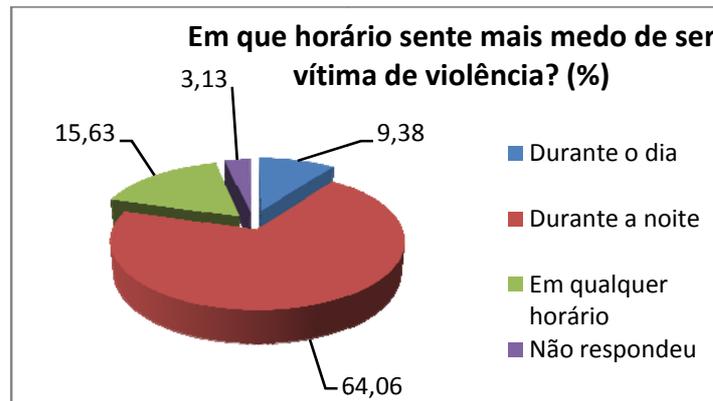
Gráfico 07



Amostragem dos Bairros Periféricos

Nos bairros de Ponta Verde e Gruta de Lourdes, os dados são semelhantes (64,06% sentem mais medo no turno da noite) e estão representados no gráfico 08:

Gráfico 08



Amostragem dos Condomínios Residenciais

Ao serem questionados acerca das situações em que sentem mais medo de sofrerem violência, a maioria dos moradores da periferia, num total de 59% dos nossos entrevistados, afirmam que vivenciam o sentimento de medo quando se deslocam através transportes coletivos (Ver Gráfico 09). A utilização de um ônibus, que aparentemente é uma atividade banal, presente na vida da maioria dos trabalhadores brasileiros, é vivenciada como uma situação de risco por quase 60% dos entrevistados. A segunda situação em que os entrevistados admitem sentirem-se mais amedrontados, em função do medo da violência, é quando estão saindo do trabalho. Uma percentagem em torno de 43% dos participantes da pesquisa que residem na periferia temem enfrentar a realidade no percurso que fazem do trabalho para casa. A terceira situação citada pelos entrevistados como de maior vulnerabilidade e portanto, de maior medo, é quando saem para se divertir. Esses dados evidenciam o quanto as pessoas se sentem ameaçadas nas situações mais básicas do cotidiano, como utilizar transporte público e cumprir obrigações diárias que fazem parte da rotina de qualquer cidadão.

Em 11 de novembro de 2012, um site de notícias da cidade¹⁵ publicou que desde o início do ano ocorreram 454 assaltos a coletivos em Maceió. Esse dado por si só não nos permite avaliar o significado desse quantitativo e são escassas as informações relativas ao número de assaltos registrados nos anos anteriores para podermos estabelecer algum tipo de comparação e verificar se houve aumento ou redução desse tipo de ocorrência na cidade de Maceió. Portanto, para enriquecer nossa análise, recorreremos aos dados estatísticos de outras duas cidades brasileiras, Fortaleza e Rio de Janeiro, cujos dados permitem uma análise comparativa.

Segundo o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Ceará (Sindiônibus), de acordo com divulgação em site de notícia da região¹⁶, em Fortaleza, cidade mais populosa do nordeste (IBGE 2010), entre 2004 e 2011 o número de assaltos a ônibus decresceu continuamente, voltando a subir, entretanto, em 2012. Até o mês de setembro, haviam sido registrados 373 assaltos a coletivos na capital e região metropolitana. Considerando que a população da cidade de Fortaleza, segundo o censo 2010, é de 2.315.116, constatamos que o número de assalto a ônibus (cerca de 44 ao mês) é, proporcionalmente, inferior ao quantitativo da capital alagoana e corresponde a um assalto a cada 52 mil habitantes, em média, por mês.

Os dados fornecidos até o momento pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro¹⁷ se referem ao período entre janeiro e setembro de 2011. Para estabelecermos condições de análise comparativa, calculamos a média de ocorrências de assalto coletivo ao mês em cada cidade em relação ao número de habitantes, de acordo com os dados do IBGE

¹⁵ Fonte: <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/policia/2012/11/11/215733/onibus-e-assaltado-na-fernandes-lima-este-e-o-454-ataque-desde-janeiro>

¹⁶ Fonte: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/10/19/noticiasjornalfortaleza,2939270/numero-de-assaltos-aumenta-33.shtml>

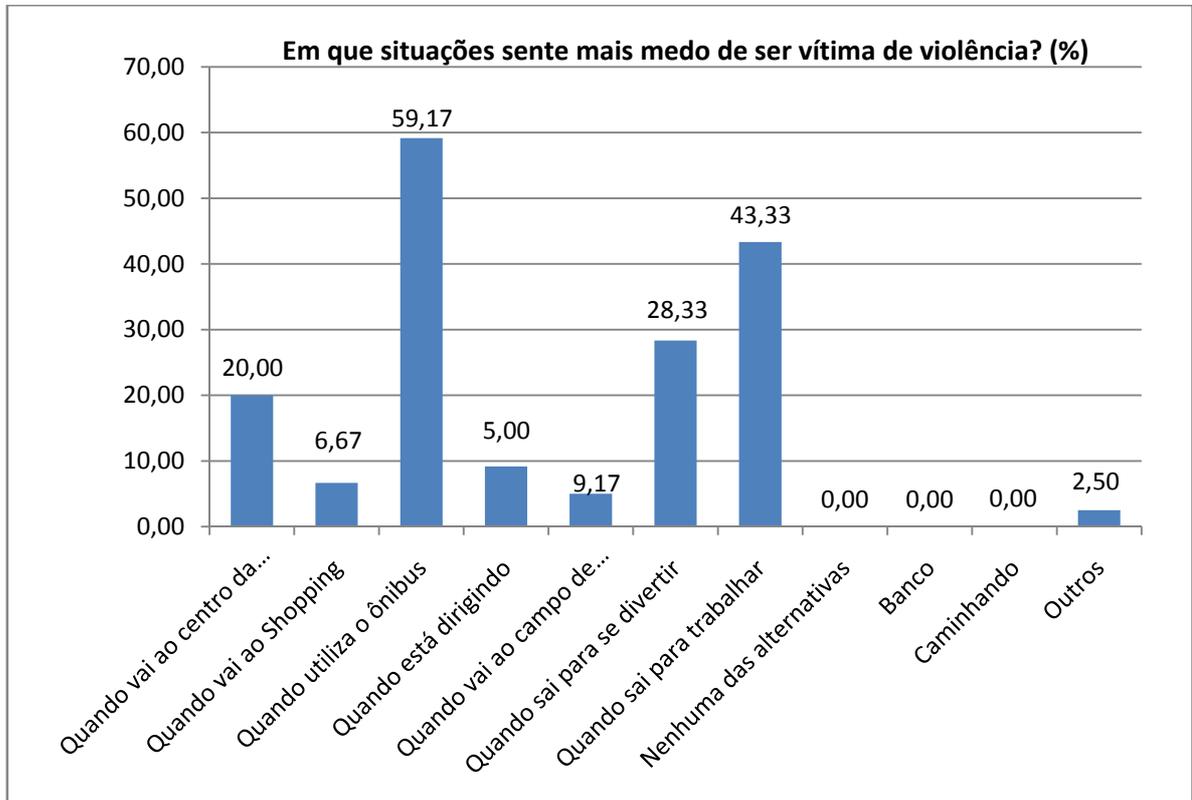
¹⁷ Fonte: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=150>

(2010). Essa relação mostra que na cidade do Rio de Janeiro são registrados 232 assaltos por mês, em média, numa população de 6.323.037 pessoas (IBGE, 2010), ao passo que em Maceió são registrados 45 assaltos a coletivos por mês, em média, numa população de 932.748 pessoas (IBGE, 2010), ou seja, no Rio de Janeiro ocorre um assalto a ônibus a cada 27 mil pessoas, enquanto em Maceió a proporção é de um assalto a cada 20 mil pessoas em média (vale lembrar que na cidade de Fortaleza essa relação era de uma ocorrência a cada 52 mil habitantes). Se no Rio de Janeiro a proporção fosse a mesma de Maceió, ao invés de 232 assaltos por mês, seriam registrados em torno de 305 e, fazendo o cálculo inverso, se a proporção de Maceió fosse correspondente à do Rio de Janeiro, relativamente, verificaríamos a redução de 45 para cerca de 34 assaltos a ônibus ao mês. Notamos, através desses dados, que a população de Maceió tem sido vítima desse tipo de delito com mais frequência do que os habitantes das cidades de Fortaleza e do Rio de Janeiro, grandes complexos urbanos, o que pode, em certa medida, explicar a representação social dos participantes da pesquisa em relação ao medo do deslocamento através de transporte público na cidade de Maceió.

Tomar a cidade do Rio de Janeiro como referência para estabelecer esse quadro comparativo em relação a Maceió dá uma conotação particular à nossa análise, haja vista o grande volume de pesquisas que vem sendo desenvolvidas na cidade no campo temático da violência urbana. Diversos cientistas sociais, dentre eles Luiz Antônio Machado da Silva (2010) e Michel Misse (1993), têm se debruçado sobre o fenômeno da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro e construído conhecimento científico no sentido de compreender as interfaces da problemática na capital carioca. Na cidade de Maceió, a violência expressa uma nova conformação social, mas a produção de pesquisa é relativamente pequena, além de não termos no estado tradição e eficiência no armazenamento de dados estatísticos, importantes para o desenvolvimento científico.

O Gráfico abaixo apresenta um panorama da cartografia do medo vivenciado pelas pessoas que residem na cidade de Maceió, considerando o lugar de moradia.

Gráfico 09



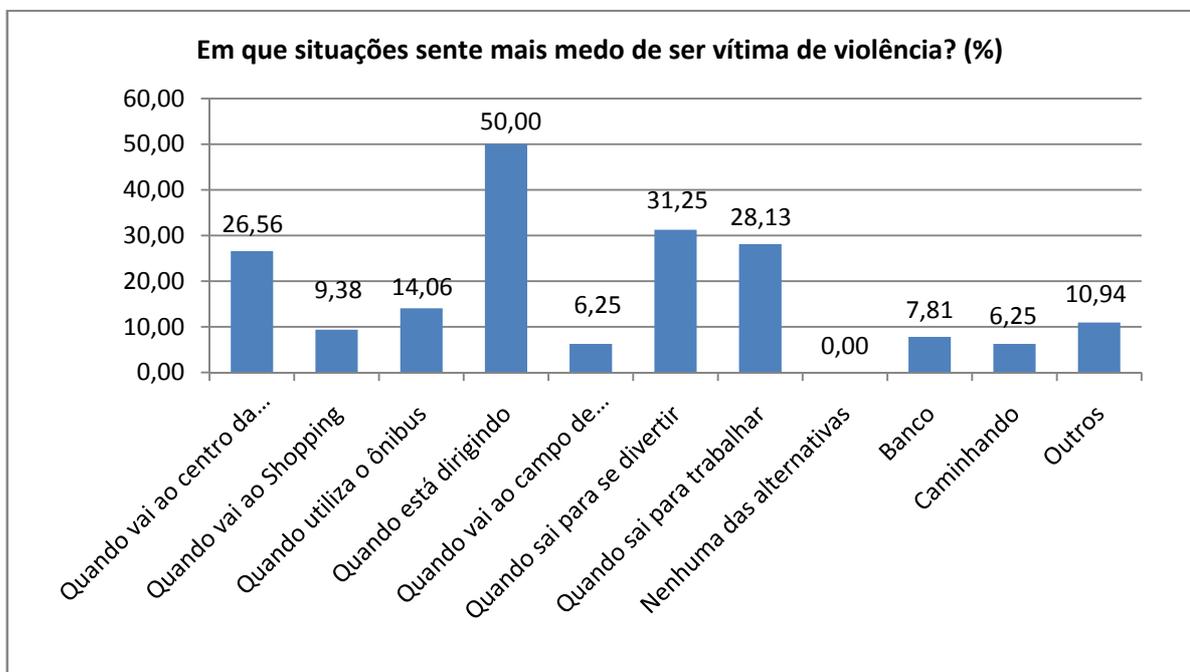
Amostragem dos Bairros Periféricos

Os dados referentes às situações de medo vivenciadas pelos moradores que residem nos bairros de Ponta Verde e Gruta de Lourdes (Gráfico 10), demonstram que 50% dos que compõe essa amostragem sente mais medo quando estão dirigindo. Dos que residem em áreas periféricas (Ver Gráfico 09), apenas 5% afirmam sentir medo quando estão dirigindo. Esses dados, por si só, revelam uma desigualdade nas condições de vida dos moradores que residem nessas duas áreas urbanas estudadas, mas, nos chama atenção que tanto uns quanto outros sentem-se vulneráveis quando estão em situação de deslocamento: dos que residem na periferia, 59,17% quando estão utilizando o ônibus, e dos que residem em

bairros nobres, 50% quando estão dirigindo. Essa realidade aponta para o sentido de vulnerabilidade que o espaço urbano assumiu para todas as pessoas que circulam no espaço público das cidades. Ou seja, o deslocamento no espaço público constitui-se numa situação que causa maior sensação de vulnerabilidade tanto para quem utiliza o transporte coletivo como para quem utiliza automóveis particulares.

A sensação de medo vivenciada quando estão se divertindo foi relativamente alta para as duas amostragens; ou seja, para os que residem em áreas nobres, essa foi a segunda opção mais assinalada, sendo apontada por 31,25 % dos moradores de condomínios residenciais, e essa mesma situação foi assinalada por 28,33% pelos moradores da periferia. A percepção de que o divertimento se transformou numa situação de perigo, portanto, está presente nos dois universos pesquisados.

Gráfico 10



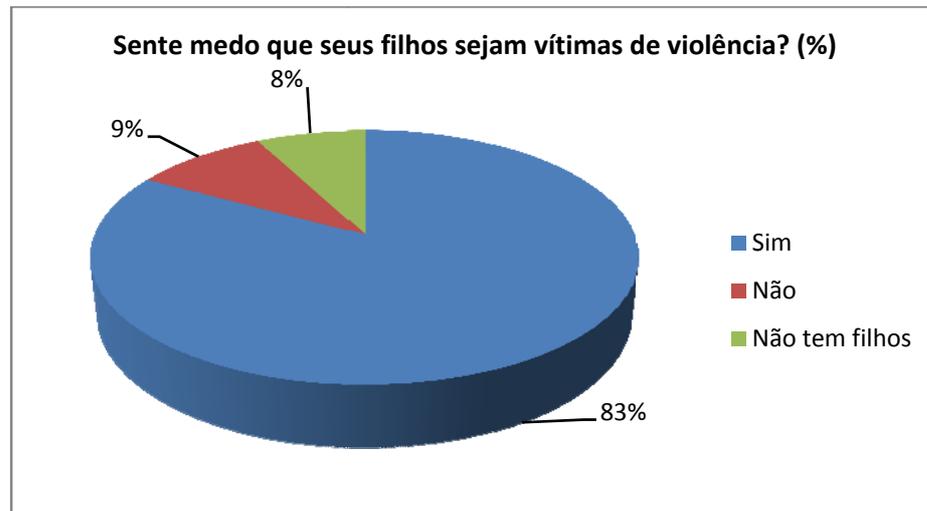
Amostragem dos Condomínios Residenciais

Um estudo realizado pela socióloga Vera da Silva Telles (2006) sobre as condições de vida dos moradores da periferia de São Paulo revela que quando esses moradores se remetem à violência vivenciada no bairro, na verdade, estão falando dos acontecimentos que resultam em morte violenta, ou seja, em homicídios. Em nossa pesquisa, também percebemos essa referência na fala dos entrevistados dos bairros periféricos de Maceió, que trazem a morte violenta, ou o medo desta, como evento que compõe a experiência social dos moradores do bairro. Embora o temor de se tornar vítima desse tipo de violência apareça em grande parte das entrevistas realizadas, não apenas no relato dos moradores de bairros populares, são estes que trazem o homicídio como uma ameaça real e constante, mostrando que essa realidade compõe o universo de suas experiências cotidianas. Ao ser questionada sobre a mudança do padrão de violência em Maceió, uma das entrevistadas se refere ao número de homicídios:

A questão brutal do assassinato em massa. O número de homicídios de hoje assusta... todo fim de semana não morre um não, é dois, três... ontem mesmo teve um assassinato horrível. Um genro matou o sogro, tentou matar a esposa e a filha de 10 anos. (Dona de casa, moradora do Tabuleiro dos Martins, 46 anos)

Os questionários aplicados nos bairros da periferia de Maceió revelam que 83% dos participantes da pesquisa temem que seus filhos sejam vítimas de violência, como mostra o gráfico 11, logo abaixo:

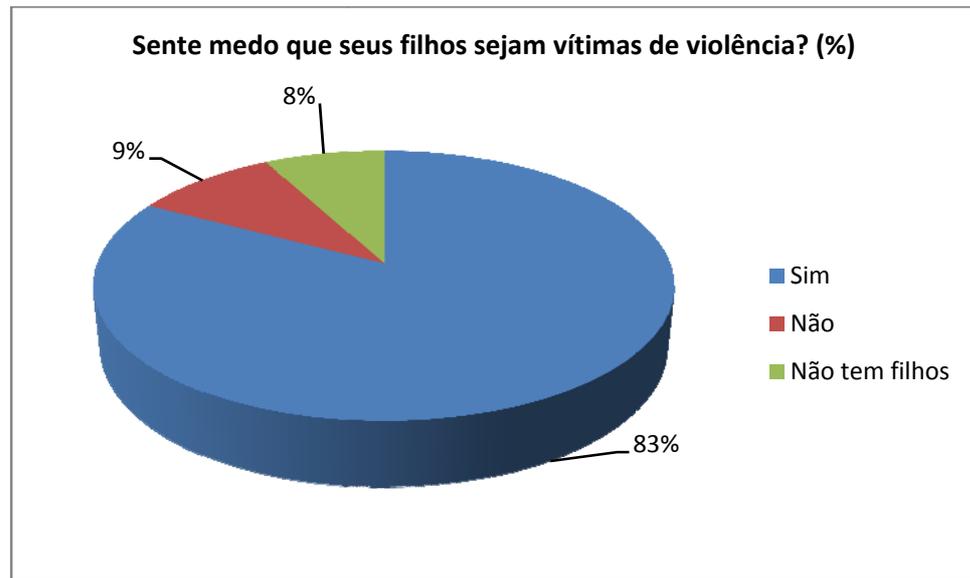
Gráfico 11



Amostragem dos Bairros Periféricos

Buscamos apreender o sentimento de medo vivenciado pelos maceioenses formulando questões frente às quais os mesmos pudessem se posicionar, particularmente, sobre situações que fizessem parte do seu cotidiano. Algo curioso que ficou evidenciado a partir dos nossos dados é que muitas situações de medo são vivenciadas com a mesma frequência e intensidade por sujeitos que vivem realidades socioeconômicas absolutamente distintas. Para citar um exemplo, quando questionamos se nossos entrevistados temiam que seus filhos fossem vítimas de violência, tivemos um índice altíssimo, tanto entre os que vivem na periferia (83% temem que seus filhos sejam vítimas de violência) como os que vivem nos bairros nobres da cidade (83% temem que seus filhos sejam vítimas de violência). Com esses dados, observamos que a condição de vulnerabilidade é sentida por ambos os grupos, o que demonstra que a violência passou a ser um problema social que afeta indistintamente, ricos e pobres, que residem em nossa cidade. Muito curioso que o percentual dos que temem pelos seus filhos tenha sido exatamente idêntico entre as duas amostragens (Ver Gráficos 11 e 12).

Gráfico 12

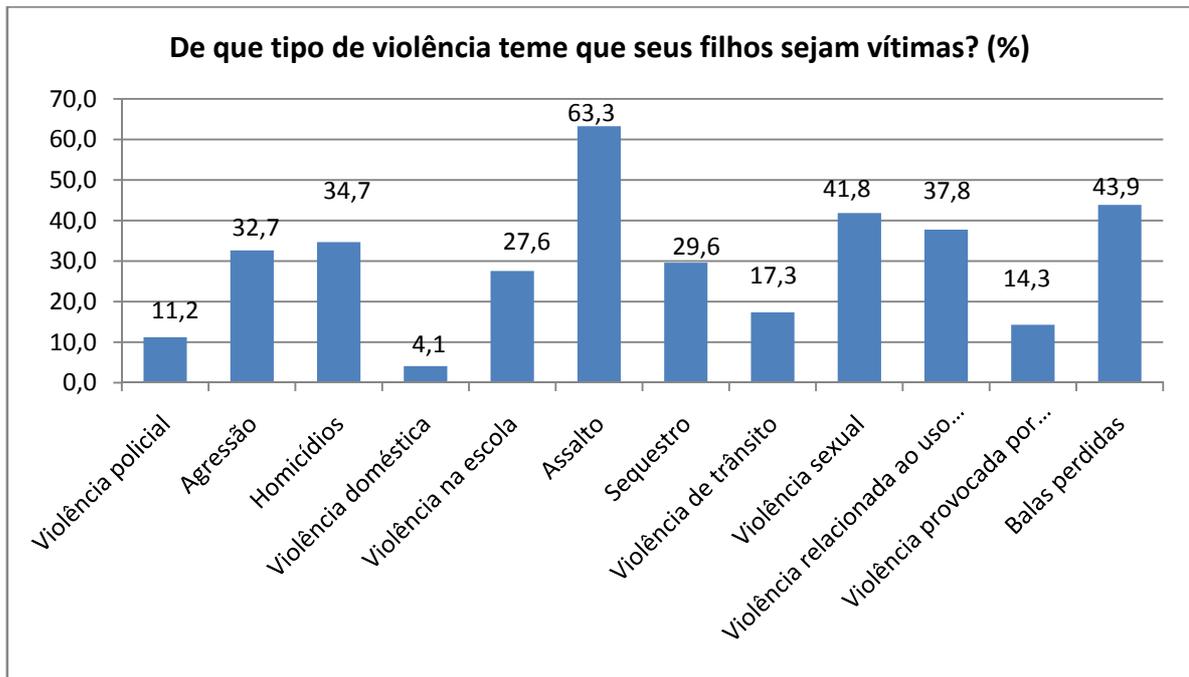


Amostragem dos Condomínios Residenciais

Outro dado que também revela uma semelhança na condição de medo vivenciada, tanto entre os moradores de periferia como entre os moradores de áreas nobres da cidade, diz respeito ao tipo de violência que temem que seus filhos sejam vítimas; respectivamente, 63,3% e 66% dos moradores que responderam ao nosso questionário assinalam que temem que seus filhos sejam vítimas de violência através de assaltos. Ou seja, constatamos, através dos questionários, que, na maioria das vezes, as pessoas temem que os filhos sejam vítimas de assalto mais do que qualquer outro tipo de prática violenta.

No universo dos moradores de bairros populares (Gráfico 13), também foi muito alto o índice daqueles que assinalaram sentir medo que seus filhos sejam vítimas de violência através de bala perdida (43,9%) e através da violência sexual, citada por 41,8 %.

Gráfico 13



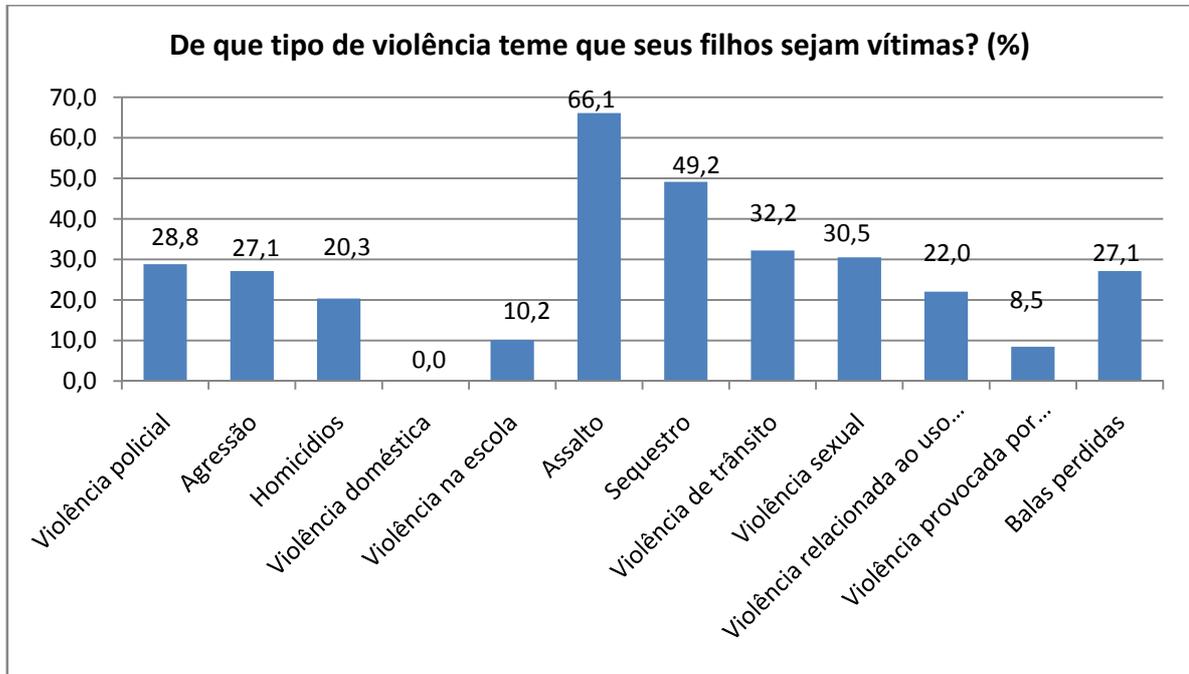
Amostragem dos Bairros Periféricos

O medo de ser vítima de bala perdida aparece em muitas falas de entrevistados que residem na periferia, sendo o que nos aponta para o fato de se tratar de uma realidade vivenciada no dia a dia desses moradores. Já os moradores de condomínios fechados admitem sentir medo de serem vítimas de homicídio, mas esse dado não aparece de forma tão intensa quanto os moradores da periferia, a possibilidade de serem vítimas da fatalidade de uma bala perdida. Nos questionários, os moradores de condomínio que identificam esse tipo de violência como uma ameaça representam uma porcentagem de 27,1% do total (Ver Gráfico 13).

O temor de que os filhos sejam vítimas de sequestro aparece com maior frequência entre os moradores da Ponta Verde e Gruta de Lourdes (Ver Gráfico 14), sendo apontado por 49,2% dos participantes; enquanto entre os moradores da periferia o temor de sequestro atinge 29,6% dos entrevistados. Essa também é uma variável demonstrativa da

desigualdade socioeconômica vivenciada pelos dois grupos que tomamos como amostragem em nossa pesquisa.

Gráfico 14



Amostragem dos Condomínios Residenciais

Glassner (2003) introduz como elemento de análise na discussão sobre a cultura do medo da sociedade ocidental a diferença entre os “medos válidos” e os “medos supervalorizados”. Os primeiros seriam aqueles aos quais Elias já havia se referido que se constituem como importantes indicadores sobre os perigos reais que fazem parte da existência e têm papel fundamental na manutenção e preservação da vida. Já os “medos supervalorizados”, podem ser descritos como uma lente de aumento sobre situações corriqueiras, que apenas causam desconforto e sensação de insegurança por parte de quem as vivenciou. Os “medos supervalorizados” não correspondem a eventos de risco real, e sim a um risco imaginário, muitas vezes reforçado na convivência coletiva.

Glassner (2003) analisa a influência da mídia jornalística na construção do medo na sociedade americana e afirma que as manchetes alarmistas dos jornais americanos, seja

sobre ações terroristas ou sobre jovens atiradores, alimentam o medo da população. Segundo o autor, histórias sobre crimes estão sempre em evidência e são a maioria das notícias, mesmo em períodos em que foi constatada uma redução no número de homicídio nos EUA. Glassner constata a influência da mídia na instalação do pânico entre a população americana, mas não a coloca como causa da violência. Para o autor, a principal causa do elevado número de mortes violentas é o controle inadequado da venda de armas de fogo.

Apesar de se tratar de uma sociedade distinta da nossa, a especularização da violência que ocorre na mídia brasileira se assemelha à descrição que Glassner (2003) faz em sua discussão sobre a sociedade americana. A exposição excessiva do drama humano diante de situações perversas e cruéis fragiliza os laços sociais na medida em que impõe o isolamento, a exclusão e a marginalização social como medidas garantidoras da sensação de estar a salvo. Nesse sentido, o autor ainda discorre sobre a direção que damos ao medo. Num contexto em que as possibilidades se mostram infinitas, Glassner (2003) questiona por que alguns medos assumem proporções gigantescas, enquanto outros riscos são descartados. A essa questão, ele propõe que cada sociedade seleciona os perigos por dois motivos: ou porque representam ameaça aos perigos morais da coletividade ou porque possibilitam críticas a grupos e instituições “vistos com maus olhos” (GLASSNER, 2003, p. 37).

Koury (2012) alerta sobre os riscos inevitáveis aos quais todos estamos expostos, como as catástrofes naturais, mas destaca a possibilidade de reduzir o sentimento de medo, ao estabelecermos quais riscos são desnecessários, aproximando-se da ideia de Glassner (2003) de que há uma seleção social dos riscos que devem ser temidos e, portanto, evitados.

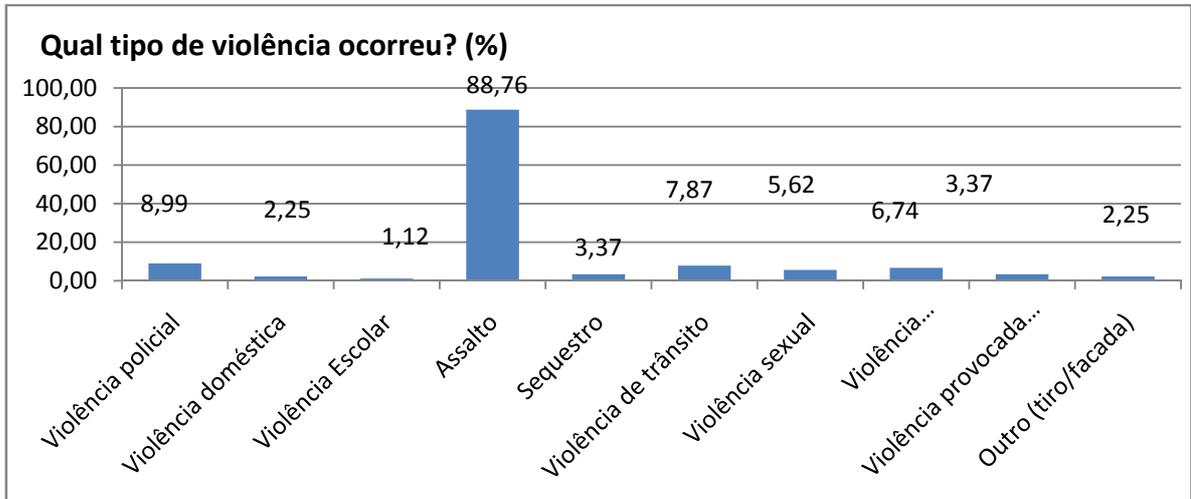
Enriqueceria a nossa pesquisa uma investigação acerca dos aspectos relacionados aos sentimentos de medo e insegurança da população se pudessemos aferir se o aumento do sentimento de medo de uma população, residente em determinado bairro, coincide com o

aumento ou com a redução dos índices de violência dessa localidade. Essa informação nos daria pistas sobre a origem do medo sentido pelos moradores da cidade de Maceió.

Importante mencionar a ausência de dados estatísticos que nos possibilitasse uma comparação entre as práticas violentas mais frequentes nos bairros pesquisados. O acesso a informações que nos permitisse visualizar o panorama da violência em diferentes localidades enriqueceria as nossas análises e possibilitaria aprofundar a discussão em torno da dinâmica social construída em torno dos dados da violência. Poderíamos investigar se o sentimento de medo demonstrado pelos participantes da pesquisa estaria relacionado a dados estatísticos significativos em relação aos crimes que ocorrem atualmente na cidade de Maceió ou se revelam uma construção social baseada num processo de disseminação do medo, identificando assim, se o sentimento de medo corresponderia a uma experiência social real ou imaginária. No entanto, os dados disponibilizados pelos órgãos de segurança pública são precários e inviabilizam tal discussão. Sendo assim, tomamos como referência para analisar os resultados as informações obtidas a partir dos próprios questionários.

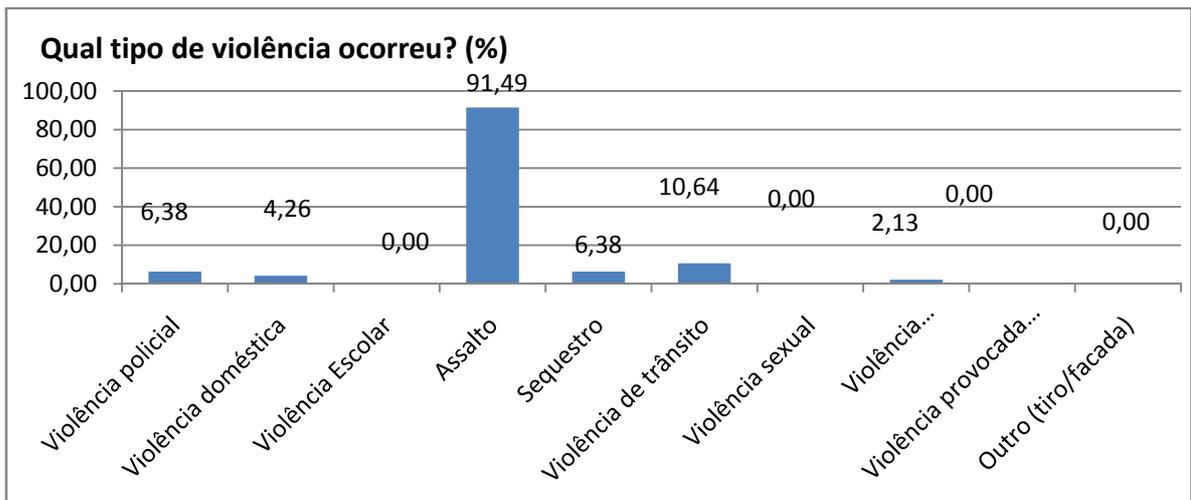
Consideramos a referência ao medo de assalto por uma grande parcela dos entrevistados de todos os bairros o reflexo das experiências de violência vividas pelos participantes da pesquisa. Entre aqueles que afirmaram ter sofrido ou que alguém na família sofreu algum tipo de violência, tanto nos bairros periféricos quanto nos condomínios residenciais, o assalto constou como o evento mais citado. Impressiona constatar que quase a totalidade dos dois grupos entrevistados já passaram por situações de assalto, como observamos nos gráficos 15 e 16, que seguem abaixo:

Gráfico 15



Amostragem dos Bairros Periféricos

Gráfico 16



Amostragem dos Condomínios Residenciais

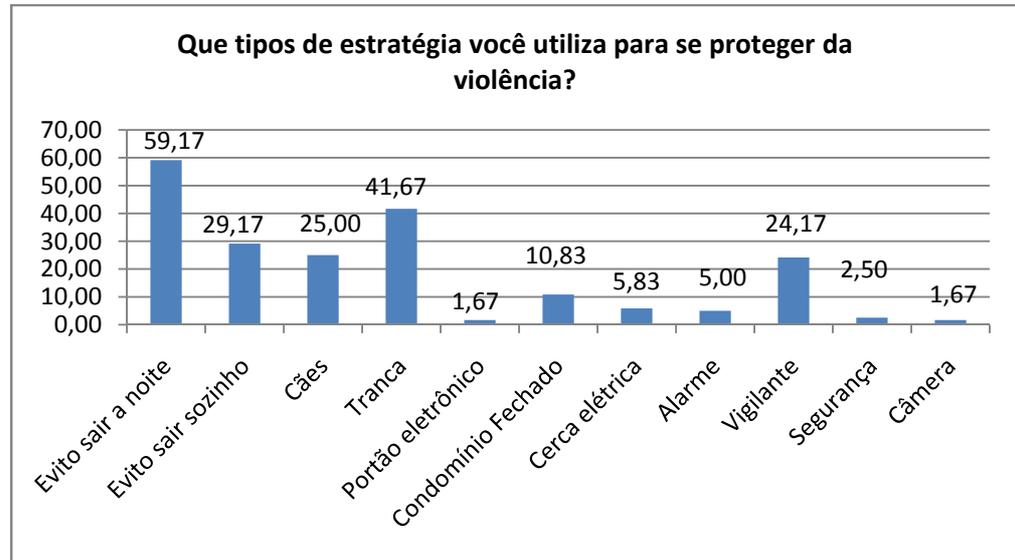
Os efeitos do medo se refletem no cotidiano das pessoas, modificando sua rotina ou seus hábitos no cotidiano. Percebemos na fala dos entrevistados uma mudança de comportamento após terem sido vítimas de violência na cidade. Alguns relatam que deixaram de ir à Igreja, outros que passaram a ter medo de viajar, há ainda aqueles que deixaram de andar de ônibus ou de sair à noite, enfim, essas foram algumas medidas adotadas por alguns

entrevistados para, de alguma forma, tentarem se protegerem da violência. Nos questionários encontramos novamente esse tipo de estratégia no enfrentamento da violência.

Também registramos que alguns moradores de bairros populares adotaram medidas mais extremas, como evitar sair à noite ou evitar sair sozinho, com mais frequência do que os moradores de condomínio. Nos bairros periféricos, 59,17% das pessoas evitam sair à noite e 29,17% evitam sair sozinhas, como estratégias para se proteger da violência. Além disso, como relatamos anteriormente, registramos uma realidade peculiar durante as visitas a essas localidades durante o período de aplicação dos questionários: em algumas ruas, os moradores têm se reunido numa estratégia coletiva de transformar o lugar em que residem num condomínio fechado.

A ideia do condomínio fechado como garantia de segurança tem feito, em muitos locais, a vizinhança adotar a prática de fechar a rua em que residem com portões com o intuito de se protegerem. Geralmente são ruas pequenas e estreitas que se transformam em vilas supervisionadas pelos próprios moradores ou por alguém contratado de modo informal para ficar responsável pela segurança do local. Desta forma, não apenas nos bairros nobres, mas também na periferia, aparecem dados relativos à segurança, tais como câmeras e portões eletrônicos, vigilância e segurança particular, entre outros, como estratégias utilizadas para proteção contra a violência nos espaços de moradia.

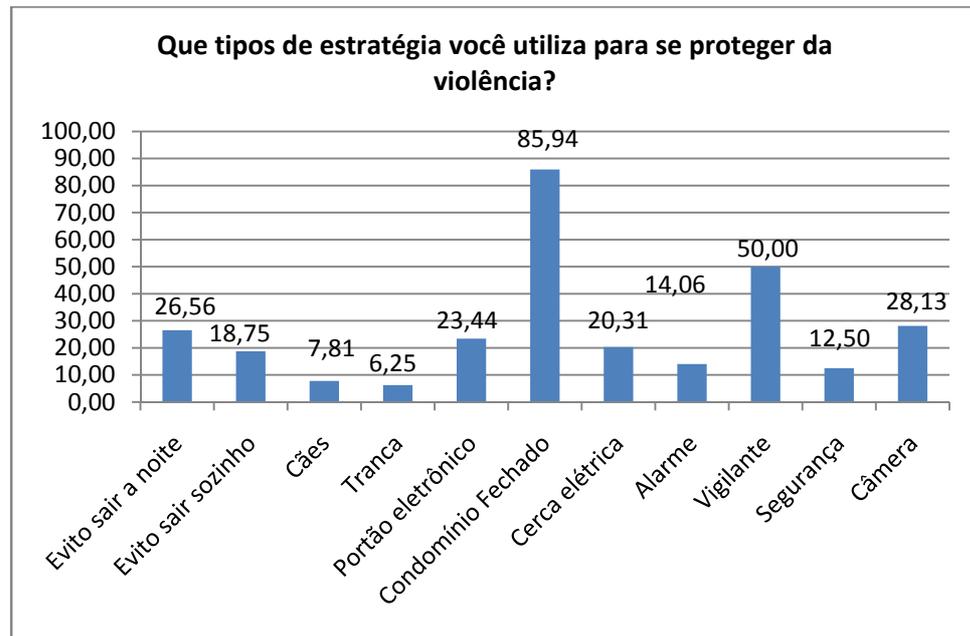
Gráfico 17



Amostragem dos Bairros Periféricos

Entre os moradores dos bairros nobres pesquisados, a referência a medidas protetivas contra a violência tem ligação com o fato de residirem em condomínio fechado. Opções como cerca elétrica, vigilante, câmeras, entre outros, muitas vezes deixaram de ser citadas porque a opção condomínio fechado já engloba tais medidas. No entanto, observamos que, mesmo residindo num condomínio fechado que oferece grande estrutura de segurança, muitos condôminos ainda recorrem a medidas particulares. No condomínio horizontal, por exemplo, além da estrutura local, muitos moradores instalam cerca elétrica, câmeras e portões eletrônicos em suas casas.

Gráfico 18



Amostragem dos Condomínios Residenciais

As entrevistas apresentam os dados de que as estratégias utilizadas para se proteger variam não apenas de acordo com os recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, de acordo com as experiências vivenciadas pelos sujeitos. Um percentual significativo de moradores da Ponta Verde afirma que, apesar de ter medo da violência, não deixa de frequentar os lugares que gosta, nem de sair no turno da noite, tomando apenas alguns cuidados adicionais, como demonstra a fala abaixo transcrita.

“Moro em apartamento. Eu acho que eu sou bem descuidada, mas antes de entrar no carro eu sou mais atenta... tenho praticado esse exercício... ainda acho que sou um pouco desligada”. (Psicóloga, 30 anos, moradora da Ponta Verde)

“São os cuidados básicos... ter cuidado quando vou pegar o carro em algum lugar ou quando estou chegando no prédio, quando minha esposa precisa sair à noite eu vou levar, essas coisas”. (Empresário, 37 anos, morador da Ponta Verde)

Já os moradores dos bairros populares, em sua maioria, afirmam que evitar sair de casa é a melhor forma, ou melhor, a única, utilizada para se proteger.

“Eu não saio de casa... só isso. E rezo”. (Aposentada, 57 anos, moradora do Jacintinho)

“Aqui a gente não tem jeito de se proteger, só ficar dentro de casa, e mesmo assim não está livre de acontecer alguma coisa”. (Empregada Doméstica, 42 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

Ao analisar a fala dos entrevistados e o seu comportamento durante a entrevista, percebemos que o isolamento social dos moradores dos bairros populares enquanto reflexo da violência deve-se, principalmente, ao tipo de violência sofrida e à frequência com que as práticas de violência ocorrem em seu universo social.

Enquanto os moradores de condomínio registram, em sua maioria, ter sofrido violência contra o patrimônio, os outros entrevistados revelam casos de estupro, violência doméstica, homicídio e violência relacionada ao uso de drogas. É importante registrar que alguns de nossos informantes choraram durante a entrevista e afirmaram já ter precisado de algum tipo de apoio psicológico para lidar com as seqüelas emocionais vivenciadas após terem sido vítimas de violência. Abaixo transcrevemos o relato que uma das entrevistadas fez em relação a um estupro sofrido por sua filha e, em seguida seu desabafo sobre os efeitos desse acontecimento em sua vida:

“(...) a minha filha teve uma situação... ela foi agarrada, sabe? Na subida da ladeira um rapaz agarrou ela a pulso, voltando do serviço [choro]... você sabe do que eu to falando, né? Quando acontece uma coisa dessa por amor tudo bem, mas assim com essa violência... [choro] e o pior é que nem deu em nada porque o rapaz que viu não quis ir testemunhar com medo... nós foi na polícia e tudo, mas não tinha o que fazer sem saber quem era... e ele não deixava ela olhar pra ele que era pra não reconhecer... ele hoje tá aí solto no meio do mundo, mas Deus vê tudo... e ele vai pagar um dia por esse feito”.

“Mudou tudo porque a gente cria uma filha não é pra passar por isso. A minha filha hoje tem 24 anos, isso foi há três anos, e até hoje ela só

dorme comigo na minha cama. Também ficou um tempão sem conseguir trabalhar, agora que ela arrumou um serviço, mas eu não sei como vai ser porque é na ponta verde... ela tem medo de tudo, de ir pra qualquer lugar... até em psicólogo ela já foi”. (Aposentada, 57 anos, moradora do Jacintinho)

Outra entrevistada relata os efeitos da violência sexual sofrido pela sobrinha:

“Primeiro que ela pegou doença, a minha sobrinha. Ela tinha 9 anos... depois a gente descobriu que tinha sido outras vezes também, mas era só... é sexo oral que chama né? De estupro mesmo foi essa vez que a gente descobriu. Ela ficou toda cheia de doença, teve que ir pra médico, psicólogo... eu também fui porque eu fiquei muito assim... a gente fica doída de ver né? Uma criança... o meu filho até hoje tem ódio e diz que mata se encontrar o cara... ele também ficou meio azoado, meio assim... eu peço a ele que esqueça, mas ele tem vontade de matar... é que também a gente não pode ter uma arma pra se proteger e o bandido pode, né? A minha sobrinha até hoje tem problema. Ela não para em emprego, só é brigando com as pessoas, não sabe se relacionar... pra mim ela ainda tem problema”. (Desempregada, 65 anos, moradora do Jacintinho)

O relato de uma moradora do tabuleiro faz referência à banalização da violência:

“Sábado mesmo um vizinho meu teve a perna decepada por causa de briga de vizinho... por causa de um som alto... eu conheço os dois. E segunda a minha filha tava no ponto de ônibus com uma colega e chegou um rapaz pra matar um colega delas. Ele matou na frente delas e um tiro pegou na perna da amiga da minha filha, a menina tá sem andar. Essas coisas acontecem direto”.

“(...) e a quadra é que é um perigo... outro dia chegou lá um bando, não achou quem eles queriam eles foram atirando em todo mundo na quadra”.

“É todo dia as pessoas comentando de quem morreu, quem levou tiro... teve outro que matou um homem com 8 tiros e depois foi pelas costas e deu um monte de facada... o homem já tava morto e ele fez isso na vista de todo mundo”. (Empregada Doméstica, 42 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

A gratuidade da violência relatada pela moradora faz parte de um universo onde as pessoas experimentam um processo de não reconhecimento de direitos, de intolerância e ausência do diálogo. Nessa conjuntura, torna-se cada vez mais comum os episódios em que

ocorrem brigas de vizinho, brigas no trânsito ou desentendimentos entre casais, transformarem-se em tragédia, particularmente quando a resolução do conflito acontece mediante o uso da violência. A banalização da violência transforma a vida das pessoas num campo de vulnerabilidades; isso provoca a sensação de insegurança em que todos passam a se sentir vítimas potenciais da violência, ampliando o sentimento de medo que, inevitavelmente, interfere no modo de vida das pessoas, alterando sua forma de ser e estar no espaço social.

O relato de um morador de um prédio da orla da Ponta Verde evidencia que o impacto da violência produz efeitos diferentes, a depender da intensidade dos seus efeitos na subjetividade da vítima. Ao ser questionado se houve mudança em seu comportamento, ele responde:

“Não. Só assim, evitar ir correr na praia com um relógio caro... mas até isso dá raiva porque você trabalha muito pra poder ter as coisas e não pode usufruir. Eu mesmo queria trocar de carro, tem um carro que eu gosto muito que é bem grande, mas a minha esposa fica dizendo que chama atenção, que eu vou ser assaltado... aí é lasca você ter o dinheiro, querer comprar e ficar se podendo porque um outro preguiçoso vai querer roubar de você. Eu digo preguiçoso porque eu sou empresário e vejo que o pobre prefere não trabalhar do que ganhar um salário mínimo... ninguém quer ganhar um salário mais não. Não é todo mundo, mas a maioria só quer ficar sem fazer nada, ganhando bolsa-família e pedindo no sinal.” (Empresário, 37 anos, morador da Ponta Verde)

Apesar desse relato demonstrar uma postura preconceituosa diante de um fato complexo como a violência, notificamos o incômodo que a violência produz na vida desse entrevistado. Acreditamos que pensar no ato de violência enquanto um ato de origem estritamente material é um equívoco. Além disso, rotular as pessoas que cometem o delito de assalto como “preguiçosas” significa reduzir a sua existência a um ato particular, que pode ter sido motivado por diversos fatores.

Quando o entrevistado se refere ao infrator como alguém preguiçoso, afirmando que o sujeito que rouba não quer trabalhar, produzindo um efeito para sua vida no sentido de limitar suas possibilidades de usufruir de bens que poderia consumir, lembramos dos argumentos de Batista (2003) quando apresenta sua compreensão de que o medo social é produzido e concentrado numa parcela da sociedade, de modo a culpabilizar os excluídos pelos males sociais.

A representação social expressa no discurso do morador da Ponta Verde quanto ao programa do governo denominado bolsa-família encontra ressonância na fala de outro entrevistado, morador de um condomínio da Gruta de Lourdes, que relaciona as ações de violência que ocorrem atualmente na cidade aos programas sociais implantados pelo governo federal com o objetivo de reduzir a miséria e as desigualdades.

Assalto, sequestro, saidinha de banco, tudo isso não acontecia. Esses caras fazem as coisas porque sabem que não vão ser pegos, é muito difícil... a sensação de impunidade faz eles fazerem coisa cada vez pior, e o governo não reage do jeito que é pra reagir. Fica dando bolsa esmola, porque eu chamo bolsa esmola essa palhaçada de dar dinheiro a quem não faz nada, só pode dar no que não presta. E fica dizendo que isso vai resolver a miséria no Brasil, você acha que resolve? Resolve pra ficar gente sem querer trabalhar e fazer o que não presta. (Administrador, 34 anos, morador da Gruta de Lourdes)

A equação dos programas sociais como motivador da falta de ocupação, que por sua vez, resulta nas práticas de violência estão presentes na fala dos dois entrevistados, que percebem as pessoas inscritas nos programas sociais como preguiçosas, que querem ganhar dinheiro sem fazer esforço. No sentido contrário a essa representação, os indicadores sociais do país demonstram o potencial das políticas sociais na inclusão social e produtiva e no combate à pobreza e à desigualdade de renda.

O bolsa-família foi criado há nove anos e os dados do governo federal indicam que beneficiou até o momento mais de 13 milhões de famílias pobres ou em situação de extrema pobreza. Os resultados obtidos através do IPEA apontam para a eficácia do programa na redução da pobreza e das desigualdades sociais, bem como no aumento do acesso a bens e serviços. A fala da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) defende a importância desse tipo de investimento e afirma que o programa tem funcionado como incentivo aos beneficiados:

“No dia 20 de outubro de 2003, o ex-presidente Lula lançava esse programa ousado, muito criticado à época. Agora, podemos olhar para a história e saber que superamos todos os mitos calcados no preconceito contra a população pobre, de que recebendo o bolsa família iria parar de trabalhar. O que aconteceu é justamente o contrário”.¹⁸

Percebemos na fala de outra entrevistada a representação da pobreza relacionada à marginalidade, no momento em que articula um discurso baseado em preconceito, quando questionada se o medo interfere na educação que dá aos filhos:

Interfere. Às vezes minha filha pergunta por que não pode? A gente acaba antecipando valores que ainda não tá na idade dela... diz não porque tem ladrão... ela ainda não tem idade, alcance, mas várias vezes eu já disse é maloqueiro... coitados, e as vezes eu não sei como falar sem induzir o preconceito, nem sempre um flanelinha é maloqueiro, as vezes é um pedinte, mas a gente tem medo... às vezes é uma pessoa boa, de bom coração, mas a gente já fica se protegendo porque tem medo. (Psicóloga, 30 anos, moradora da Ponta Verde)

Valores distorcidos e discriminatórios são justificados pelo medo e pela tentativa de se proteger. Retomamos a reflexão de Glassner (2003) sobre a seleção dos perigos sociais a partir de críticas a grupos ou instituições e percebemos que os grupos sociais economicamente

¹⁸ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/19/bolsa-familia-completa-nove-anos-e-beneficia-13-7-milhoes-de-familias>

fragilizados se tornam cotidianamente alvos de discriminações, sendo, portanto o grupo de pessoas às quais se deve temer.

Esse comportamento baseado em juízo de valor, que aponta as classes menos favorecidas como os agentes responsáveis pela criminalidade, produz efeitos na subjetividade dos moradores de bairros populares. O medo que o rico sente do pobre, porque o reconhece como uma ameaça, produz no pobre o medo da consequência que ele pode sofrer apenas por pertencer ao grupo do qual o outro se protege. Uma moradora do Jacintinho, por exemplo, afirma sentir medo por conta da “aparência de pobre”:

Eu tenho muito medo porque a gente tem a cara muito comum... a gente é pobre e os pobre tudo se parece... eu morro de medo que confundam a gente com um bandido porque já aconteceu. Uma vez o meu filho levou um tiro... o rapaz que tavam procurando devia se parecer com ele e acabaram atirando nele... foi no rosto, mas pegou de raspão, foi a sorte... mas isso pode acontecer de novo porque a gente tem umas caras muito parecida, se você olhar meu filho vai achar ele parecido com alguém.

O medo circunda entre as classes sociais, entre os ricos como mecanismo de proteção contra possíveis ataques de um outro temido por pertencer a um grupo que não tem acesso aos equipamentos básicos necessários para uma vida digna, e por isso, representam uma ameaça contra os bens daqueles economicamente bem sucedidos; e entre os pobres como sensação de vulnerabilidade por pertencer a uma classe visivelmente desfavorecida e, conseqüentemente, suspeita. Constatamos aqui o esforço do *subcidadão* ao qual se refere Baierl (2004) na tentativa de se manter a salvo, num espaço social em que a sua vida está em perigo simplesmente porque a sua aparência física denuncia a sua origem sócio-econômica. Diante da impossibilidade de ações coletivas efetivas na busca da garantia dos direitos fundamentais, resta apenas estabelecer estratégias individuais na luta pela sobrevivência.

Não podemos comparar qual o pior tipo de violência, como também um ato de violência não pode ser justificado. Porém, ao observar os efeitos sofridos pela população pobre em consequência da criminalidade, em comparação aos efeitos sofridos pela população mais favorecida economicamente, não podemos tratá-los sob a mesma ótica. É certo que todos os cidadãos têm o direito de ir e vir e de usufruir dos bens que possuem, e portanto, deveriam poder viver sem a sombra de uma ameaça de violência. Mas as mudanças de comportamento e de hábitos da população pesquisada nos bairros populares são mais profundas e limitadoras.

CAPÍTULO 4 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA ENTRE OS MORADORES DE MACEIÓ

Sergio Moscovici inaugurou os estudos em representações sociais, articulando aspectos teóricos e metodológicos da sociologia e da psicologia social, com a compreensão de que as representações constituem sistemas de referências compartilhados coletivamente, a partir dos quais os sujeitos se posicionam sobre acontecimentos da realidade cotidiana. As representações são, assim, interpretações dos acontecimentos cotidianos que compõem a realidade social, interpretações essas que são construídas a partir da mediação entre sujeitos e sociedade, onde acontece a fusão das dimensões individual e coletiva inscritas nos processos sociais partilhados em contextos históricos específicos. (VASCONCELOS, 2005)

Estudar a violência urbana sob a perspectiva das representações sociais significa reconhecer que essa problemática integra as dimensões subjetiva e objetiva da realidade social; entender que as representações são construções sócio-culturais carregadas de diversos sentidos e significados para os atores sociais. A teoria das representações sociais parte do pressuposto de que a análise da realidade precisa considerar os sentidos e significados que os sujeitos atribuem aos fenômenos inscritos no campo social. A inserção dos sujeitos nos diversos contextos sociais acontece mediante conhecimentos práticos e percepções que orientam suas ações neste mesmo contexto.

As experiências vivenciadas em contextos urbanos, portanto, partilhados coletivamente, oferecem elementos que vão ser pensados, sentidos e representados pelos sujeitos envolvidos, constituindo, assim, um estoque de conhecimentos através dos quais os mesmos sujeitos passam a se posicionar na vida, atribuindo sentido ao mundo vivido. Esses conhecimentos práticos e percepções construídas a partir das experiências coletivas constituem as representações sociais, dimensão que nos interessam apreender entre os sujeitos

que entrevistamos, particularmente, captando o que pensam e como vivem as experiências de violência existentes nos espaços urbanos em que estão inseridos.

Os sentidos e significados atribuídos à violência pelos moradores da cidade de Maceió serão analisados nesse capítulo, em conformidade com a concepção de Junqueira (2005) de que as representações sociais abarcam as dimensões sociais e culturais do fenômeno.

Com efeito, nas últimas décadas, a noção de representação social toma novo fôlego a partir da necessidade de explicar a crescente importância da dimensão cultural nos fenômenos sociais de toda ordem. (Junqueira, 2005, pág. 145)

Os dados da nossa pesquisa indicam que a preocupação com a violência faz parte da rotina cotidiana dos nossos entrevistados. Independentemente de idade, classe social, gênero ou profissão, todos são atingidos, de alguma forma, pelas práticas de violência inscritas no espaço urbano. Em maior ou menor proporção, todos são afetados pelos efeitos da violência na sociabilidade maceioense, mesmo que possamos admitir que cada segmento ou grupo de entrevistados sejam afetados de forma diferente. Admitimos que os sujeitos possam ter percepções diferenciadas em torno do mesmo problema - a violência -, até porque as posições dos sujeitos no mundo são diferentes, e suas percepções em torno dessa problemática necessariamente estão relacionadas às experiências concretas vivenciadas no contexto social e individual.

A decisão por realizar esta pesquisa em bairros distintos, que apresentam realidades diversas, partiu exatamente da intenção de colher as percepções de pessoas que vivenciam condições sociais diferenciadas. Assim, buscamos identificar se o lugar de moradia interfere na percepção que os sujeitos têm em torno da problemática da violência; ou seja, até que ponto o lugar em que moram interfere no modo como lidam com a violência no cotidiano.

Concordamos com Zaluar quando afirma:

A classe social a que pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa a que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos, constituem e compõem o modo como vivenciamos e pensamos essa violência. (Zaluar, 1994, p. 13)

A partilha de uma mesma condição social pode imprimir uma identidade social ao grupo, ampliando as probabilidades de uma aproximação em torno dos seus sistemas de referências que resultam nas representações que, por sua vez, orientam suas práticas sociais. Escolhemos dois grupos de bairros (periféricos e nobres) para apresentar o modo como a população maceioense vivencia a violência em seu cotidiano, apontando as possíveis semelhanças e divergências que ficaram evidenciadas nas entrevistas e nos dados dos questionários, sem perder de vista as particularidades relativas aos bairros escolhidos para a realização da pesquisa.

Entre os moradores da cidade de Maceió, a violência aparece em seu discurso com significados distintos. Os moradores do bairro da Ponta Verde identificam a violência como a violação do direito à liberdade e como imposição da força, como podemos verificar nas falas transcritas abaixo.

“É você não ter liberdade... é você ir, sair de casa com as minhas filhas com medo... não ter liberdade de ir e vir. Um dia desse teve aqui na Zampieri... a gangue já vinha da Av Jatiuca, acontece direto em estabelecimento comercial... só penso nas minhas filhas”. (Psicóloga, 31 anos, moradora da Ponta Verde)

Queremos destacar como o sentimento de medo restringe a liberdade dos sujeitos; e como essa realidade é vivenciada como uma expressão de violência pela psicóloga entrevistada. Os moradores do bairro nobre de Ponta Verde sentem-se vulneráveis a atuação das gangues, e essa realidade produz um sentimento de insegurança que está expresso nas palavras da entrevistada quando afirma sua preocupação com suas filhas – “*só penso nas*

minhas filhas". Outro morador do bairro da Ponta Verde tem a seguinte compreensão em torno do fenômeno da violência:

É você querer impor sua força para agredir alguém. Às vezes porque quer roubar, tomar alguma coisa; mas, às vezes por raiva, ou até sem motivo. (Empresário, 37 anos, morador da Ponta Verde)

Essa percepção da violência expressa nas palavras desse entrevistado nos remete ao conceito de violência trabalhado por Vasconcelos *apud cit* Sônia Filipe (1998), quando destaca a dimensão da violência enquanto um ato que “elimina do sujeito que sofre qualquer possibilidade de fazer uso de sua força para garantir-se íntegro. A violência suprime um dos atores como sujeito” (Vasconcelos (2009, p. 86). A imposição da força para subtrair algo do outro, expressa a dimensão da violência enquanto um ato praticado com o “intuito de forçar o outro a abandonar o seu espaço construído e a preservação de sua identidade como sujeito de relações econômicas, políticas, estéticas, étnicas, religiosas e eróticas” (Vasconcelos *apud cit* Sônia Filipe, 2009, p. 86). Para o entrevistado, roubar é uma violência, mas, este também percebe violência quando alguém utiliza a força para agredir um outro, seja pela motivação da raiva, ou mesmo sem qualquer motivo – “às vezes por raiva, ou até sem motivo”. Essa fala também nos remete à percepção de que a violência na contemporaneidade tem se revelado enquanto um fenômeno difuso, sem motivo e sem causa, aspecto que destacamos em capítulos anteriores.

Os moradores dos bairros populares também são portadores de uma percepção da violência enquanto uma agressão e um gesto que resulta na invasão do espaço do outro, que tolhe a liberdade do sujeito. Quando alguém é obrigado, através da força, a fazer algo que não deseja, isso é violência. É o que destacamos nessas palavras abaixo transcritas:

“Violência... eu não tenho assim uma forma de dizer... eu não sei, assim, dizer o que eu penso, mas eu tenho a minha cabeça... é quando uma pessoa tem que fazer o que não quer, né? O bandido não respeita que aquilo não é

dele, ao invés de trabalhar fica querendo o que é do outro. Tá certo que a gente não tem tudo, mas tem que viver com o que tem... e a droga também é uma violência porque muita gente que faz crime faz porque tá viciado”. (Desempregada, 65 anos, moradora do Jacintinho)

Mesmo imaginando não saber dizer o que é violência – “*eu não tenho assim uma forma de dizer... eu não sei*”, a entrevistada utiliza-se do seu conhecimento prático e partilha conosco o que entende por violência: falta de respeito, a imposição de uma situação – “quando uma pessoa tem que fazer o que não quer”, situações vivenciadas no campo da violência patrimonial – roubo ou furto. E, nesse contexto, refere-se a presença das drogas como um elemento que produz uma dinâmica de violência em seu bairro. Sua fala deixa transparecer que as pessoas roubam porque estão viciadas em drogas. É o que também diz a entrevistada que reside no Tabuleiro dos Martins:

“Eu acho que é a droga porque antes da droga não tinha isso não. Aqui quando dá 9 horas da noite eles vêm pela rua mandando todo mundo entrar pra dentro de casa e dando tiro pra cima. E a gente sabe que é tudo por causa da droga. Mas eu não tenho medo deles não, o que faz medo é os que vem de fora, que quando chegam tem briga, morte”. (Empregada Doméstica, 42 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

A droga aparece no discurso da entrevistada como um marco definidor do surgimento da violência na cidade de Maceió. Suas palavras revelam o quanto a dinâmica do tráfico impõe comportamentos à população, estabelecendo o horário de entrar nas casas, pois a população compreende que os “tiros para cima” constituem código de comando que expressa o “toque de recolhida” aos moradores – “mandando todo mundo entrar pra dentro de casa”. Essa descrição do cotidiano da moradora nos revela o quanto a violência faz parte do universo dos moradores desse bairro.

A literatura sociológica tem alertado para a impertinência de se fazer uma associação direta e linear entre drogas e violência, visto que se trata de uma questão bastante complexa e pouco discutida cientificamente. Segundo Minayo (1998) podemos tratar essa relação sob dois aspectos: em relação ao consumo ou em relação ao contexto social que a

droga institui. Em referência ao uso, Minayo (1998) afirma que apesar das evidências de que grande parte das experiências violentas ocorrem simultaneamente ou após o uso de drogas, não há como estabelecer relação de causa e efeito entre os dois eventos, pois há outros fatores que influenciam a reação individual decorrente do uso de substâncias psicoativas, como alterações cognitivas, estado emocional do sujeito, gênero, alterações hormonais e fisiológicas e história de vida do sujeito. Sob outra ótica, a relação entre drogas e violência pode ser analisada a partir do mercado ilegal que surge com o comércio de drogas e suscita nos usuários dependentes uma motivação econômica para a prática de ações delituosas. (Minayo, 1998)

O mais consistente e predizível vínculo entre violência e drogas se encontra no fenômeno do tráfico de drogas ilegais. Este tipo de mercado gera ações violentas entre vendedores e compradores sob uma quantidade enorme de pretextos e circunstâncias: roubo do dinheiro ou da própria droga, disputas em relação a sua qualidade ou quantidade, desacordo de preço, disputa de territórios, de tal forma que a violência se torna uma estratégia para disciplinar o mercado e os subordinados. (Minayo, 1998)

A ligação entre drogas e violência está presente na representação social de alguns moradores que entrevistamos; mas, observamos que essa realidade está expressa de forma mais enfática nos discursos dos moradores de bairros populares do que nos moradores de condomínio residencial porque a realidade vivenciada nos bairros de periferia favorece o desenvolvimento de organizações criminosas. É nos locais em que o Estado está ausente que o narcotráfico se instala e, geralmente, institui uma forma de controle paralelo, que determina as normas às quais os seus membros devem obediência. As comunidades de periferia, no caso da cidade de Maceió, as grotas, especificamente, foram surgindo desordenadamente, como dissemos anteriormente, com o crescimento populacional, sem haver intervenções do poder público no sentido de propiciar aos seus habitantes condições mínimas para o desenvolvimento de um ambiente saudável. Problemas de infra-estrutura, como falta de

saneamento básico, dificuldade de acesso, iluminação precária, ausência de unidades de saúde e escolas que atendam à população local adequadamente, transporte público insuficiente e dificuldade de inserção no mercado formal são fatores que revelam o abandono sofrido pelos residentes dos bairros periféricos; abandono este que, por sua vez, dá lugar à ocupação e ao domínio da comunidade pelos grupos ligados a práticas criminosas. Sabemos que o consumo de drogas provoca graves fissuras no tecido social, mas defendemos que reduzir o problema da violência ao aumento do uso de drogas desvia o foco da complexidade de uma realidade historicamente construída, que tem raízes na exploração dos menos favorecidos, na desigualdade social e na incapacidade do Estado de cumprir o seu dever, garantindo a todos a possibilidade de uma vida plena e digna.

Um aspecto comum a todas as entrevistas é a percepção de uma mudança da cidade enquanto espaço violento. A imagem de uma cidade tranqüila que se transformou num lugar inseguro em função da violência está presente no discurso dos entrevistados, ao descrever a cidade de Maceió:

“É uma cidade boa de morar, mas a violência é demais. Sempre foi uma cidade violenta, mas cada dia está pior. (...) Antes a gente tinha tranqüilidade, mas hoje é só orar e pedir proteção a Deus”. (Aposentada, 57 anos, moradora do Jacintinho)

“É um lugar bom... era bom morar aqui... ainda é, mas antes tinha mais sossego. (Desempregada, 65 anos, moradora do Jacintinho)

“Antes era tranqüila, segura... não, nem era tão segura, mas era mais segura. Hoje é violenta, insegura, porém, ainda bela, muito boa”. (Psicóloga, 30 anos, moradora da Ponta Verde)

“Maceió sempre foi uma cidade linda. Há dez anos a gente não tinha tantas opções de lazer, a cidade era pouco desenvolvida, mas era uma cidade muito tranqüila. Não tinha essa violência que a gente vê hoje. (...) A violência aumentou muito, antes a gente não ouvia falar tanto de assalto como hoje”. (Empresário, 37 anos, morador da Ponta Verde)

“Ah era bem melhor. Era um lugar tranquilo, bom de morar. Hoje a violência tá muita. Hoje é terrível, eu não sei mais o que fazer, só fico preocupada com essa violência, só penso nos meus filhos... aqui onde eu moro tá cada dia pior”. (Empregada doméstica, 42 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

“Ah, era um paraíso (...) Hoje tudo é mais difícil em geral. Insegurança, transporte, distância das coisas”. (Dona de casa, 46 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

“Com certeza era um lugar bem mais seguro”. (Policial Militar, 40 anos, morador do Benedito Bentes)

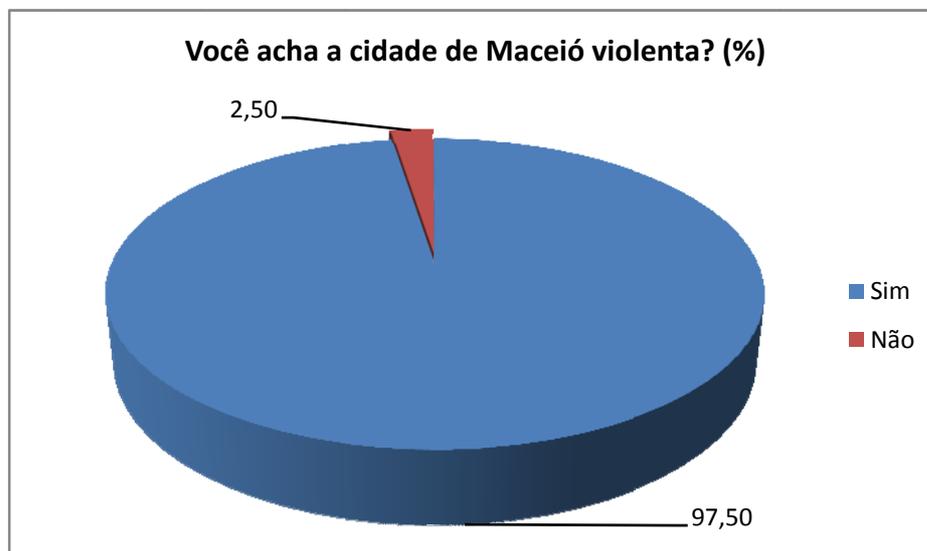
“Muito calma, boa de morar... tinha violência, mas não era como hoje. Não tinha esse negócio de assalto em ônibus. Se acontecia era uma vez perdida, não como hoje que acontece o tempo todo, dois, três no dia. (Professora, 40 anos, moradora do Benedito Bentes)

A transformação do paraíso em um lugar de insegurança, em que eventos violentos ocorrem com frequência, retirando da cidade a sensação de paz e tranquilidade está presente na fala de quase todos os entrevistados, tanto entre moradores dos bairros periféricos quanto entre os moradores dos condomínios residenciais. A despeito de basicamente todos os entrevistados realçarem as belezas naturais da cidade, há uma percepção coletiva de que antes a cidade era melhor do que agora - “tinha tranquilidade”, “tinha mais sossego”, “era mais segura”, “era bem melhor”, “era um paraíso”, “calma”, “boa de morar”. A calma e tranquilidade de antes foi substituída por uma realidade de violência e insegurança, sendo o que certamente faz a aposentada do Jacintinho afirmar que a única saída é “orar e pedir proteção a Deus”.

A percepção da cidade enquanto espaço violento também se destaca nos dados registrados através dos questionários aplicados em nossa pesquisa de campo. Observamos que as diferenças, em termos de posições socioeconômicas dos entrevistados, não interferem na percepção da violência urbana como problema social. Nos bairros populares, cerca de 97%

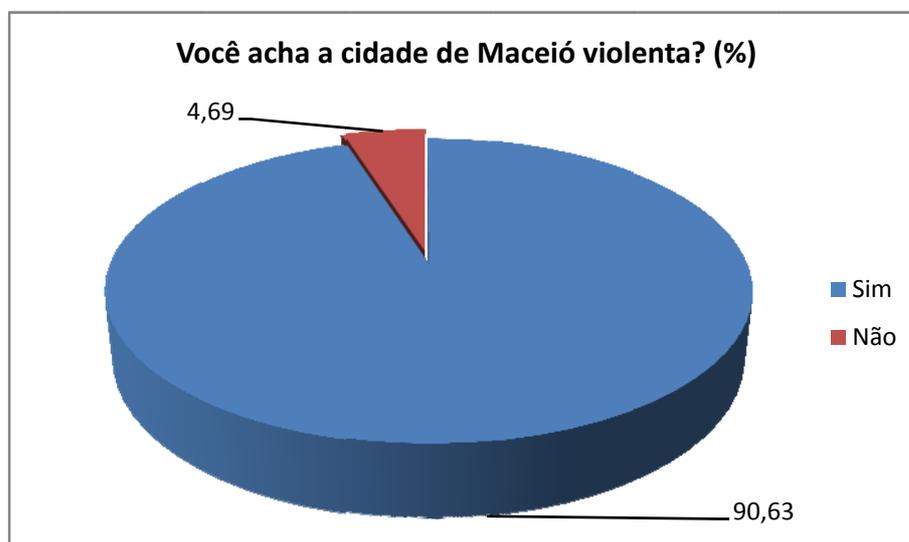
(Gráfico 19) das pessoas acham Maceió uma cidade violenta; e no universo dos entrevistados que residem nos condomínios fechados esse índice chegou a 90% (Gráfico 20).

Gráfico 19



Amostragem dos Bairros Periféricos

Gráfico 20



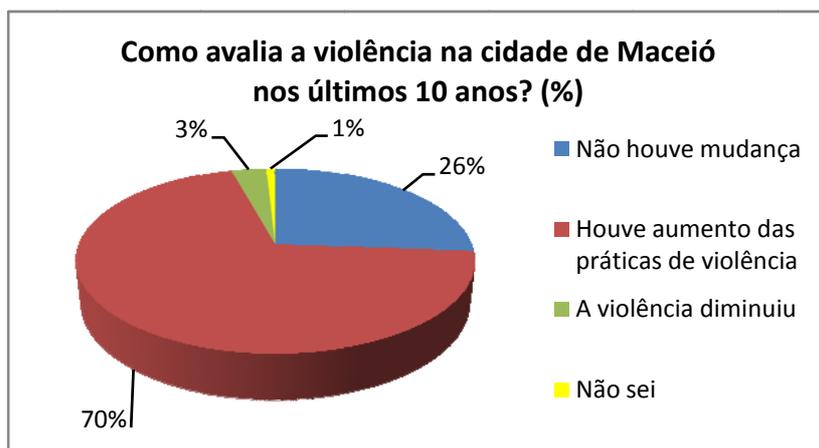
Amostragem dos Condomínios Residenciais

A percepção de que a cidade de Maceió sofreu mudanças no campo da segurança pública, transformando-se numa cidade de grande vulnerabilidade e risco, está presente entre 70% dos nossos entrevistados que residem em bairros periféricos de Maceió. Os

questionários aplicados na periferia evidenciam que a maioria tem a percepção de que houve aumento das práticas de violência na cidade de Maceió, ainda que 26% tenham afirmado que não houve mudança e 3% acreditar que a violência em Maceió diminuiu (Gráfico 21).

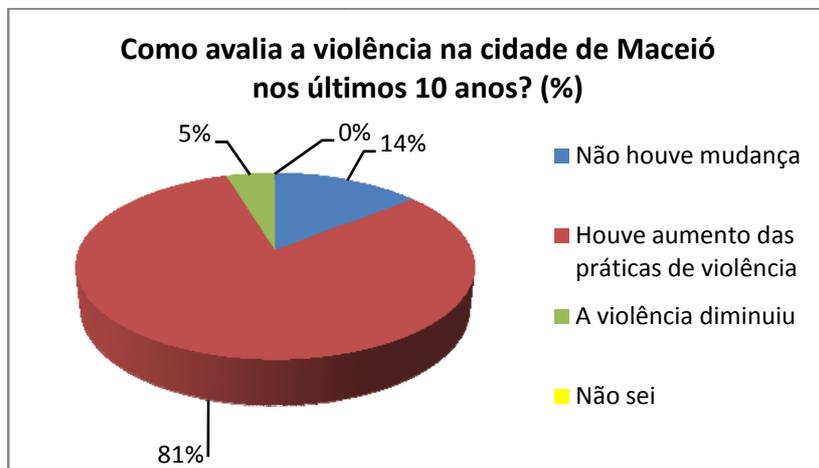
Com o universo dos entrevistados que residem em condomínios fechados, foram registrados em nossos questionários que 81% dos moradores acham que a violência aumentou, 14% das pessoas acreditam que não houve mudança e 5% acham que a violência diminuiu. 1% afirmou não saber responder (Gráfico 22).

Gráfico 21



Amostragem dos Bairros Periféricos

Gráfico 22



Amostragem dos Condomínios Residenciais

A partir das entrevistas, também podemos constatar que todos percebem uma mudança no padrão de violência nas últimas décadas, na cidade de Maceió. Como assinalamos anteriormente, é predominante o discurso que se refere à cidade de Maceió como um espaço marcado por suas belezas naturais, além da ideia de que Maceió é uma cidade “boa de morar”. A maioria dos nossos entrevistados reconhece, no entanto, que há um crescimento das práticas de violência na cidade que a tem transformado numa cidade insegura. Apesar dos dois universos amostrais basicamente se igualarem em relação a essa percepção, identificamos algumas diferenças marcantes entre os dois grupos, diferenças que realçam como as condições socioeconômicas realmente produzem situações e oportunidades de vida completamente diferentes para os atores sociais. Por exemplo, o que determina a escolha do local de moradia para os entrevistados que residem na Ponta Verde é a “facilidade” e “comodidade” que o bairro oferece, ou simplesmente porque é “o bairro mais bonito da cidade. É pertinho da praia, a qualidade de vida aqui é boa, você dá uma caminhada na orla no fim da tarde... os amigos também moram perto, tem restaurante, supermercado.” (Empresário, 37 anos, morador da Ponta Verde)

Fica muito claro que, como em qualquer outro lugar, a divisão espacial da Maceió está marcada por critérios eminentemente econômicos. A escolha do local de moradia para os moradores de condomínio passa por questões relacionadas à qualidade de vida. Já para os moradores dos bairros populares, a moradia não representa uma escolha. A maioria afirma morar no bairro há muito tempo, dando a possibilidade de conhecer a região e não tentar uma mudança por medo de se arriscar a viver em outro lugar. Existem aqueles que não têm condições financeiras de residir em outro espaço urbano, mantendo-se no local por ausência de oportunidade.

“Eu nasci e me criei por aqui. Eu e meu filho pagamos um aluguel sem poder para morar num lugar melhor, que não é tanto na favela”.
(Desempregada, 65 anos, moradora do Jacintinho)

“Moro há 8 anos. Não foi uma escolha, mas uma necessidade (...) era o que eu podia pagar na época”. (Dona de casa, 46 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

Durante a realização da pesquisa, deparamo-nos com a segregação social quando circulamos pelos bairros reservados à população pobre, que convive com esgotos a céu aberto, falta de iluminação pública, insuficiência de policiamento, entre outros, em contraste com as condições de vida dos moradores dos bairros nobres que vivem protegidos pelos altos muros dos seus condomínios fechados, contando com portarias suntuosas e serviços de segurança particular para inibir a ação de qualquer suspeito. Nesse contraste visível, encontramos diferentes representações sociais da violência e de seus efeitos.

No ambiente da periferia, a convivência e a aproximação das pessoas que moram na vizinhança permitem que a comunidade se conheça. As relações com a comunidade facilitam a percepção do filho de um vizinho que cometeu uma infração, por exemplo, como gente, como alguém que tem sentimento, mas que seguiu pelo caminho errado. Além disso, é notável a percepção de que o risco não está presente apenas em outras famílias, mas o envolvimento com ações ilícitas podem ocorrer dentro da própria casa, envolvendo, por exemplo, um filho ou um parente próximo.

“(...) Teve um menino da rua de trás que morreu com 17 anos... eu fico triste porque vi esse menino na barriga, antes de nascer, mas ele foi pela estrada errada, né? Deus mostra o caminho certo, mas tem uns que só querem a estrada errada. Ele traficava... acabou morrendo de tiro, mataram ele... mas ele era um menino bom”. (Aposentada, 57 anos, moradora do Jacintinho)

Essa fala da entrevistada é muito significativa porque expõe essa realidade que a sociedade muitas vezes não quer perceber: que as pessoas que se envolvem com a criminalidade tem uma história de vida, são pessoas amadas por familiares e vizinhos, e que

muitas vezes tomam a “estrada errada” do tráfico, mesmo sendo “um menino bom”. A criminalização da pobreza tem sido muito cruel para as famílias que vivem essa realidade, pois, de certa forma, alguns discursos nem lamentam as vidas perdidas por essa realidade criminal; ao contrário, justificam e até, comemoram as mortes desses sujeitos, com o argumento de que representam a diminuição do número de “almas sebosas” ou “sujeitos perigosos” para o convívio social,

“(…) Eu fico com medo é dessas coisas, não sei o que vai ser dos meus filhos. Os maiores já são adultos, mas o menor ainda tem risco de se envolver com coisa errada porque os bandidos ficam chamando pra trabalhar pra eles, e é tudo menino novinho de 15, 16 anos. Antes eram dois criminosos que mandavam no tráfico, eles já eram adultos, aí esses meninos mataram eles e tomaram conta”. (Empregada Doméstica, 42 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

Embora reconheçam a violência no espaço de sua moradia e admitam o envolvimento de familiares em ações criminosas como possibilidade temida, essa violência próxima, da vizinhança, não representa uma ameaça direta aos moradores da periferia. A oferta que os traficantes fazem aos jovens, aos quais a entrevistada se remete, carinhosamente, como “meninos” de 15, 16 anos, representa uma ameaça para a sobrevivência da própria comunidade.

Em comum com a fala dos moradores de condomínio, a fala dos moradores de bairros populares revela a percepção de que o perigo está sempre fora de sua realidade, se apresenta como uma ameaça de um outro, que lhe causa estranhamento. Embora a violência esteja presente em seu bairro, não é a vizinhança que lhe representa uma ameaça. Ao contrário, o vínculo estabelecido com os moradores, mesmo com aqueles que têm envolvimento com o crime, promovem uma sensação de segurança. A mudança para outro bairro representa o perigo, pois o desconhecido pode ser ainda pior do que a realidade vivida.

“Eu penso muito em sair daqui, mas eu tenho medo de sair e ser pior porque aqui, pelo menos, as pessoas me conhecem, conhecem meus filhos, e eu também conheço todo mundo. Ir morar em outro lugar sem conhecer ninguém é perigoso, né?”

“É só preocupação, dor de cabeça... e ainda por cima a gente não dorme direito porque é toda noite ouvindo tiro. Essa noite eu acordei com três tiros... e a gente nem sabe o que tá acontecendo lá fora. Eu tenho medo é de uma invasão dos de fora, entendeu? Eles podem chegar matando todo mundo. Eu não tenho medo dos daqui porque a gente conhece tudinho, eu vi eles pequenos, mas na hora que os de fora chegam, né? Quem tá na rua pode levar bala perdida”.
(Empregada Doméstica, 42 anos, moradora do Tabuleiro dos Martins)

As palavras acima transcritas são ilustrativas de como o medo e a insegurança compõem o universo representacional dos moradores dos bairros de periferia. A realidade do tráfico produz um ambiente de risco, não exatamente em função dos jovens do bairro que estão envolvidos com as drogas, mas em função dos “de fora” que, por não os conhecerem, podem ser vítimas de suas “balas perdidas”. A situação de acordar com o barulho de tiros e de assistirem a invasão do bairro por estranhos parece fazer parte da rotina dos moradores desses bairros. Interessante como muitos entrevistados admitem que o fato de conhecer os “meninos” que traficam, ou ter familiaridade com as pessoas do bairro, produz uma sensação de segurança. Assim, passa-se a representação de que o perigo vem de fora e não dos próprios moradores.

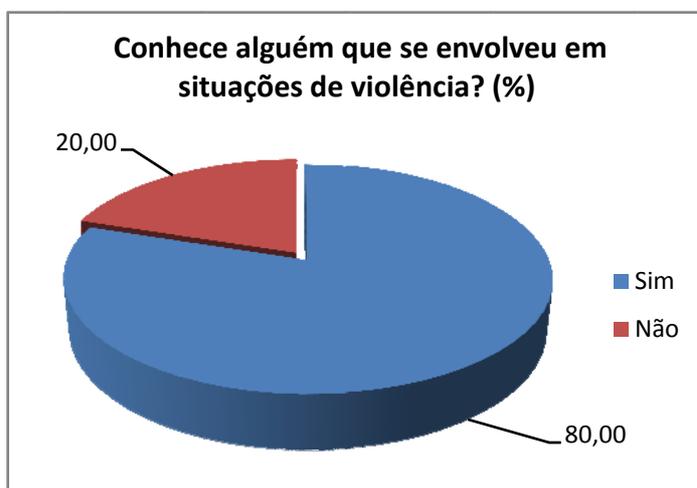
Os dados abaixo são importantes porque demonstram como a maioria dos entrevistados reconhece a violência como fonte de preocupação no cotidiano, numa realidade em que 79,17% dos participantes da pesquisa revelaram ter presenciado alguma cena de conflito no bairro em que moram (Gráfico 23) e 80% das pessoas afirmam conhecer alguém que já se envolveu em situações de conflito ou violência, seja como vítimas ou agressores (Gráfico 24).

Gráfico 23



Amostragem dos Bairros Periféricos

Gráfico 24



Amostragem dos Bairros Periféricos

A realidade dos moradores de condomínio fechado indica uma diferença significativa em relação à experiência social relacionada ao fenômeno da violência. Enquanto nos bairros populares 79,17% dos participantes da pesquisa afirmam terem presenciado alguma cena de conflito no bairro em que residem (Gráfico 23), entre os moradores dos condomínios esse percentual cai para cerca de 40% (Gráfico 25). Mas quando se trata de conhecer alguém que tenha se envolvido em situações de violência, o percentual é de quase

71,88% (Gráfico 26), portanto, um índice tão significativo quanto os referentes aos moradores de periferia (80%) - Gráfico 24.

Gráfico 25



Amostragem dos Condomínios Residenciais

Gráfico 26

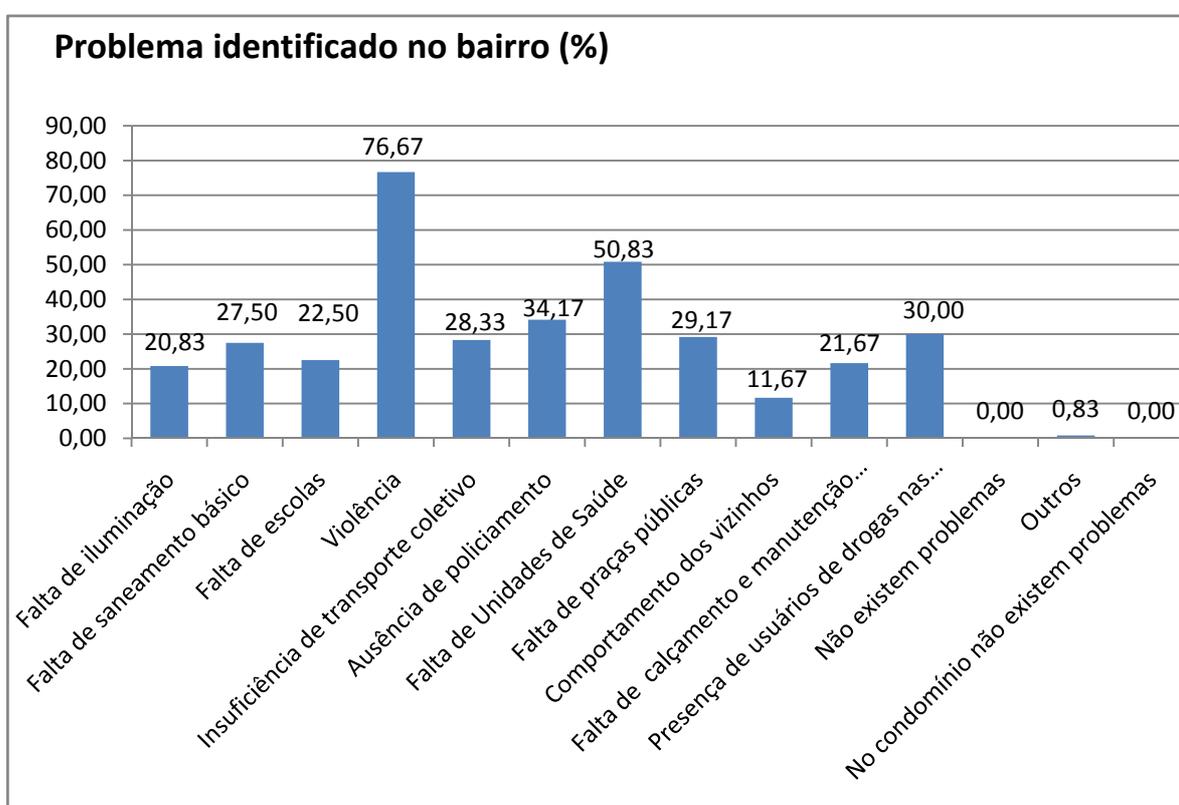


Amostragem dos Condomínios Residenciais

A violência é apontada como o maior problema pela maioria dos participantes da pesquisa, tanto entre os moradores dos bairros populares, quanto pelos moradores de condomínio fechado. Na periferia, mais de 75% das pessoas indicaram a violência como o maior problema do local (Gráfico 27). Em seguida, foram apontadas a ausência de unidades de saúde, citada por cerca de 50% dos participantes, ausência de policiamento, identificado por 34% dos participantes e ausência de usuário de drogas na redondeza, citada por 30% das

peçoas. A falta de praças públicas é sentida como o maior problema do bairro por 29% das peçoas e a insuficiência de transporte coletivo por 28%. A falta de saneamento básico   citada por 27% das peçoas; a falta de escolas é apontada por 22%; a falta de calamento e manuteno das vias públicas   apontada por cerca de 22%; a falta de iluminao   apontada por cerca de 21%; o comportamento dos vizinhos, como som alto e brigas, é apontado por cerca de 12% e menos de 1% citou outros problemas.

Gráfico 27



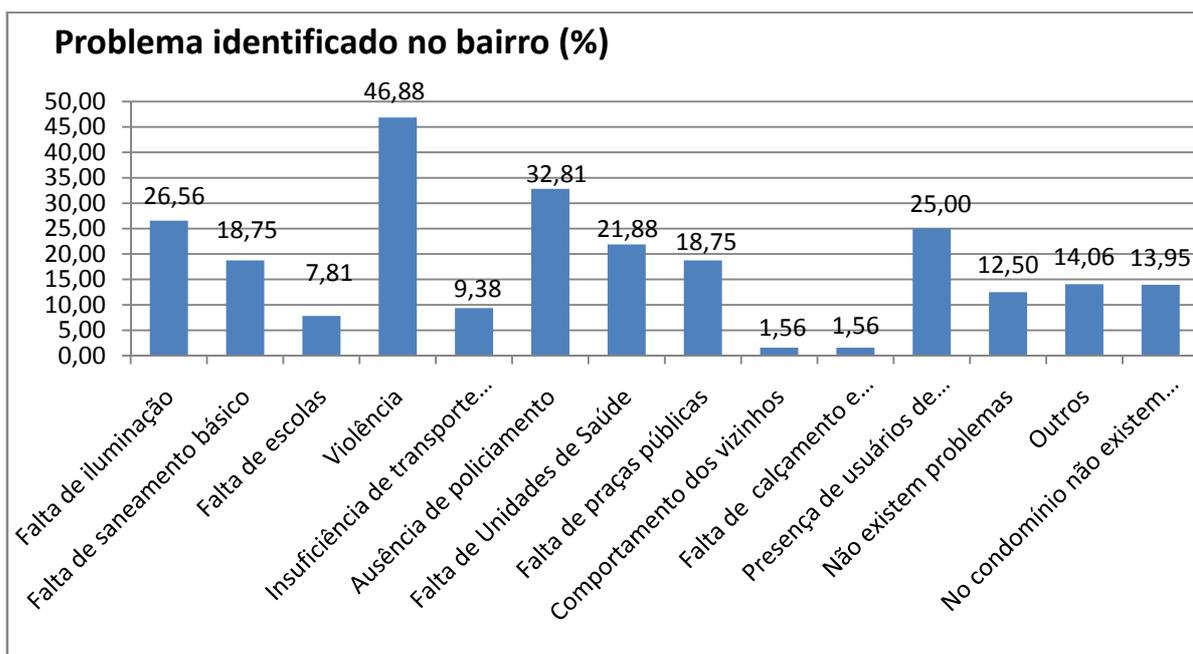
Amostragem dos Bairros Periféricos

Não podemos deixar de registrar que todos esses problemas relativos à insuficiência de infra-estrutura no espao de moradia, assim como a própria questão da moradia são vivenciados como um descaso do Estado, colocando a populao numa situao de abandono e desamparo. Essa realidade também favorece a ampliao dos conflitos, em funo da desagregao e desorganizao social que a populao passa a vivenciar em seu dia a dia. Em ordem de prioridade, os moradores dos bairros populares primeiro citam a violência, depois a

falta de assistência médica e em seguida, a questão das drogas. Essa é uma realidade que por si só demonstra que os moradores dessas regiões são vítimas de uma violência estrutural reforçada pelas carências que sofrem em função do descaso ou do abandono por parte do Estado.

Entre os moradores de condomínio, a violência é vista como o maior problema do bairro por cerca de 47%, seguida pela ausência de policiamento, citada por cerca de 32% das pessoas. A falta de iluminação aparece sendo indicada por 26,56% das pessoas; a presença de usuários de drogas nas redondezas foi citada por 25%; a falta de unidades de saúde foi apontada por cerca de 22%; a falta de saneamento básico e a falta de praças públicas foram citadas por 18,75%; 9,38% citaram a insuficiência do transporte coletivo; cerca de 8% citaram a falta de escolas no bairro e menos de 2% citaram o comportamento dos vizinhos ou a falta de calçamento e manutenção das vias públicas. 14,06% das pessoas moradoras de condomínio citaram outros problemas.

Gráfico 28

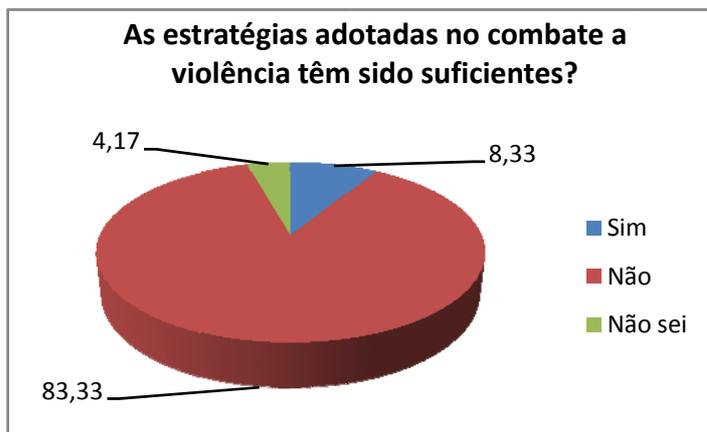


Amostragem dos Condomínios Residenciais

Embora tenhamos solicitado no questionário que as pessoas identificassem o maior problema do bairro em que moram, observamos que a maioria dos participantes da pesquisa assinalaram mais de uma das alternativas, tanto nos bairros populares quanto nos condomínios. Importante notar que nos bairros populares todos os participantes identificaram problemas no local em que residem, enquanto entre os moradores de condomínio, cerca de 12% afirmaram não existirem problemas no bairro em que moram. Esse dado é revelador da cartografia do espaço urbano que é definida, prioritariamente, pelas condições socioeconômicas dos moradores distribuídos nas cidades. Além disso, cerca de 14% dos moradores de condomínio, apesar de identificarem problemas no bairro, escreveram no questionário que os problemas eram identificados no bairro, mas que no condomínio não há problemas.

Outro dado muito significativo, apreendido através dos nossos questionários, revela a avaliação que os nossos entrevistados têm da atuação da segurança pública na cidade de Maceió. Perguntamos aos participantes da pesquisa se as estratégias adotadas pelo poder público no combate à violência têm sido suficientes para controlar a criminalidade na cidade de Maceió. Entre os moradores da periferia, mais de 80% responderam que as estratégias não têm sido suficientes; cerca de 8% acham que as ações de combate à violência têm sido suficientes e o grupo que afirma não saber corresponde a 4%.

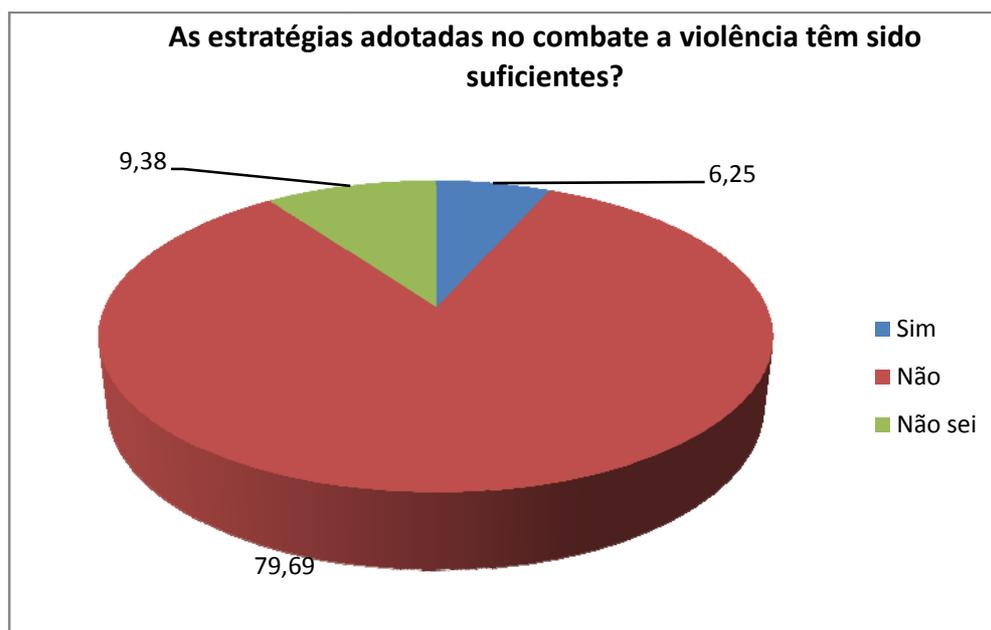
Gráfico 29



Amostragem dos Bairros Periféricos

A percepção dos moradores de condomínio é semelhante. Quase 80% das pessoas também percebem que tais estratégias não têm sido suficientes; 6,25% das pessoas acham que as estratégias têm sido suficientes no controle da criminalidade e cerca de 9% não souberam opinar.

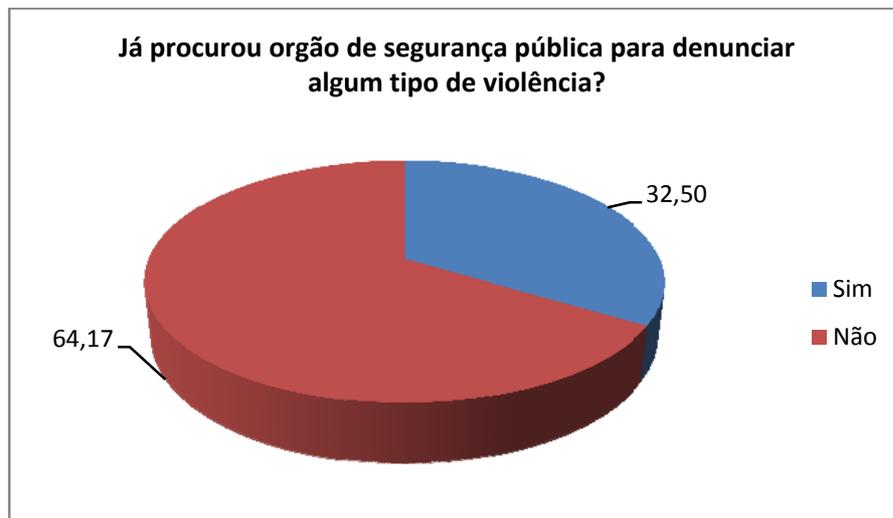
Gráfico 30



Amostragem dos Condomínios Residenciais

Esse dado é importante porque, na verdade, revela a descrença da população em relação ao poder público, e também nos permite refletir até que ponto essa descrença está diretamente relacionada ao sentimento de medo e insegurança vivenciados pelos nossos entrevistados. A descrença na polícia fica também revelada no dado de que apenas 32,5% dos entrevistados, que residem em bairros populares, afirmaram que já fizeram registrado de alguma ocorrência em órgãos de segurança na cidade. Desse mesmo universo, 64,17% afirmam nunca terem feito qualquer tipo de denúncia aos órgão de segurança (Gráfico 31).

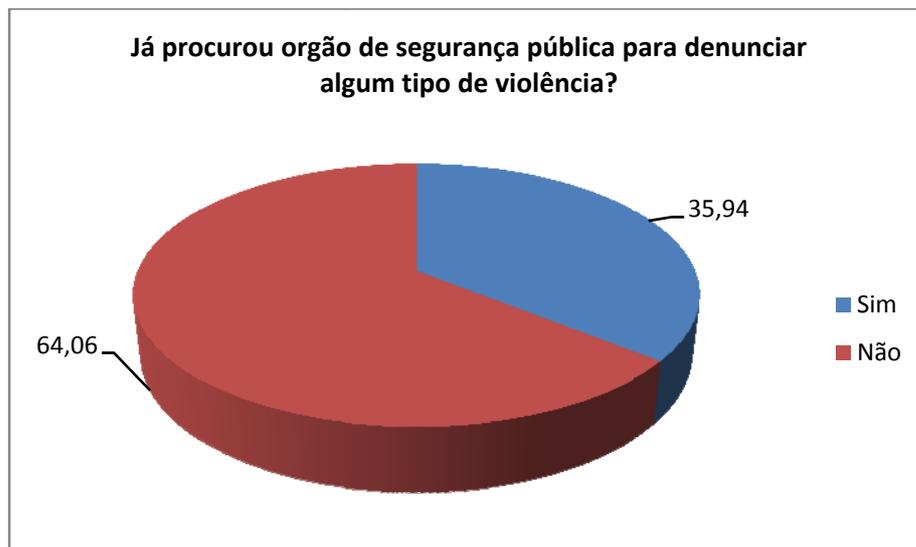
Gráfico 31



Amostragem dos Bairros Periféricos

Entre os moradores de condomínio, o percentual referente a essa questão é semelhante: cerca de 35,94 % das pessoas já fizeram denúncia de algum tipo de violência, enquanto 64,06% nunca buscou um órgão de segurança pública para fazer esse tipo de denúncia.

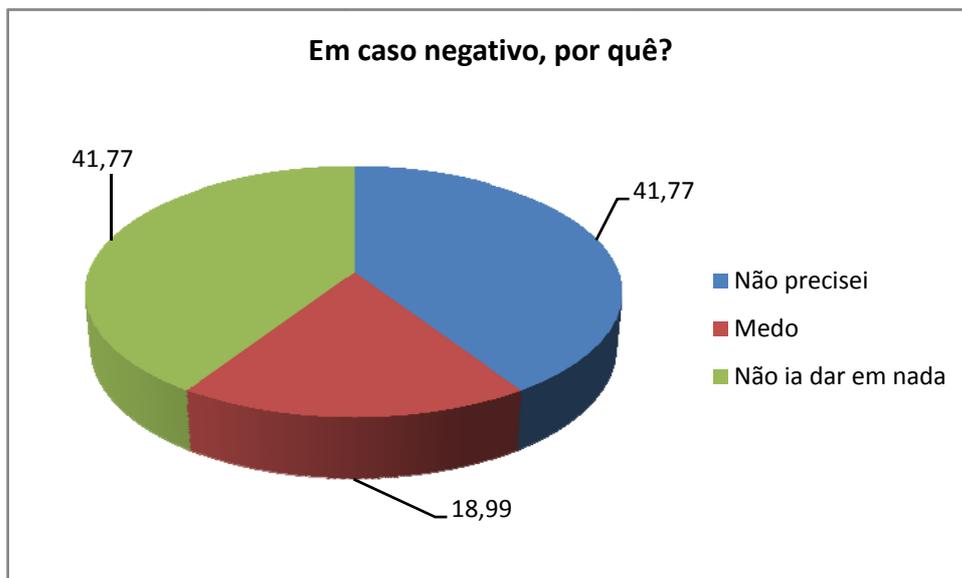
Gráfico 32



Amostragem dos Condomínios Residenciais

Esse índice significativo de 64,06% de pessoas que jamais recorreram aos órgãos públicos para fazer algum tipo de denúncia pode representar os alagoanos que preferem estabelecer o “pacto de silêncio”, seja porque temem sofrer represálias, seja porque não acreditam que a denúncia produziria algum tipo de efeito no campo da resolução dos problemas relativos à violência no Estado. É no mínimo curioso que a maioria das pessoas que compõem os dois universos amostrais assinalaram que nunca fizeram qualquer denúncia por acreditar que não ia dar em nada (41,77%), um índice de 41,77% das pessoas não denunciaram porque não precisaram e 18,99% informaram que não denunciaram por sentirem medo.

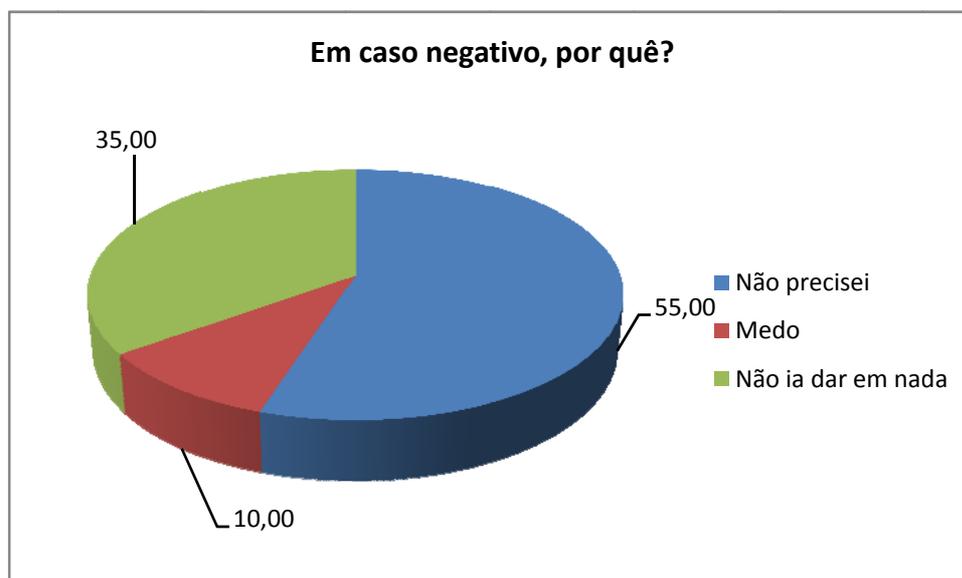
Gráfico 33



Amostragem dos Bairros Periféricos

Entre os moradores de condomínio fechado, 55% afirmaram que nunca precisaram fazer nenhum tipo de denúncia; 35% das pessoas não fizeram denúncia porque acharam que não ia dar em nada e 10% revelaram ter sentido medo de denunciar a violência sofrida.

Gráfico 34



Amostragem dos Condomínios Residenciais

Mais uma vez queremos realçar que o alto percentual daqueles que assinalaram que não denunciaram por acreditar que a denúncia “não ia dar em nada”, (41,77% entre os moradores da periferia e 35% entre os moradores de condomínio), reflete a descrença da população nos órgãos de segurança pública. Além disso, e talvez mais importante, revela também que os dados obtidos e divulgados pelo poder público local, referentes aos índices de violência e aos tipos de violência praticados em Maceió, traduzem parcialmente a realidade social da violência.

Esses dados nos exige reconhecer a importância da reflexão sobre a relação de medo e desconfiança que a população, muitas vezes, estabelece com a polícia. Ao constatar o medo da população em relação à polícia, Baierl (2004) faz a seguinte reflexão:

Contraditoriamente, a população expressa seu medo em relação à polícia, que deveria ser depositária de sentimentos de segurança. Isso espelha a forma como nossas instituições de Justiça e Segurança estão solapadas e desacreditadas. As pessoas buscam alternativas para enfrentar o medo e combater a violência na esfera do privado, seja aquele pago em moeda, seja aquele pago em silêncio. (Baierl, 2004, pág. 63)

As palavras abaixo transcritas expressam uma percepção que parece ser hegemônica entre os nossos entrevistados; a população vive os efeitos da descrença em relação ao sistema judiciário, descrença esta que envolve desde a polícia até o sistema de justiça penal. Reconhece os limites da polícia para resolver o problema da violência, principalmente porque ela não conta com o apoio do judiciário.

A população hoje não confia mais na segurança da cidade, ninguém confia mais na polícia. E a culpa não é da polícia não porque a polícia até faz a parte dela, mas quando um policial prende um bandido, a justiça vai e manda soltar. Se for menor de idade então... não pode nem tocar no cara. E se o policial agir com truculência, no outro dia tá em todos os jornais. Acabou que os valores se inverteram, a polícia não pode fazer nada e os bandidos ficam soltos, fazendo o que querem. (Administrador, 34 anos, morador da Gruta de Lourdes)

Essa fala também deixa nas entrelinhas a percepção de que o controle social realizado pela sociedade em relação à polícia, impedindo que o policial aja com “truculência” em relação ao meliante – não podem nem tocar no cara - tem dificultado o trabalho da polícia. Evidente que se trata de uma visão equivocada porque, na verdade, o protocolo do uso da força pelas instituições de segurança pública deve obedecer aos “preceitos da legalidade, proporcionalidade, necessidade e conveniência” (Xavier, 2009, p. 28).

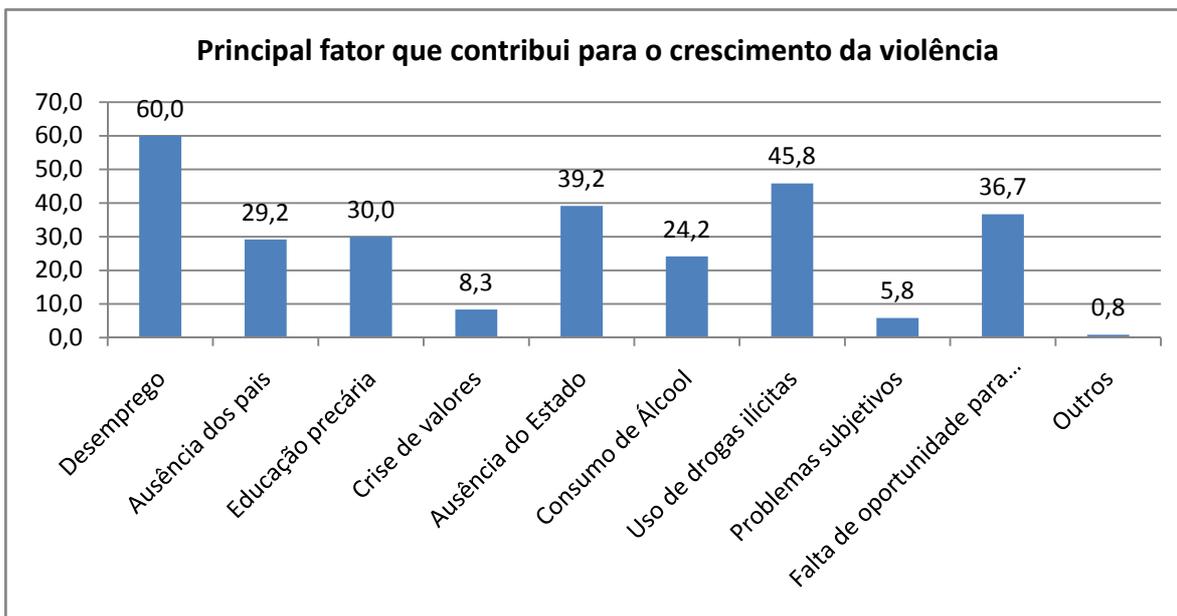
Essa conotação de inversão de valores nos remete à representação social contrária aos direitos humanos, que reforçam a tese de que os direitos humanos beneficiam apenas os “bandidos”, quando deveria proteger os cidadãos em sua totalidade. Essa percepção, que está disseminada no senso comum, entende que as leis de proteção ao ser humano não deveriam ser asseguradas aos sujeitos que cometeram alguma infração. Além disso, entendem que esses princípios vinculados aos direitos humanos, que tem por finalidade última evitar os possíveis excessos por parte dos agentes do Estado, legitimam a ação violenta dos meliantes, prevenindo-os de sofrer a punição que merecem. Constatamos na fala do entrevistado o descrédito no sistema judiciário e de segurança e, além disso, percebemos a desaprovação em relação à proteção dos direitos do infrator menor de idade. O perigo dessa percepção passa pela aceitação, e incitação, da ação violenta por parte da polícia, ação esta justificada pelo que Michel Misse (1999) chama de dispositivos de neutralização moral, mecanismos através do qual a solução pública é substituída pela solução privada. A discricionariedade é inerente à atuação dos agentes de segurança e, no momento em que o juízo de valor se sobrepõe aos critérios de razoabilidade, o percurso que começaria com a denúncia pública, seguida pelo devido processo legal, dá lugar a ações violentas e criminosas por parte de agentes públicos, que, por vezes, assumem o papel de justiceiros e resolvem os conflitos no âmbito extra-estatal. (Misse, 1999)

Os órgãos defensores dos direitos humanos, nacionais e internacionais, tem se empenhado quanto à orientação de uma conduta policial baseada em princípios éticos e de respeito aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. A publicação da Portaria 4.226/2010, relativa ao uso da força, do Ministério da Justiça e o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, da Organização das Nações Unidas (ONU), são algumas das diretrizes estabelecidas para regular os procedimentos de atuação dos agentes de segurança pública e tem como objetivo evitar ações desproporcionais e desnecessárias por parte das forças policiais. Tais medidas protetivas constituem um avanço para a promoção da segurança pública com respeito à cidadania e à dignidade humana.

Investigamos, através dos questionários, a opinião das pessoas em relação aos fatores que contribuem para o crescimento da violência na cidade de Maceió. Como já esclarecemos anteriormente, entendemos a violência como um fenômeno complexo e multifacetado, que tem a ver com a realidade sócio-histórica de determinada sociedade. Nessa questão, tentamos apreender a percepção da população acerca dos possíveis fatores que contribuem para o crescimento da violência.

Para os moradores dos bairros populares, o desemprego é o principal fator que contribui para o crescimento da violência e foi citado por 60% dos participantes da pesquisa (Gráfico 35). O segundo fator mais apontado foi o uso de drogas ilícitas, citado por aproximadamente 46% das pessoas que responderam aos questionários. A ausência do Estado foi citada por 39%; a falta de oportunidade para os jovens foi citada por cerca de 37%; a educação precária foi apontada por 30%; a ausência dos pais foi apontada por 29%; o consumo de álcool por 24%; a crise de valores aparece em 8% dos questionários e os problemas subjetivos em aproximadamente 6%.

Gráfico 35



Amostragem dos Bairros Periféricos

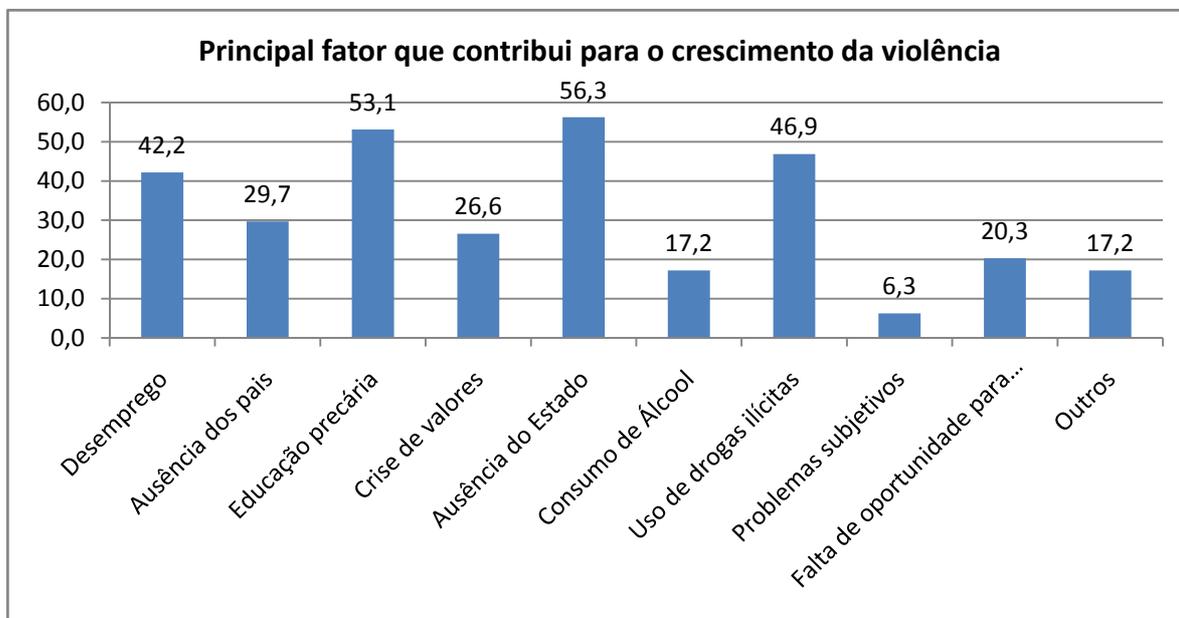
A vinculação direta e linear que se estabelece entre desemprego e violência reforça, em última instância, a tese que resulta na criminalidade da pobreza. Discordando dessa percepção, trazemos a lúcida reflexão de Luis Eduardo Soares quando afirma:

“O desemprego é um fator chave, sim, mas só se converte em variável significativa no aumento de crimes letais quando se combina com a degradação da auto-estima, a ruína afetiva, a precariedade do acolhimento familiar, a debilidade dos vínculos com a escola, a fragilidade do reconhecimento comunitário, o embotamento da consciência moral e o esvaziamento subjetivo da adesão aos valores republicanos da cultura cívica” (Soares, 2004, p. 1)

Já os moradores de condomínio, apontam a ausência do Estado (56%) como o principal fator que contribui para o crescimento da violência. A educação precária teve um percentual aproximado, de 53%; em terceiro, aparece o uso de drogas ilícitas; em seguida, o desemprego foi apontado por 42%; a ausência dos pais foi citada por aproximadamente 30%; a crise de valores foi citada por cerca de 27%; a falta de oportunidade para os jovens foi

citada por 20%; o consumo de álcool foi apontado por 17% e os problemas subjetivos foi citado em 6% dos questionários.

Gráfico 36



Amostragem dos Condomínios Residenciais

Observamos que o desemprego e a falta de oportunidade para os jovens aparecem com um percentual mais elevado nos questionários aplicados na periferia, 60% e 37% (Gráfico 35), respectivamente, do que nos questionários aplicados nos condomínios fechados, em que aparecem com 42% e 20% (Gráfico 36), respectivamente. Acreditamos que essa diferença se deve, principalmente, à realidade de cada ambiente social, ou seja, o desemprego e a falta de oportunidade para os jovens são problemas vivenciados com mais frequência pelas famílias de classe sócio-econômica inferior, pois elas têm menos acesso aos equipamentos sociais..

Embora não possamos estabelecer uma relação direta entre os fatores sociais e econômicos listados no questionário e a violência, a representação social da interação desses fatores nos revela uma face importante da realidade. Em sentido contrário aos dados de

pesquisas recentes, as pessoas que participaram da pesquisa atribuem o aumento da violência a fatores socioeconômicos.

Dados recentes do IPEA apontam para a redução das desigualdades sociais no país, inclusive em Alagoas, e aumento nos indicadores sociais. O avanço nos indicadores socioeconômicos entre os anos de 2001 e 2011 reflete o aumento da renda dos 10% dos brasileiros mais pobres em mais de 90%, o que representa, segundo o IPEA, mais de 23 milhões de pessoas saindo da linha da pobreza. Já entre os 10% mais ricos, o aumento da renda corresponde a cerca de 16% no mesmo período. A estatística referente ao nordeste mostra que o aumento da renda na região ultrapassou 70%. Em relação à concentração de renda, dados do Ipeadata¹⁹ sinalizam que Alagoas acompanha a tendência nacional no sentido de desconcentração de renda, visto que o índice Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda, caiu de 0,607 em 2001 para 0,572 em 2009 (quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda na região)

De acordo com o estudo “A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda” realizado pelo IPEA²⁰, essa foi a década em que houve maior redução das desigualdades de renda no país. O estudo destacou ainda, os programas sociais desenvolvidos pelo governo federal, como o Brasil Carinhos, Brasil sem Miséria, Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros, como importantes estratégias para a redução das desigualdades sociais. Essa informação é importante para pensarmos a representação que a população tem acerca dos fatores sociais, econômicos e culturais e sua relação com a violência. Se a ausência do Estado, o desemprego e a precariedade da educação estivessem, de fato, em relação de causalidade com a violência, os índices de criminalidade em Maceió teria reduzido nos últimos dez anos, ao contrário do que constatamos. A ausência do Estado foi

¹⁹ Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/> (Acessado em 20/11/2012)

²⁰ Fonte: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15593 (Acessado em 20/11/2012)

mencionada por um percentual significativo nos dois bairros como fator que contribui para o aumento da violência, porém, os dados apresentados na pesquisa do IPEA sugerem que as políticas públicas implantadas nesse período tiveram resultado positivo e direto no aumento da renda da população e, conseqüentemente, na redução da desigualdade social.

Concluimos essas reflexões trazendo, mais uma vez, o antropólogo Luis Eduardo Soares para desconstruir, definitivamente, essa abordagem simplista e reducionista da violência que, de certa forma, aparece em muitas representações expressas em nossa dissertação.

“O crime não é um desdobramento natural, que flui de sua fonte econômica, automaticamente. Como os seres humanos não soa autônomos – isto e, mesmo condicionados, mantém algum grau de liberdade -, o salto das condições de possibilidade ao desfecho trágico depende da impulsão do indivíduo. A opção de saltar pode estar presente, em determinado contexto; não o salto. O salto não é um imperativo derivado da necessidade, assim como não se matam pessoas, em escala industrial, para matar a fome física” (Soares, 2004, p. 2)

A complexidade da realidade que pudemos apreender com nossa pesquisa, observando o universo representacional dos nossos entrevistados, realmente não nos permite incorrerem em simplismos nem reducionismos. O medo que a população vivencia, e os efeitos que esse medo produz em suas vidas cotidianas, é algo que precisa ser considerado como um elemento definidor das interações sociais e também dos processos de desintegração social. O sentimento de medo tem alterado grandemente os processos de interação que acontecem no espaço social. Compreendemos que esse medo que gera desconfiança, descrença e desilusão entre os seres humanos, também interfere na constituição dos laços sociais e dos vínculos de reciprocidade imprescindíveis para a vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desafio que constitui o enfrentamento da violência urbana atualmente nas diversas cidades brasileiras, é imperativo o esforço de unir várias áreas de conhecimento, que abordem o tema sob diferentes enfoques, para alcançarmos um entendimento abrangente das questões imbricadas a esse complexo fenômeno posto na contemporaneidade. Os resultados dessa pesquisa não esgotam a discussão sobre a violência urbana, nem tampouco apresenta soluções instantâneas para o problema como se apresenta atualmente, mas indicam aspectos inerentes à representação social do fenômeno da violência particularmente na cidade de Maceió e sua influência na organização da vida coletiva dos moradores dessa cidade, sejam eles de bairros nobres ou periféricos.

As sociedades modernas impõem aspirações ilimitadas aos sujeitos, que, no entanto, nem sempre dispõem de condições e alternativas legítimas para alcançar as metas introjetadas, e isso produz efeitos na subjetividade que podem levar o indivíduo a tentar alcançar seus objetivos por meios ilegais. É certo que, tanto fatores sociais quanto fatores subjetivos podem contribuir para a ação violenta, mas nenhum desses fatores, isoladamente, pode ser considerado o motivador determinante da violência. Defendemos, ao longo da nossa dissertação, que o alto índice de desigualdade social, associado à falta de acesso a equipamentos sociais, como saúde, educação, lazer e moradia, pode influenciar negativamente no aumento dos índices da criminalidade violenta. No entanto, o que observamos na cidade de Maceió foi exatamente o contrário, já que, nos últimos 10 anos, houve um aumento significativo da violência, expresso principalmente pelo aumento do número de homicídios, em descompasso com o desenvolvimento social da cidade referente ao mesmo período. Não podemos perder de vista que a desigualdade social e a concentração de renda ainda constituem graves problemas não apenas na capital, mas no estado de Alagoas em sua totalidade, que apresenta os piores índices de desenvolvimento do país, mas os indicadores

sociais apresentam melhorias nas condições de vida da população maceioense nos últimos anos. Essa constatação evidencia a ausência de relação direta entre pobreza e violência, ao menos no caso em questão.

As entrevistas realizadas demonstram o quanto a criminalização da pobreza está presente no imaginário social e o sofrimento que causa às pessoas pobres, que sentem medo de serem confundidas com bandidos apenas pela aparência de pobre. Mais que isso, revelam o quanto a sociedade se tornou insensível à humanidade das pessoas que cometem algum tipo de crime. O discurso de que Direitos Humanos só serve para proteger bandido e que hoje a polícia não cumpre o seu papel de maneira eficaz por conta da fiscalização contra os excessos do Estado atravessa a fala, principalmente, dos moradores de condomínios residenciais. Esse discurso, acrescido dos programas midiáticos, que investem na exploração da miséria humana, reforçando a ideia de que os indivíduos infratores devem ser eliminados, empobrece a reflexão da sociedade sobre a importância da participação coletiva e do fortalecimento dos laços de solidariedade para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Demonstramos em nossa dissertação, tomando como referência o sociólogo Michel Misse (1993), o quanto a relação entre criminalidade e pobreza está presente no imaginário social brasileiro. O referido autor afirma que a associação entre as duas categorias só é possível à medida que o sentimento de revolta aparece diante da realidade desigual. O elemento da revolta social inclui uma nova perspectiva de análise para avaliar as influências nas variações dos índices de violência. Segundo Misse (1993), quanto maior o sentimento de revolta da população, tanto maior as possibilidades de controle societário. Pensar essa premissa no contexto social de Maceió, que tem histórico marcado por envolvimento de agentes públicos e políticos em ações criminosas, por um lado, e pela impunidade dos mesmos, por outro, possibilita a compreensão da configuração atual da violência urbana enquanto fruto de uma conjuntura social, econômica, política e cultural, que produz na

coletividade o sentimento de revolta. Porém, esse é apenas um indicativo para análises futuras, que pretendam explicar as causas que fizeram a violência despontar nos últimos anos na capital alagoana, não obstante, nosso objeto de pesquisa referir-se às representações construídas em torno do tema e dos efeitos que a violência provoca no tecido social.

Através dos resultados apresentados, observamos que a população percebe um novo formato da violência presente no espaço urbano e se refere, principalmente, a assaltos e à violência relacionada ao consumo de drogas como práticas recentes na cidade de Maceió, que interferem no cotidiano das experiências sociais. De fato, os dados oficiais demonstram um aumento significativo no número de registros de ocorrências criminosas, intensificando os sentimentos de medo e de insegurança e provocando mudanças no estilo de vida da população. Através das análises das entrevistas e dos questionários, percebemos que a referência que a população tinha da cidade de Maceió como uma cidade tranqüila, pacata, um verdadeiro paraíso, se transformou na medida em que a violência urbana passou a compor o cenário do cotidiano da cidade.

Essa alteração do sistema de referências dos sujeitos sociais, ou seja, das representações sociais, produzem transformações na subjetividade dos atores sociais, que passam a organizar suas rotinas e seus hábitos a partir da percepção da violência inerente ao espaço social ao qual pertencem. Os participantes da pesquisa revelaram ter abandonado antigos hábitos, ter deixado de freqüentar ambientes importantes de socialização e solidificação dos laços sociais, como igrejas e praças, assumindo novas estratégias de vida e de convivência social, adotando uma nova maneira de ser no mundo e em suas relações interpessoais. Os dados obtidos nas entrevistas indicam essa reorganização social e apontam para o enfraquecimento dos laços sociais e o isolamento cada vez maior dos indivíduos, devido à tendência ao abandono cada vez mais freqüente dos espaços públicos e da atomização dos sujeitos.

O medo é o sentimento subjacente a essa nova ordem e está presente na vida de todos os participantes da pesquisa. Situações corriqueiras, como dirigir, utilizar transporte coletivo, sair com amigos para se divertir, sair para trabalhar ou ir ao banco, por exemplo, provocam o temor de que algum ato violento possa acontecer. A sensação de risco em potencial, além de isolar as pessoas em seu próprio mundo, imprime nelas a certeza de que elas são vítimas em potencial e por isso devem se cercar de todos os cuidados possíveis, e tais cuidados implicam numa restrição de liberdade, já que qualquer situação pode representar um risco.

Traçamos na dissertação o percurso de um processo de urbanização que ocorreu sem um planejamento prévio, trazendo como consequência a coabitação de milhares de pessoas em espaços reduzidos e incapazes de oferecer as condições mínimas necessárias para uma vida digna e saudável. A ocupação desordenada da cidade contribuiu para a construção de moradias em locais impróprios e de difícil acesso, o que dificulta o controle social eficaz. Em Maceió, as regiões das grotas não contam com equipamentos sociais suficientes para atender à demanda da população, que recebe atenção precária por parte do governo, como sugerem algumas falas dos nossos entrevistados.

As representações sociais da violência trazem um dado interessante: a maioria dos entrevistados identificam a violência como violação do direito à liberdade ou como imposição da força física, porém, entre os moradores dos bairros populares há um discurso que localiza o surgimento da violência em Maceió no momento em que a droga é introduzida no cenário urbano. Importante mencionar a dimensão do medo que se instala nos locais em que a droga é comercializada. Observamos nesse contexto a imposição de códigos de conduta, que determinam e regulam o comportamento dos atores sociais, como os horários em que é permitida a livre circulação e o toque de recolher, tornando aquele local um espaço em que a insegurança compõe o universo subjetivo dos moradores.

Importante realçar que a realidade do tráfico de drogas nos bairros populares pesquisados torna o bairro um local inseguro devido à possibilidade constante de invasão do território por indivíduos “de fora”. A representação do perigo não se refere aos moradores da comunidade local; esses são vizinhos, amigos, familiares, ou seja, são pessoas que pertencem ao mesmo universo e, portanto, além de não representarem perigo, compõem uma rede de proteção para as pessoas que residem na própria comunidade. O medo nessas áreas tem origem nos indivíduos desconhecidos, pessoas que não pertencem à comunidade. Essas pessoas representam uma ameaça porque em função delas é que existem os tiros que interrompem o sono no meio da noite, os conflitos que podem resultar na morte por balas perdidas etc. Enfim, os moradores terminam por admitir que as mortes são mais frequentes em função das disputas e dos atos de vingança existentes entre gangues rivais. Confirmando a percepção de que os moradores dos bairros periféricos convivem no dia a dia com uma violência real, nossos dados apontam que quase 80% dos participantes da pesquisa já presenciaram uma cena de violência no bairro em que moram. Nos condomínios residenciais, esse índice cai para cerca de 40%.

Essa sensação de insegurança constante provoca a diminuição dos laços comunitários, isolando os indivíduos em suas vidas privadas e fazendo-os compartilhar cada vez menos os espaços públicos. Essa lógica do isolamento, em que os sujeitos se retiram da esfera pública traz graves consequências para a construção da democracia. Afirmamos que uma das grandes dificuldades no tratamento da violência urbana está relacionada ao fato de muitas pessoas buscarem se proteger da violência a partir de estratégias no plano individual, quando, na verdade, trata-se de um problema diz respeito a uma coletividade. Enquanto as pessoas concentrarem seus esforços e investimentos na adoção de medidas de proteção individuais, tais como cercas elétricas, portões eletrônicos, carros blindados, entre outros, estarão criando estratégias que, na verdade, resultam em seu próprio aprisionamento. O

resultado é que, por medo da violência, alguns indivíduos terminam por produzir seu próprio aprisionamento, criando barreiras que resultam no seu isolamento e distanciamento do convívio social.

A violência foi citada como o maior problema identificado no bairro nos dois grupos distintos (bairros nobres e periferia), o que indica que a violência da qual se tem medo trata-se de uma violência difusa no tecido social. Frente à possibilidade de que qualquer um pode ser vítima, independentemente de classe social a que pertence, gênero, crença religiosa ou convicção política, todos sentem um medo generalizado diante de situações diversas. Os espaços em que os sujeitos se sentem inseguros são múltiplos justamente por não haver alvo certo para o próximo ataque. E, como os resultados da pesquisa sugerem, a sensação de vulnerabilidade se agrava quando há uma experiência pré-existente de uma situação violenta, pois a vivência intensifica a sensação de medo e ameaça permanente.

Reafirmamos que o medo, enquanto unidade de análise do nosso estudo, foi apreendido como constructo da sociabilidade contemporânea, em que a iminência do risco produz novas formas de interação, baseadas muitas vezes em atitudes de descrença e de desconfiança. Há um reordenamento das vidas individuais e coletivas em face do medo, provocando mudanças no tecido social. Percebemos, através das falas dos entrevistados e dos dados fornecidos pelos questionários, a interferência dos sentimentos de medo e insegurança social, seja no abandono de atividades antes rotineiras, no isolamento individual ou nas novas formas de interação familiar. O medo passa a ser, então, um elemento que impõe uma quebra nos vínculos societários, provocando conseqüências tanto no âmbito subjetivo quanto no que diz respeito às relações sociais.

Um aspecto que merece destaque no nosso estudo é que, embora os participantes da pesquisa apontem fatores sócioeconômicos, como desemprego e falta de oportunidade aos

jovens, e a ausência do Estado como fatores que contribuem para o aumento das práticas de violência, encontramos entre os residentes das regiões nobres da cidade um discurso depreciativo em relação aos programas sociais do governo federal que se propõem a minimizar as desigualdades de renda e acesso a bens e serviços. O contraste entre a opinião dos moradores dos bairros de Ponta Verde e Gruta de Lourdes, que mostra, por um lado, a ausência do Estado como principal fator que contribui com a violência, e, por outro lado, o discurso dos mesmos atores que propala a ideia de que os programas sociais intensificam o problema da violência, revela uma discordância na representação social da violência entre os dois grupos analisados. Ao tempo em que a ausência do Estado aparece como a maior queixa dos atores sociais, esses mesmos atores questionam a eficiência das iniciativas do Estado, através de programas que tem alcançado resultados significativos e que são reconhecidos internacionalmente por seu potencial transformador.

Acreditamos que por ser um problema de alta complexidade, a resolução da violência exige ações múltiplas e pluridimensionais; ou seja, não existe uma solução única viável que possibilite uma transformação social e resolva a questão posta pela violência. Tampouco, podemos apontar estratégias para reduzir os efeitos negativos produzidos por uma sociabilidade violenta sem considerar as dimensões micro e macro sociais, além dos aspectos objetivos e subjetivos que compõe essa problemática. Por ser um fenômeno multifacetado, a violência precisa ser tratada em sua complexidade, ou seja, precisamos dispor de múltiplos mecanismos de enfrentamento da violência em nossa realidade social. Para tanto, o Estado tem papel fundamental, enquanto poder regulador da ordem pública, mas não deve ser visto como o único responsável pela produção da segurança pública na sociedade. Precisamos de uma sociedade politicamente ativa que, ao invés de justificar os males sociais pela inoperância do poder público, busque uma participação efetiva e cidadã na construção de uma sociedade justa e pacífica, pautada em valores éticos e morais, imprescindíveis para a garantia

do processo civilizacional. A saída possível na busca dessa participação coletiva pautada na ética e na justiça possivelmente se apresenta no fortalecimento dos vínculos sociais e dos laços de solidariedade no seio da sociedade.

Ressaltamos a importância da colaboração de instituições dos diversos setores do poder público no incentivo à produção do conhecimento científico. Durante a realização dessa pesquisa, deparamo-nos por diversas vezes com a ausência ou inconsistência de dados estatísticos que poderiam contribuir com as análises sobre o aumento da violência na última década na cidade de Maceió. A fragilidade de tais dados não comprometeu os resultados da nossa pesquisa, tendo em vista que o nosso objeto de estudo não é a tipologia de crime, e sim os efeitos da sociabilidade violenta, porém, reconhecemos que um banco de dados é essencial para a construção do conhecimento científico da realidade social.

Encerramos essa etapa do trabalho com a convicção de que nosso estudo deverá ter continuidade ao longo do processo de nossa formação acadêmica. Mas, sentimos que os dados aqui apresentados podem efetivamente contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica de violência circunscrita no espaço urbano da cidade de Maceió. A opção teórica que nos levou a buscar apreender o universo representacional dos atores sociais, identificando o que pensam, o que sentem e a forma como têm enfrentado os problemas da violência no cotidiano da cidade, constitui uma via de acesso importante para compreendermos a própria dinâmica social da violência que tem atingido indistintamente todos os cidadãos que vivem no território urbano da capital alagoana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Agripa F. A dinâmica da sociedade de risco segundo Antony Giddens e Ulrich Beck. Geosul, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 150-167, jul/dez. 2000.

ALMEIDA, Luciana F. Representações Sociais de violência urbana para policiais civis da cidade do Recife. Disponível em: <http://www.ufpe.br/pospsicologia/images/Dissertacoes/2011/almeida%20luciana%20ferreira%20de.pdf>.

ALMEIDA, Luiz Sávio. Maceió Vigiado. Disponível em: <http://contextotribuna.blogspot.com.br/2012/10/violencia-monitoramento-o-jornal-maceio.html> (último acesso em 01/11/2012)

APPRATO, Douglas. A tragédia do populismo. Maceió: Edufal, 1995.

BAIERL, Luzia Fátima. Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BATISTA, Vera Malaguti. O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Medo Líquido: Sobre as fragilidades dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

_____. Confiança e Medo na Cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto, et al. Venezuela em um mundo de violência globalizada. In: Inseguridad Y Violencia em Venezuela. Caracas: Editorial Alfa, 2009.

_____. Por temor perdemos la ciudad. In: Inseguridad Y Violencia em Venezuela. Caracas: Editorial Alfa, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

ELIAS, Norbert. Condição humana: consideração sobre a evolução da humanidade por ocasião do quadragésimo a 316/E42c. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

_____. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

ESPINHEIRA, Gey (Org.). Sociedade do Medo: teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAGUNDES, José Otávio. A psicanálise diante da violência. In: Leituras Psicanalíticas da Violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.

GLASSNER, Barry. Cultura do Medo. São Paulo: Francis, 2003.

GOFFMAN, Erving. Frame Analysis: Los Marcos de La Experiencia. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. Disponível em: http://www.emtese.ufsc.br/h_Adalto.pdf

IPEA. A Década Inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf (último acesso em 20/11/2012)

JUNQUEIRA, Lília. A noção de representação social na sociologia contemporânea. Estudos de sociologia, Araraquara, 18/19, 145-161, 2005.

KEIL, Ivete Manetzeder. Descrença política e violência urbana. Existe uma relação? In: Violências e Contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Introdução à sociologia da emoção. João Pessoa: Manufatura/GREM, 2004.

MICHAUD, Yves. A violência. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; Souza, Ednilsa ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. História, Ciências, Saúde. Vol IV, Nov 1997 – fev 1998. Págs. 513-531. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06>> (último acesso em 01/11/2012).

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Sueli ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. In: Cadernos de Saúde Pública, vol.14, n. 1, Rio de Janeiro: Jan/Mar, 1998. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1998000100011&script=sci_arttext> (último acesso em 07/11/2012)

MISSE, Michel. Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Artigo de 1999.

_____. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. 1999 Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/8sobreaconstruaosocialdocrime.pdf> (último acesso em 21/11/2012)

_____. Crime e Pobreza: velhos enfoques, novos problemas. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9270-9269-1-PB.pdf> (último acesso em 22/11/2012)

Organização Mundial de Saúde (OMS). Relatório Mundial sobre a violência e saúde, s.l. 2002.

PEDRAZZINI, Yves. A violência das cidades. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERISSINOTTO, Renato M. Hannah Arendt. Poder e a crítica da tradição. Luanova n°61, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a07n61.pdf> (último acesso em 31/10/2012).

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, Valores e Representações Sociais da Violência. In: Sociologias, ano 8, n°16, pág. 250-273. Porto Alegre: jul/Dez, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a10n16.pdf> (último acesso em 08/11/2012).

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROUSSEAU. Do Contrato Social. Disponível em: <<http://www.eBooksBrasil.com>> Não paginado.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Jordânya Danyelly do N. Urbanização e Saúde em Maceió AL: o caso dos bairros Vergel do Lago, Jacintinho e Benedito Bentes. Maceió, 2011. Disponível em:

http://www.fau.ufal.br/posgraduacao/deha/Dissertacoes%20nova_arquivos/JordannyaSilva.pdf

f Último acesso em: 04/08/2012

SILVA, Luís Antônio Machado da. Sociabilidade Violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. Revista Democracia Viva n° 8, 2000.

_____. Violência Urbana: Representação de uma ordem social. In: Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro: Editora Notrya, 1993.

_____. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. Cad CRH vol. 23 n° 59 Salvador Maio/Agosto 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792010000200006&script=sci_arttext> (último acesso em 20/11/2012)

_____. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Revista Sociedade e Estado. Vol 19, n°1. Brasília: jan/jun, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100004. Último acesso: 03/04/2012

SOARES, Luiz Eduardo. Insegurança e Inépcia. In: Revista Primeira Leitura, n 28, Ano 03, 2004.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 10, n° 01. Rio de Janeiro Jan/Mar: 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232005000100012&script=sci_arttext (último acesso em 26/11/2012)

SOUZA, J. L. C.; BRITO, D.C.; BARP, W. J. O segredo institucional e a manipulação da informação em Goffman. Revista de Ciências Sociais, v. 40, n 2, págs. 47-61, 2009. Disponível em: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v40n2/rcs_v40n2a3.pdf (último acesso em 24/11/2012)

SOUZA, Maria Laurinda Ribeiro. Violência. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicanalista, 2005.

TEIXEIRA, Carla Costa. Em busca da experiência mundana e seus significados. George Simmel, Alfred Schuts e a antropologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000

TELLES, Vera da Silva. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

VASCONCELOS, Ruth. O poder e a cultura de violência em Alagoas. Maceió: Edufal, 2005.

_____. Violência e Criminalidade: em mosaico. Maceió: Edufal, 2009.

_____. Juventude e Violência: alguns aspectos culturais e subjetivos que delimitam esta relação. Rio de Janeiro, 2009.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade. In: Velho, Gilberto; Alvito, Marques (Orgs.). 2º Ed. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2000.

XAVIER, Fabio Manhães. A importância da formação na mudança de paradigmas no uso da força. In: Cadernos Temáticos da CONSEG. Uso Progressivo da força: dilemas e desafios. Brasília: Ministério da Justiça, 2009

ZALUAR, Alba. Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro: URFJ, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para Entrevista

- Como você descreveria a cidade de Maceió há dez anos?
- Como você vê a cidade de Maceió hoje?
- O que mudou nesse período de tempo?
- Há quanto tempo mora em seu bairro? Por que o escolheu para morar?
- Gostaria de morar em outro bairro? Por que?
- O que é violência para você?
- Já vivenciou alguma situação de violência? Como ocorreu o fato?
- Qual o efeito desse fato na sua vida? Mudou alguma coisa?
- Já apresentou algum sintoma em decorrência do estresse provocado por uma situação de violência?
- Você acha que a violência aumentou nos últimos 10 anos na cidade de Maceió?
- Que tipo de violência você vê hoje em Maceió e não via há uma década?
- Já deixou de fazer algo que gostava de fazer por medo da violência? O que?
- Já deixou de frequentar lugares por medo de ser vítima de violência? Quais?
- A violência na cidade de Maceió mudou algo em seu comportamento ou em sua rotina cotidiana?
- Sente que o medo da violência mudou os hábitos da população em Maceió nos últimos 10 anos? De que forma?
- A preocupação com a violência é tema frequente em roda de amigos e familiares?
- Em qual local da cidade você se sente mais seguro?
- Em algum local da cidade você se sente inseguro? Qual e Por que?
- Sente que o medo da violência interfere no modo como você educa seus filhos? De que forma?
- Que atitudes você utiliza para se proteger e proteger os seus filhos da violência?

APÊNDICE B – Dados dos Bairros Periféricos

Renda familiar	Quantidade	Total	Percentual
1 salário mínimo	52	120	43,33
Entre 2 e 3 salários mínimos	32	120	26,67
Entre 3 e 5 salários mínimos	13	120	10,83
Entre 5 e 10salários mínimos	3	120	2,50
Entre 10 e 20 salários mínimos	0	120	0,00
Mais de 20 salários mínimos	0	120	0,00
Prefiro não informar	18	120	15,00
Sem renda	1	120	0,83
< 1 Salário mínimo	1	120	0,83
			100,00

Problema identificado no bairro	Quantidade	Total	Percentual
Falta de iluminação	25	120	20,83
Falta de saneamento básico	33	120	27,50
Falta de escolas	27	120	22,50
Violência	92	120	76,67
Insuficiência de transporte coletivo	34	120	28,33
Ausência de policiamento	41	120	34,17
Falta de Unidades de Saúde	61	120	50,83
Falta de praças públicas	35	120	29,17
Comportamento dos vizinhos	14	120	11,67
Falta de calçamento e manutenção das vias públicas	26	120	21,67
Presença de usuários de drogas nas redondezas	36	120	30,00
Não existem problemas	0	120	0,00
Outros	1	120	0,83
No condomínio não existem problemas	0	120	0,00

Já presenciou alguma cena de conflito ou violência no espaço de seu bairro?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	95	120	79,17
Não	25	120	20,83

Conhece alguém que se envolveu com situações de violência?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	96	120	80,00
Não	24	120	20,00

Sente medo de ser vítima de violência na cidade de Maceió?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	114	120	95,00
Não	6	120	5,00

Sente medo de ser vítima de violência em seu bairro?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	112	120	93,33
Não	7	120	5,83

Em que situações sente mais medo de ser vítima de violência?	Quantidade	Total	Percentual
Quando vai ao centro da cidade	24	120	20,00
Quando vai ao Shopping	8	120	6,67
Quando utiliza o ônibus	71	120	59,17
Quando está dirigindo	11	120	9,17
Quando vai ao campo de futebol	6	120	5,00
Quando sai para se divertir	34	120	28,33
Quando sai para trabalhar	52	120	43,33
Nenhuma das alternativas	0	120	0,00
Banco	0	120	0,00
Caminhando	0	120	0,00
Outros	3	120	2,50

Sente medo que seus filhos sejam vítimas de violência?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	98	118	83,05
Não	11	118	9,32
Não tem filhos	9	118	7,63

De que tipo de violência teme que seus filhos sejam vítimas?	Quantidade	Total	Percentual
Violência policial	11	98	11,2
Agressão	32	98	32,7
Homicídios	34	98	34,7
Violência doméstica	4	98	4,1
Violência na escola	27	98	27,6
Assalto	62	98	63,3
Sequestro	29	98	29,6
Violência de trânsito	17	98	17,3
Violência sexual	41	98	41,8
Violência relacionada ao uso de drogas	37	98	37,8
Violência provocada por torcidas organizadas	14	98	14,3
Balas perdidas	43	98	43,9
Outro	0	98	0,0

Você acha a cidade de Maceió violenta?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	117	120	97,50
Não	3	120	2,50
Mais ou menos	0	120	0,00

Como avalia a violência na cidade de Maceió nos últimos 10 anos?	Quantidade	Total	Percentual
Não houve mudança	31	120	25,83
Houve aumento das práticas de violência	82	120	68,33
A violência diminuiu	4	120	3,33
Não sei	1	120	0,83

Você ou alguém de sua família foi vítima de violência nos últimos 10 anos?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	89	120	74,17
Não	31	120	25,83

Qual tipo de violência ocorreu?	Quantidade	Total	Percentual
Violência policial	8	89	8,99
Violência doméstica	2	89	2,25
Violência Escolar	1	89	1,12
Assalto	79	89	88,76
Sequestro	3	89	3,37
Violência de trânsito	7	89	7,87
Violência sexual	5	89	5,62
Violência relacionada ao uso de drogas	6	89	6,74
Violência provocada por torcidas organizadas	3	89	3,37
Outro (tiro/facada)	2	89	2,25

As estratégias adotadas no combate à violência tem sido suficientes?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	10	120	8,33
Não	100	120	83,33
Não sei	5	120	4,17

Que tipos de estratégia você utiliza para se proteger da violência?	Quantidade	Total	Percentual
Evito sair a noite	71	120	59,17
Evito sair sozinho	35	120	29,17
Cães	30	120	25,00
Tranca	50	120	41,67
Portão eletrônico	2	120	1,67
Condomínio Fechado	13	120	10,83

Cerca elétrica	7	120	5,83
Alarme	6	120	5,00
Vigilante	29	120	24,17
Segurança	3	120	2,50
Câmera	2	120	1,67

Já procurou órgão de segurança pública para denunciar algum tipo de violência?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	39	120	32,50
Não	77	120	64,17

Em caso negativo, por quê?	Quantidade	Total	Percentual
Não precisei	33	79	41,77
Medo	15	79	18,99
Não ia dar em nada	33	79	41,77

Principal fator que contribui com a violência?	Quantidade	Total	Percentual
Desemprego	72	120	60,0
Ausência dos pais	35	120	29,2
Educação precária	36	120	30,0
Crise de valores	10	120	8,3
Ausência do Estado	47	120	39,2
Consumo de Álcool	29	120	24,2
Uso de drogas ilícitas	55	120	45,8
Problemas subjetivos	7	120	5,8
Falta de oportunidade para os jovens	44	120	36,7
Outros	1	120	0,8

APÊNDICE C – Dados dos Condomínios Residenciais

Renda familiar	Quantidade	Total	Percentual
1 salário mínimo	0	64	0,00
Entre 2 e 3 salários mínimos	0	64	0,00
Entre 3 e 5 salários mínimos	4	64	6,25
Entre 5 e 10salários mínimos	7	64	10,94
Entre 10 e 20 salários mínimos	18	64	28,13
Mais de 20 salários mínimos	7	64	10,94
Prefiro não informar	28	64	43,75
Sem renda	0	64	0,00
< 1 Salário mínimo	0	64	0,00

Problema identificado no bairro	Quantidade	Total	Percentual
Falta de iluminação	17	64	26,56
Falta de saneamento básico	12	64	18,75
Falta de escolas	5	64	7,81
Violência	30	64	46,88
Insuficiência de transporte coletivo	6	64	9,38
Ausência de policiamento	21	64	32,81
Falta de Unidades de Saúde	14	64	21,88
Falta de praças públicas	12	64	18,75
Comportamento dos vizinhos	1	64	1,56
Falta de calçamento e manutenção das vias públicas	1	64	1,56
Presença de usuários de drogas nas redondezas	16	64	25,00
Não existem problemas	8	64	12,50
Outros	9	64	14,06
No condomínio não existem problemas	6	43	13,95

Já presenciou alguma cena de conflito ou violência no espaço de seu bairro?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	26	64	40,63
Não	38	64	59,38

Conhece alguém que se envolveu com situações de violência?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	46	64	71,88
Não	18	64	28,13

Sente medo de ser vítima de violência na cidade de Maceió?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	60	64	93,75
Não	4	64	6,25

Sente medo de ser vítima de violência em seu bairro?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	57	64	89,06
Não	6	64	9,38

Em que situações sente mais medo de ser vítima de violência?	Quantidade	Total	Percentual
Quando vai ao centro da cidade	17	64	26,56
Quando vai ao Shopping	6	64	9,38
Quando utiliza o ônibus	9	64	14,06
Quando está dirigindo	32	64	50,00
Quando vai ao campo de futebol	4	64	6,25
Quando sai para se divertir	20	64	31,25
Quando sai para trabalhar	18	64	28,13
Nenhuma das alternativas	0	64	0,00
Banco	5	64	7,81
Caminhando	4	64	6,25
Outros	7	64	10,94

Sente medo que seus filhos sejam vítimas de violência?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	53	64	82,81
Não	6	64	9,38
Não tem filhos	5	64	7,81

De que tipo de violência teme que seus filhos sejam vítimas?	Quantidade	Total	Percentual
Violência policial	17	59	28,8
Agressão	16	59	27,1
Homicídios	12	59	20,3
Violência doméstica	0	59	0,0
Violência na escola	6	59	10,2
Assalto	39	59	66,1
Sequestro	29	59	49,2
Violência de trânsito	19	59	32,2
Violência sexual	18	59	30,5
Violência relacionada ao uso de drogas	13	59	22,0
Violência provocada por torcidas organizadas	5	59	8,5
Balas perdidas	16	59	27,1
Outro	0	59	0,0

Você acha a cidade de Maceió violenta?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	58	64	90,63
Não	3	64	4,69
Mais ou menos	3	64	4,69

Como avalia a violência na cidade de Maceió nos últimos 10 anos?	Quantidade	Total	Percentual
Não houve mudança	9	64	14,06
Houve aumento das práticas de violência	52	64	81,25
A violência diminuiu	3	64	4,69
Não sei	0	64	0,00

Você ou alguém de sua família foi vítima de violência nos últimos 10 anos?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	47	64	73,44
Não	17	64	26,56

Qual tipo de violência ocorreu?	Quantidade	Total	Percentual
Violência policial	3	47	6,38
Violência doméstica	2	47	4,26
Violência Escolar	0	47	0,00
Assalto	43	47	91,49
Sequestro	3	47	6,38
Violência de trânsito	5	47	10,64
Violência sexual	0	47	0,00
Violência relacionada ao uso de drogas	1	47	2,13
Violência provocada por torcidas organizadas	0	47	0,00
Outro (tiro/facada)	0	47	0,00

As estratégias adotadas no combate à violência tem sido suficientes?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	4	64	6,25
Não	51	64	79,69
Não sei	6	64	9,38

Que tipos de estratégia você utiliza para se proteger da violência?	Quantidade	Total	Percentual
Evito sair a noite	17	64	26,56
Evito sair sozinho	12	64	18,75
Cães	5	64	7,81
Tranca	4	64	6,25

Portão eletrônico	15	64	23,44
Condomínio Fechado	55	64	85,94
Cerca elétrica	13	64	20,31
Alarme	9	64	14,06
Vigilante	32	64	50,00
Segurança	8	64	12,50
Câmera	18	64	28,13

Já procurou órgão de segurança pública para denunciar algum tipo de violência?	Quantidade	Total	Percentual
Sim	23	64	35,94
Não	41	64	64,06

Em caso negativo, por que?	Quantidade	Total	Percentual
Não precisei	22	40	55,00
Medo	4	40	10,00
Não ia dar em nada	14	40	35,00

Principal fator que contribui com a violência?	Quantidade	Total	Percentual
Desemprego	27	64	42,2
Ausência dos pais	19	64	29,7
Educação precária	34	64	53,1
Crise de valores	17	64	26,6
Ausência do Estado	36	64	56,3
Consumo de Álcool	11	64	17,2
Uso de drogas ilícitas	30	64	46,9
Problemas subjetivos	4	64	6,3
Falta de oportunidade para os jovens	13	64	20,3
Outros	11	64	17,2

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)#

(Em 2 vias, firmado por cada participante-voluntári(o,a) da pesquisa e pelo responsável)

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.” (Resolução. nº 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde)

Eu,, tendo sido convidad(o,a) a participar como voluntári(o,a) do estudo O medo e a insegurança como efeitos da sociabilidade violenta, recebi da Sra. Tâmara Camões Araújo, aluna regular do curso de mestrado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado de Alagoas, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

Que o estudo se destina a analisar as representações sociais que a população tem construído em torno da violência na cidade de Maceió. Que a importância deste estudo é a de contribuir com o conhecimento sobre o modo que a população tem vivenciado e convivido com a violência na contemporaneidade. Que o resultado esperado é conhecer as representações sociais da população alagoana acerca do tema. Que esse estudo começará em agosto de 2012 e terminará em dezembro de 2012, que participarei da pesquisa através de entrevistas semi-estruturadas. Que a participação na pesquisa não me causará incômodos e não trará riscos a minha saúde física e mental. Que o benefício que deverei esperar com a minha participação é o aprimoramento das estratégias de enfrentamento da violência. Que a minha participação será acompanhada de gravações das entrevistas. Que, sempre que eu desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo. Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo. Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. Que eu não terei quaisquer despesas com a minha participação nesse estudo. Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha

participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:
 Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto):
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:
 Ponto de referência:

Endereço d(os,as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição:
 Endereço
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade:
 Telefones p/contato:

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

**Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas:
 Prédio da Reitoria, sala do C.O.C. , Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
 Telefone: 3214-1041**

Maceió,

(Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal - Rubricar as demais folhas)	Nome e Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)